

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Daniela Barbosa da Silva

**Tempo e Memória em *Bellum Catilinae* e *Bellum
Iugurthinum* de Caio Salústio Crispo**

Mariana
2014

Daniela Barbosa da Silva

Tempo e Memória em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* de Caio Salústio Crispo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Daniela Barbosa da Silva. Área de concentração: Poder e Linguagens. Orientador: Prof. Dr. Fábio Duarte Joly

Mariana
2014

S586t

Silva, Daniela Barbosa da.

Tempo e memória em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* de Caio Salústio Crispo [manuscrito] / Daniela Barbosa da Silva. - 2014. 118f.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Duarte Joly.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Estado, Região e Sociedade.

1. Literatura e história - Roma - Teses. 2. Roma - História - Teses. 3. Memória na literatura - Teses. 4. Espaço e tempo na literatura - Teses. I. Duarte Joly, Fábio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(37):82.94

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br



Daniela Barbosa da Silva

"Tempo e Memória em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* de Caio Salústio Crispo".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Orientador Fábio Duarte Joly
Departamento de História/UFOP

Prof. Dr. Fábio Faversani
Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Alex Degan
UFTM

A meu marido, Charles Diego.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e ao Programa de Pós Graduação em História que ofereceram uma ótima estrutura para a continuação de minha formação enquanto historiadora. Agradeço aos professores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais pela disposição sempre calorosa em auxiliar e debater temas e ideias, em especial Virgínia Albuquerque e Mateus Pereira. A Virgínia agradeço as ótimas trocas sobre Ensino de História que acresceram de maneira positiva minha prática docente.

Agradeço ao professor Fábio Faversani pelo constante apoio e estímulo, sem os quais não seria possível caminhar na pesquisa sem ser vencida pelas dificuldades, e pela amizade e crítica sincera que sinaliza a seus alunos o crescimento não só enquanto pesquisadores, mas também enquanto pessoas.

Ao professor e orientador Fábio Joly, agradeço a leitura atenta e a disposição sempre aberta ao debate de ideias que muito acrescentou no decorrer da pesquisa, assim como agradeço a satisfatória experiência no estágio de docência, que possibilitou uma nova ótica acerca da didática na prática docente universitária. Agradeço, também, a paciência e constante compreensão dados os acontecimentos do último ano que se passou.

Aos amigos do LEIR-UFOP, Ygor Klain Belchior, João Victor Lanna de Freitas, Prema Hari Perroni Campos, Mamede Queiroz Dias, William Mancini Vieira, Lucas Almeida de Souza, Annelize Firmino, Laura Zamuner Vasconcellos e, especialmente, Mariana Alves de Aguiar, Sarah Fernandes Lino de Azevedo e Douglas de Castro Carneiro, pela constante disposição em ouvir e debater ideias, assim como ouvir os momentos de ansiedade durante a composição dessa dissertação, meu muito obrigada. Agradeço a todos pelo carinho e companheirismo de todos os momentos.

Agradeço a minha mãe Maria Aparecida e a minha madrinha Maria Vicentina, por estarem sempre presentes em cada decisão importante e ao meu lado na realização de cada processo de formação acadêmica. Assim como agradeço a minhas amigas irmãs Ana Beatriz e Liara, a presença de vocês e conselhos foram minha força no decorrer dessa caminhada. Ao irmão Jay Jay, agradeço o ombro amigo nos momentos difíceis e os constantes conselhos para ter

calma e seguir em frente. De modo geral, agradeço a minha família por sua presença sempre fiel em cada etapa da minha vida.

Em especial agradeço ao meu marido Charles Diego, sem sua presença e seu constante apoio nos momentos mais difíceis, a concretização dessa dissertação não teria sido possível. Por acreditar, me foi possível escrever cada linha da pesquisa que aqui se encontra disposta. E para minha bebê, Clara, hoje o motivo maior para que eu persiga cada meta com perseverança, força e fé.

E a todos que direta ou indiretamente estiveram presentes e me ajudaram em sua amizade a concluir mais esse projeto. O meu sincero obrigada.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo a análise das obras de Caio Salústio Crispo *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, tendo em vista, primeiramente, o estudo da República romana no que concerne a sua administração política durante os séculos II e I a.C. e como esse período conheceu inúmeras transformações que culminaram nas contendas civis que conduziram a uma nova forma de governo. Nesse sentido, trabalha-se o período através de suas particularidades, evitando generalizá-lo como um bloco monolítico no que se refere à conduta política dos homens diretamente envolvidos com o poder. Dessa forma, decidiu-se explanar a ideia de memória e seus atributos tanto para a historiografia romana (e greco-romana) quanto para a aplicação direta na ação política. A percepção da memória enquanto recurso da trama governamental foi possível por meio da exposição do conceito de *mos maiorum* e de seu significado para a cultura romana dos dois últimos séculos da República.

Portanto, Salústio indica na cena política o aumento das dissensões políticas e sua premissa perpassa pelo desejo de encontrar possíveis soluções para contê-las e, assim, reestabelecer o consenso político. Nesse sentido, personagens como Catilina e Jugurta, César e Catão, fomentam para essa pesquisa o estilo elaborado por Salústio para questionar os problemas de seu tempo, buscando para isso retratar, em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, um passado próximo que poderia explicar de maneira direta como se constituiu o cenário de conflitos políticos da República romana e, feito o diagnóstico, indicar os caminhos para saná-los.

Palavras-chave: República. Salústio. Memória. Política.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the works of Sallust, *Bellum Iugurthinum* and *Bellum Catilinae*. Firstly, it is studied the Roman Republic as regards its administration during the II and I centuries BC, and particularly how this period suffered numerous transformations that culminated in a civil strife that led to a new form of government. This period is analyzed in its specificities, thus avoiding generalizing it as a monolithic bloc. It was decided to explain the idea of memory and its attributes for Roman and Greek historiography concerning its direct application in political action. The concept of memory was intimately linked to that of *mos maiorum* and its significance for the Roman culture of the last two centuries of the Republic. Therefore, Sallust points to the increase of political dissent in the political scene and tries to find possible solutions to deter it and reestablish the political consensus. In this sense, characters like Catiline and Jugurtha, Caesar and Cato, illustrate the scenario of political conflicts of the Roman Republic as well as presents ways of addressing them.

Keywords: Republic. Sallust. Memory. Politics.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. A historiografia de Salústio: da importância da memória e de sua relação com as premissas políticas do período republicano tardio	15
1.1 Autor e Obras	18
1.2 Historiografia antiga e memória	24
1.3 Historiografia romana: entre os <i>exempla</i> e a política	33
2. Entre o consenso e a dissensão: acordos e rupturas na política da <i>res publica</i>	44
.	
2.1 República romana: da formação de um ideário político às subsequentes crises que enfraqueceram o sistema	47
2.2 Das subsequentes crises da República e sua interpretação: Salústio e Cícero e a disposição do <i>mos maiorum</i>	61
3. <i>Bellum Catilinae</i> e <i>Bellum Iugurthinum</i>: a monografia para além do tema, percursos da crítica política nas obras de Caio Salústio Crispo	78
3.1 Catilina e Jugurta: expressões do caráter vicioso da República romana	89
3.2 César e Catão: modelos para o reestabelecimento do consenso político	99
Conclusão	109
Bibliografia	116

INTRODUÇÃO

O período republicano em Roma, com todas as suas peculiares mudanças, sempre incitou, para nós, vários questionamentos acerca do registro de sua história e da produção literária realizada para retratar e questionar suas nuances, que repercutiram não só nas obras construídas em seu tempo, mas que, posteriormente, influenciaram toda uma gama de interpretações políticas que se seguiram. Podemos vislumbrar nas obras de Caio Salústio Crispo a produção de uma história chave para a compreensão e disposição das transformações vividas na República romana.

Acerca da produção historiográfica romana se torna importante apresentar, a princípio, a particularidade de sua constituição em relação à história escrita entre os gregos, pois, em Roma, temos como início de registro histórico a produção dos anais, sendo esses, interessados, sobretudo, em expor de maneira datada todos os acontecimentos e decisões tomados em Roma, ou seja, caracterizam-se por uma disposição dos fatos sem questionamentos prévios, buscando apenas o registro que evitaria o esquecimento do passado. O que trará a mudança no que diz respeito à escrita da história em Roma será o fim da terceira Guerra Púnica em 146 a.C., cuja vitória romana indica, também, a transformação de uma temporalidade, que fornece para a escrita de sua história, pela primeira vez, a criticidade até então ausente da sua disposição de fatos e acontecimentos.

Portanto, insere-se nessa gradual transformação da escrita da história, a produção de Caio Salústio Crispo, da qual, selecionamos para essa pesquisa, as obras *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*. Ambas, representam, no que concerne à historiografia romana, a disposição de uma nova forma de se escrever a história, sendo essa a monografia. O escrito monográfico conferia ao seu autor a possibilidade de escolher a época a retratar e dividi-la em começo, meio e fim, aplicando no decorrer dessa escolha toda a particularidade de seu estilo, de modo que a própria linguagem do autor se coloque de maneira a fomentar a crítica que deseja. Destacam-se em Salústio a considerável preocupação com o seu passado próximo e a questão da aplicação de uma memória social que coordenaria as premissas do agir humano ou, antes, das próprias ações políticas.

Inserir-se aqui, dessa forma, nossa primeira preocupação, que diz respeito à disposição da memória dentro do contexto da historiografia greco-romana. O que seria essa memória? Qual a importância de sua manutenção? Quais as suas diferenças com a história? Seria ela um instrumento na condução das ações políticas? A memória se caracteriza, entre os antigos, como aquela a evitar o esquecimento que o tempo provoca, portanto, se torna auxiliar da preservação das ações humanas para que não se percam e se tornem exemplo para as gerações futuras. Claro que, em determinada medida, os usos dessa memória se transformam e passam a angariar outras características não mais tão positivas, como o seu uso persuasivo dentro das instituições políticas. Torna-se, então, não mais uma fonte confiável em relação ao passado e deve ser pensada, antes de qualquer coisa, com desconfiança.

A memória, pensada assim, sugere em si (e nas formas com que é perpetuada) estruturas temporais específicas e tendem a caracterizar um tempo em todas as suas particularidades. Sendo uma forma de perpetuar o passado e de interagir com o presente, ela se apresenta como ideal para fornecer os aparatos da crítica política que Salústio pretende alavancar em sua obra.

As monografias de Salústio apresentam temas referentes a uma República que se encontra, no momento no qual o autor escreve, marcada pelas guerras civis. Percebemos, então, que a época retratada pelo autor procura evidenciar quais as causas que fizeram dos conflitos de Roma uma constante, de forma que a disposição dos fatos apresenta uma visão específica sobre as dissensões na República romana. A procura por esses elementos faz com que Salústio explicita não só a preservação da memória, mas, também, apresente os usos políticos que dela se faz e de como ela pode ser tanto positiva quanto negativa para a sociedade como um todo.

A República que Salústio apresenta em suas obras é delineada pela dissensão civil e ilustra que esses percalços se inserem após as transformações advindas do sucesso da expansão territorial romana, dado que os sucessos militares, como a derrota de Cartago, possibilitaram o rápido crescimento e enriquecimento da nobreza romana. Portanto, a Roma que apresenta é agora não mais caracterizada pela lembrança exemplar de seus antepassados, ela agora é permeada pelas mudanças, sobretudo, no que diz respeito à administração da cidade. A vida política passou, dessa forma, a estabelecer novos padrões de

conduta e de administração, sendo avançadas várias reformas nesse período, indicando reformas referentes à posse de terra, à questão eleitoral, à disposição da carreira e do calendário político. O que nos informa que o cenário político, até então dominado pela *nobilitas*, começa a apresentar novos participantes e uma nova estrutura que tende, em grande medida, culminar em confronto.

Pesando esse contexto, alavancamos duas hipóteses acerca das transformações vivenciadas na República romana após o ano de 146. Em primeiro, observamos que a questão da perpetuação da memória se encontra, nesse período, cada vez com maior presença entre a população. Há várias maneiras de suscitar a memória entre a comunidade romana: festas, elogios fúnebres, calendários, bustos de pedra dos antepassados; só para ficar em alguns exemplos. Dessa constatação surge, portanto, uma pergunta: qual o objetivo de tamanha demanda por memória nessa época?

A essa primeira pergunta relacionamos a suposição de que, se há excessos de memória, essas se dão por motivos bem específicos. O que nos leva a acreditar que essa memória propagada na República sugere um jogo de persuasão criado por uma classe que se pretende estar e permanecer no poder. O que se justifica se pensarmos em uma cronologia republicana vista através da administração política de Roma. Portanto, a memória não é posta de forma inocente, ela se refere à lembrança de uma glória passada que permite à *nobilitas* permanecer no poder, usando tal memória em disputas políticas. Seus usos corroborariam, dessa forma, a perpetuar um padrão político. Entretanto, quando observamos o contexto que ora apontamos, percebemos que os usos dessa memória já não são mais eficazes ou, antes, demonstra-se claramente que há um abuso em sua utilização. Seriam, dessa maneira, os excessos de memória um denunciante do atual estado da vida política em Roma e de suas consequências para a República como um todo?

Sendo assim, acreditamos ser esse excesso de memória um indicativo de que algo se perdeu e precisa ser restaurado, o que nos leva ao nosso segundo ponto. Seria possível, por meio de uma memória de um grupo político, manter a harmonia da administração da coisa pública? A memória poderia fornecer a exemplaridade necessária para se criar/reestabelecer um novo consenso?

Sobre a questão do consenso há, para Salústio, a prerrogativa de sua perda em meio aos vícios que assolam a República após a vitória contra Cartago. De forma que, na construção de suas monografias, aplica a dualidade de vícios e

virtudes, em conjunto com a memória dos antepassados, o que, acreditamos, se torna uma das maneiras de expor a realidade política de Roma e propor as possíveis soluções. Tal afirmação reforça nossa hipótese de que os usos da memória e a forma com que essa é disposta nas obras de Salústio, na dualidade de vícios e virtudes, podem criar o consenso necessário para se estabelecer novamente a paz e a concórdia entre as lideranças romanas.

Expor o contexto da República romana através de seus anos de dissensão civil e como Salústio a transcreve em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* nos sugere uma cronologia diferenciada para o período, levando-se em conta que o comum é trabalhar os períodos romanos em três grandes blocos (monarquia, república e império) que, no seu escopo, não conferem uma interpretação satisfatória de determinada época. Pensar o contexto republicano é ir para além das classificações de caráter geral e dispor de uma perspectiva em que, dentro dela, consegue-se extrair várias “repúblicas” que apresentam características próprias e elementos-chaves que conferem a ela significados em sua grade de transformações.

Portanto, perceber o contexto de maneira diferenciada colabora para que se pense o texto salustiano por outra ótica, que não apenas a decorrente visão da dramaticidade de sua exposição. Considerando-se que o autor escreve no auge da formação dos triunviratos, seu texto é marcado por uma tentativa de identificar em qual período se iniciou os eventos que levaram ao desacordo civil, para, então, buscar ressaltar maneiras de recuperá-lo. A própria história afeta, dessa maneira, aquele que sobre ela irá escrever. Assim, procuramos entender como o tempo delimita o autor e esse tenta, dentro de seu quadro de ação, entender as disposições temporais dentro da sociedade.

Nesse sentido, para melhor expor nossa proposta, dividimos a dissertação em três capítulos, sendo esses *A historiografia de Salústio: da importância da memória e de sua relação com as premissas políticas do período republicano tardio*; *Entre consenso e dissensão: acordos e rupturas na política da res publica*; *Bellum Catilinae e Bellum Iugurthinum: a monografia para além do tema, percursos da crítica política nas obras de Caio Salústio Crispo*. No primeiro capítulo, nos referimos à construção historiográfica de Salústio, apresentando as particularidades do autor e de como dispõe suas obras *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*. Feito isso, partimos da premissa da necessidade de se expor a

memória sobre a qual falamos e de como ela se articula entre autores da Antiguidade e de como ela influencia na escrita da história do período. Dessa demonstração, utilizamos o posicionamento de Heródoto e Tucídides em relação à memória e o seu posterior uso pela retórica e subsequente aplicação na política. Na terceira parte deste capítulo nos preocupamos em pontuar como essa memória aparece na produção historiográfica romana e quais são os seus usos dentro da sociedade e de qual forma ela corrobora para formatar os *exempla* e se fazer claramente influenciadora da política cidadina.

Em *Entre o consenso e dissensão: acordos e rupturas na política da res publica*, procuramos primeiramente trabalhar com o contexto republicano e como este afeta a disposição do corpo social e do governo. Por fim, analisamos como esse período é visto pelas fontes e de como ela se apresenta em seus discursos, para tanto, utilizamos os proêmios das duas monografias salustianas e da obra *Da República* de Cícero. A exposição das duas obras auxiliou a demonstrar como se fundamenta a questão da memória dos antepassados e sua posterior influência na vida política.

No terceiro e último capítulo, *Bellum Catilinae e Bellum Iugurthinum: a monografia para além do tema, percursos da crítica política nas obras de Caio Salústio Crispo*, nossa preocupação foi desenvolver a temática até então trabalhada por meio do estudo da fonte e de autores que a comentaram. Tendo isso em mente, o primeiro passo foi o de estabelecer o lugar de Salústio em seu contexto político e a estrutura de sua obra. Identificamos ser necessária uma maior explanação dos objetivos da obra monográfica e de como essa viria a permitir uma melhor construção da crítica política pelo autor. Exposto isso, dividimos o decorrer do capítulo em duas seções que possuem como principal objetivo demonstrar como Salústio construiu a dualidade de vícios e virtudes através dos retratos e discursos em seu texto. Sendo assim, tratamos dos retratos de Catilina e Jugurta (com uma breve exposição sobre Mário) para discutir a questão de como a prática política corrompida se perpetua naqueles que participam dela de forma direta, como o caso de Catilina – vítima e vilão no que se refere à *Bellum Catilinae*. Sugere-se, assim, a possibilidade de se fazer a crítica histórica através da exposição de recursos que visem exemplificar quais as consequências da ausência de acordo político na República. Por último, destacamos em nossa análise a construção das personagens Catão e César em *Bellum Catilinae* por

Salústio, na elaboração dos dois discursos, cada qual correspondente a um deles e do retrato específico que o autor tece sobre os dois, que remetem às possibilidades de restauração ou reestruturação do consenso político em Roma.

Portanto, nossa proposta consiste, por meio da exposição de nossas hipóteses e da estruturação dos capítulos da dissertação, em definir e compreender a elaboração monográfica de Salústio em sua disposição política. Essa disposição não é dada de forma clara, mas trabalhada pelo autor com a inserção de retratos, cartas, discursos e digressões. Percebemos que essa preocupação indica interpretações várias, sendo um recurso para angariar leitores, como, também, um meio de se fundamentar a denúncia dos confrontos políticos que Salústio vivencia e modo como procura identificar seu início e propor o que considera ser a solução dos confrontos civis

A historiografia de Salústio: da importância da memória e de sua relação com as premissas políticas do período republicano tardio

A historiografia produzida pelos gregos e romanos se mostrou peculiar, devido ao aparato crítico constituído e que se modificava de acordo com o olhar de cada autor, configurando-se, a princípio, como articuladora das diferenças, registros de memória e, finalmente, instrumento político nas mãos de cidadãos afastados da vida política das cidades, que se dedicaram a construir sua crítica e participação a respeito dos acontecimentos por meio de suas obras. Nesse sentido, devemos considerar que, por exemplo, para Heródoto, Tucídides, Salústio e Tito Lívio, a crítica histórica visava exercer, enquanto detentora de memória, um registro que refletia as nuances da temporalidade e de como suas transformações envolviam as cidades em distúrbios e querelas ou, antes, auxiliavam também em seu progresso.

Por meio de tal constatação, procuramos refletir como a escrita da História entre historiadores romanos, em nosso caso, a escrita de Caio Salústio Crispo, objetivou, por meio das tramas de uma memória preservada, realizar, além do registro da permanência, constituir o questionamento e a crítica às instituições políticas do período histórico que vivencia. Salústio, de acordo com Domenico Musti (2010), embora não mais participante ativo da política romana, encontra-se habilitado a dela fornecer informações devido a sua participação no Senado anterior ao seu exílio, o que faz de sua obra um esforço de dar continuidade a sua vida política.

Nessa definição, encontramos, ainda com Musti, a proposta de que a historiografia romana nascente, no que concerne ao seu aparato crítico, se postula a partir do término da terceira Guerra Púnica (146 a.C.), cuja vitória romana marcaria e forneceria o marco temporal indicativo das mudanças e transformações morais e políticas que irão permear o cenário político republicano e que se

concretizarão como temas essenciais para os historiadores dedicados a narrar os conturbados anos finais da República.

Dessa forma, temos por mote inicial deste capítulo, apresentar Salústio por meio de suas ações políticas para, em seguida, fornecer uma descrição breve da composição de suas duas monografias históricas *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, atentando para uma exposição sucinta de cada capítulo pertencente às obras. Por último, nossa preocupação foi a de apresentar como a configuração linguística salustiana já fomenta em si a crítica ao cenário político vivenciado por ele, de tal forma que, destacamos, de início, a até então defendida diferenciação entre os padrões linguísticos de Cícero e Salústio. Consideramos interessante nos focar nessa dissociação entre ambos os autores, devido à proeminência das obras de Cícero ao que se espera encontrar dentro de obras históricas e de como o relato deveria ser construído, conquistando os leitores pela eloquência e facilidade do alcance ao exemplo por ora postulado em sua narrativa, o que traria a essas obras, a eloquência própria da oratória e da retórica para seduzir e influenciar os leitores, algo que já se buscava realizar nos pronunciamentos do fórum abertos ao público. Conseqüentemente, temos, em Salústio, a desconfiança premente acerca da linguagem, visto que essa se caracteriza dentro do que se espera da eloquência, enquanto discursos persuasivos que procuram manipular sua audiência. Portanto, a linguagem breve e abrupta de Salústio, nos mostrando, inclusive, um latim truncado, aparece como um estilo que procura, ele mesmo, se fazer denúncia da corrupção política que permeia Roma.

No entanto, para adentrarmos nesse ponto de uma linguagem que visa a uma crítica política, entendemos ser necessário, inicialmente, compreender a formatação dessa historiografia nascente na Antiguidade greco-romana. Surge, assim, o desafio de buscar indicar a preocupação primeira com o resgate de uma memória por meio da epopeia e da historiografia grega e de como ela se constitui em suas diferenças e semelhanças para retratar os acontecimentos históricos. Em segundo lugar, observa-se a crescente diferença no relato historiográfico em suas aproximações, afastamentos e desconfianças no que diz respeito à perpetuação do registro memorialístico. É nessa fase que percebemos a desconfiança crescente da memória perpetuada e suas conseqüências no cenário político: até que ponto um relato é confiável para exercer o poder de representar um acontecimento tal qual ocorreu? A palavra é mais vivaz e mais fiel ao fato do que a visão do mesmo?

Esses são alguns dos problemas pontuados por Tucídides dentro do quadro de uma memória que não haveria de sofrer influências em sua construção, apontando-a assim, como influenciável pela particularidade do indivíduo que a relata, em outras palavras, poderíamos dizer, a memória aparece incapaz de narrar o acontecimento tal qual ocorreu.

A partir desse ponto, passamos a identificar a memória, no que diz respeito à historiografia romana, tendo por modelo Salústio, associada a uma nova decodificação das estruturas temporais, no sentido de que, como modelo de preservação, ela não compete dentro da narrativa só ao simples registro histórico, ao que se ramifica e oferece, também, os requisitos básicos para não só constituir a crítica política, mas, evidenciar como a política cidadina de Roma a utiliza para criar seus padrões de ação. Desse modo, se percebe que a noção de tempo, brevemente explanada com as ideias provenientes de Aristóteles, dilui-se dentro dos atributos da memória e se reconstrói traçando uma temporalidade histórica específica. É por meio dessa diluição que acreditamos que Salústio opera a sua construção história do período republicano.

A partir disso, optamos por tornar central em nossa análise a articulação da memória com a política na sociedade romana, no ponto em que a primeira tornar-se-ia para nós ponto de partida para compreendermos a fundamentação das estruturas políticas do período conturbado vivenciado nos últimos cem anos da República romana. Dessa forma, procuramos, em certa medida, desvelar o que se esperava dos *exempla* dentro do quadro de tradição do *mos maiorum* romano e sua pertinência imediata em relação às atitudes prevalecentes dos grupos em disputa no campo político em Roma. Destacando-se para essa sociedade republicana a preocupação exclusiva de abranger em seus relatos históricos o questionamento e os resultados das façanhas de Roma – sejam os fatos internos e ou externos da cidade –, internamente a questão política ganha destaque e externamente as campanhas militares, incluídas aqui as ações políticas relacionadas. Não há, portanto, um estranhamento com a grande preocupação com uma memória da cidade e de seus antepassados vangloriados nas obras escritas, nos monumentos e em tantos outros elementos de monumentalização da memória.

Tal é a predominância desse destaque dado a um quadro exemplar a ser seguido, que suscitou nosso interesse em compreender essa memória para além do que por ela era apresentado. Logo, buscamos trazer um olhar cuja proposta

principal seria o de analisar a memória enquanto um artefato político ou, em outras palavras, um recurso essencial dentro das disputas pelo poder em Roma. A memória enquanto artefato sugeriria um uso persuasivo da lembrança, configurando o desejo de explanar os *exempla* dentro do que mais interessante seria para a aprovação popular e a obtenção do consenso dentro das disputas políticas.

Portanto, em termos gerais, o interesse que nos move na análise apresentada neste capítulo é promover a explanação e o questionamento sobre os usos políticos da memória ou, em outra possibilidade, pensar a elaboração desses usos pela historiografia salustiana. Delimitamos sua obra como denunciante de uma estrutura política em crise devido a seu gradual afastamento das regras e normas que deveriam nortear as disputas políticas na sociedade. Essa perda, de fato, é pontuada na mudança gradual de valores e no aparecimento de dois sistemas diferentes que rompem com a manutenção de um *mos maiorum* que deveria se dedicar ao bem comum. De forma que, acreditamos, a associação entre memória e política propicie uma reflexão mais acurada sobre o que ocasionou a grande gama de conflitos que envolveu a República romana tardia.

1.1 Autor e obras

Caio Salústio Crispo nasceu na provável data de 86 a.C. em Amiterno, Sabínia, região anexada a Roma entre os anos da Guerra Social (91 – 87 a.C.). Pertencente a uma família proeminente, muda-se para Roma no intuito de ingressar na carreira política, ambição própria aos jovens que se dirigiam à cidade eterna. Tal como Cícero, Salústio encontrou a necessidade de superar as barreiras de sua origem para ascender na política da cidade. Dessa forma, veremos que a vida política de Salústio contará com pontos altos e baixos, sendo eleito tribuno da plebe em 52 e expulso do senado por Cláudio em 50, quando este censor realizava um expurgo político. Sua vida política só ganha contornos de melhora com o auxílio de César, que o nomeia procônsul da África Nova em 46 e lhe dá o comando de três legiões. Em 45, de volta a Roma, é acusado de extorsão. Após a morte de César em 44, retira-se da vida pública, optando por se dedicar a tarefa de escrever monografias até a presumível data de sua morte em 35.

De suas obras históricas duas monografias sobreviveram intactas: *Bellum Catilinae* (63 a.C.) e *Bellum Iugurthinum* (111 – 104 a.C.). Das *Historiae* se tem quatro discursos e duas cartas, além de quinhentos fragmentos. Sobre *Bellum Catilinae* houve dúvidas em relação a sua data de publicação, prevalecendo a data posterior à morte de todos os envolvidos na conjura, sendo publicada em 42. *Bellum Iugurthinum* vem dois anos depois, em 40. *Historiae* começou a ser escrita em 39 e cobriria os anos de 78-67, buscando retratar o período pós-Sila, porém, Salústio morre antes de concluir a obra. A franqueza de seus escritos e a sua sobrevivência face a elas nos faz acreditar que Salústio obteve e desfrutou dos favores dos sucessores de César.

Bellum Catilinae é composta por 61 capítulos, que se dividem entre a narrativa do evento, digressões, discursos e retratos. Narra a conjura de Catilina, antigo partidário de Sila, que elabora uma revolta para tomar o poder da república e readquirir riquezas, terras e status perdidos em meio às corrupções da cidade. O confronto encontra-se entre dois eventos que já demonstravam as mudanças irreversíveis do cenário republicano: a ditadura de Sila e Júlio César. Por meio desta obra, percebemos o olhar de Salústio acerca da ausência de consenso político no cenário republicano. Portanto, temos a obra assim dividida: 1-4 proêmios, nos quais Salústio justifica sua escolha pela escrita da história e apresenta sua escolha do tema a ser retratado; 5 (1-8) retrato de Catilina; 5 (9) – 13 início da história de Roma: crescimento e declínio moral; 14-16 Corrupção de Catilina e de seus aliados; 17 Reunião dos conspiradores em junho de 64 a.C.; 18-19 (digressão) primeira conspiração de Catilina; 20-22 resumo da reunião e discurso de Catilina; 23 alarme devido aos rumores sobre as intenções de Catilina; 24 Eleição de Cícero ao consulado e história da conspiração de 64; 25 (digressão) retrato de Semprônia; 26 derrota de Catilina nas eleições consulares de 63; 27 (1) Mânlio e outros enviados para várias partes da Itália; 27 (2) – 28 (3) atividade dos conspiradores em Roma e atentado contra a vida de Cícero; 28 (4) – 31 (3) atividades de Mânlio na Etrúria e a contestação do governo; 31 (4) – 32 (2) partida de Catilina de Roma; 32 (3) – 34 (1) negociações com Mânlio; 33 mensagem de Mânlio a Márcio Rex; 34 (2) – 36 (3) reação do governo contra Catilina; 35 carta de Catilina a Catulo; 36 (4) – 39 (5) (digressão) reflexão acerca da corrupção do Estado e da sociedade romana; 39 (6) – 41 negociação de Lêntulo com os Alóbrogos; 42 distúrbios em várias regiões da Itália e da Gália; 43 planos

dos conspiradores de causarem incêndios em Roma e concluir o massacre; 44-45 traição dos conspiradores pelos Alóbrogos e a prisão dos mesmos; 44 (5) carta de Lêntulo a Catilina; 46-48 investigação dos conspiradores e informações para o senado; 49 tentativa de implicarem César na conspiração; 50-53 (1) debate no senado sobre o julgamento dos conspiradores sob custódia; 51 discurso de César; 52 (2-36) discurso de Catão; 53 (2) – 54 (digressão) reflexão sobre o caráter de César e Catão; 55 execução dos conspiradores; 56-57 movimentos do exército de Catilina; 58-61 final da batalha; 58 discurso de Catilina.

Bellum Iugurthinum narra a guerra contra Jugurta, rei da Numídia-África. Tal qual *Bellum Catilinae*, essa obra também contém retratos, discursos e digressões a que se agrega a narrativa dos eventos. Composta por 114 capítulos, a obra se destaca pela apresentação da atuação dos homens políticos dentro de suas ações militares e sua relação para a resolução do conflito. Também destaca-se na narrativa a formação dos partidos políticos e de como a glória militar passa a suplantar a prática das ações virtuosas para a ascensão política, demonstrando, uma vez mais, a preocupação de Salústio em apresentar as causas das dissensões políticas latentes em seu tempo por meio de reflexão de fatos históricos.

Dessa forma, a obra encontra-se assim dividida: 1-4 proêmios, nos quais Salústio apresenta de forma geral temas polêmicos relacionados à política da cidade e aos atos públicos; 5 (1-2) temas e objetivos da história a ser narrada; 5 (3-6) retrospectiva dos acontecimentos que antecederam a guerra contra Jugurta; 6 (1) breve retrato de Jugurta na juventude; 6 (2-3) – 7 (1-5) preocupação de Micipsa em relação a Jugurta e envio do mesmo para a guerra na Numância, na qual Jugurta se destaca entre os romanos por suas qualidades; 8 (1-2) relações que Jugurta estabeleceu com romanos corruptos e conselho de Cipião para que cultivasse a amizade romana por meios lícitos; 9 (1) mensagem de Cipião à Micipsa sobre o valor de Jugurta; 9 (2-3) adoção de Jugurta por Micipsa e inclusão do mesmo no testamento do rei; 10 discurso de Micipsa; 11 resoluções após a morte de Micipsa e desentendimento entre Jugurta e Hiempsal; 12 decisão da divisão do território númida em três reinos e atentado de Jugurta contra Hiempsal; 13 (1-7) combate de Jugurta contra Aderbal, fuga deste para Roma; 13 (8-11) Jugurta busca comprar o apoio dos romanos; 14 discurso de Aderbal, segundo a tradição; 15-16 julgamento da situação de Jugurta e Aderbal pelo senado e divisão da Numídia em dois reinos; 17-19 descrição da geografia da

África e das nações que a habitaram; 20-22 início da guerra entre Aderbal e Jugurta, embaixadores são enviados de Roma para a África, resposta de Jugurta aos mesmos; 24 carta de Aderbal enviada aos romanos; 25-26 segunda negociação dos embaixadores romanos com Jugurta, que não cede – morte de Aderbal; 27-29 (1-2) decisão de mandar Calpúrnio à Numídia e a corrupção dos enviados; 29 (3-9) – 30 encerramento da primeira animosidade entre Roma e Jugurta e denúncia da corrupção da nobreza por Caio Mêmio; 31 discurso de Caio Mêmio; 32 envio de Cássio para a Numídia, crimes do exército de Calpúrnio; 33-34 Jugurta comparece a Roma com Cássio; 35-36 assassinato de Massiva e reinício da guerra; 37-39 investida e derrota de Aulo na Numídia – fracasso de Albino; 40-42 explanação das contendas políticas entre plebe e nobreza; 43 Metelo (cônsul eleito) organiza-se para ir a Numídia; 44-45 ações tomadas por Metelo em relação ao exército ao chegar a Numídia; 46-54 hostilidades entre Metelo e Jugurta; 55 (1-4) reação em Roma com as vitórias de Metelo; 55 (5-7) preocupação de Metelo em relação ao exército e Jugurta organiza suas tropas; 56-62 organização e combate para sitiar a cidade de Zama, com a retirada de Metelo da cidade e conversação para que Bolmícar auxiliasse na rendição de Jugurta; 63 (1) harúspice dirigido a Mário; 63 (2-5) retrato de Mário; 64 (digressão) desejo de Mário quanto à dispensa do serviço militar para candidatar-se em Roma; 65 Mário procura induzir alguns homens do exército contra Metelo; 66-69 recomeçam as hostilidades na região de Vaga; 70 Bomícar conspira contra Jugurta com o auxílio de Nabdalsa; 71 (1-5) carta da conspiração descoberta por um criado de Nabdalsa; 71 (6) Nabdalsa vai até Jugurta; 72 reação de Jugurta aos planos da conspiração; 73 (1-2) Metelo se reorganiza para retomar a guerra; 73 (3-9) eleição de Mário para exercer o cargo de cônsul; 74-75 Jugurta e Metelo voltam a se confrontar; 77-79 (digressão) considerações sobre a cidade de Léptis e sua formação; 80-81 Jugurta assedia Boco a combater contra os romanos; 82-83 Reação de Metelo à nova situação da guerra; 84 organização de Mário para voltar à Numídia; 85 discurso de Mário; 86 Mário estabelece nova forma de recrutar soldados; 87 Mário realiza combates pequenos para integrar os novos recrutas; 88 (1-3) ações de Metelo e Mário; 88 (4-6) decisão de Mário de sitiar as cidades mais importantes para a guerra; 89-91 Mário sitia Capsa; 92-94 invasão da fortaleza de Jugurta entre a Numídia e o reino de Boco; 95 (1) chegada do questor Sila com numerosa cavalaria; 95 (2-4) retrato de Sila; 96 Sila ganha experiência dentro do

acampamento; 97-99 novo combate se dá entre Jugurta e Mário com o auxílio de Boco a Jugurta; 100 ações de Mário para manter o exército em formação; 101 novos combates entre Jugurta e as tropas romanas; 102 (1) Mário se coloca como vencedor; 102 (2-5) Sila e Mânlio são enviados até Boco; 102 (6-14) discurso de Sila ao rei Boco; 102 (15-16) resposta de Boco; 103 (1) Mário busca sitiá-lo o castelo onde Jugurta está; 103 (2-8) Boco muda de opinião e abandona Jugurta; 104-109 negociações de Sila com Boco; 110 discurso de Boco; 111 acertos entre Boco e Sila referentes à guerra; 112 Jugurta negocia com Boco a entrega de Sila; 113 Arma-se uma emboscada contra Jugurta – Boco entrega Jugurta a Sila; 114 (1-3) (digressão) problemas na Gália; 114 (4-6) Mário é reeleito cônsul e lhe é atribuída a província da Gália.

As duas obras são compostas em estilo monográfico e a escrita salustiana é tida por Quintiliano como breve e nervosa, com a procura de usos linguísticos distintos às regras postas por Cícero. Tal constatação revela um autor que procura definir pelo uso da estrutura da língua a sua conduta política, tal como proposto por Ellen O’Gorman, que coloca: “O modo abrupto de sua escrita é assim para recordar a vida austera e idealizada dos antigos romanos. Seu estilo é sinal importante da interpretação política e moral da história” (O’GORMAN, 2007: 382). Salústio, podemos dizer, percebe e pontua que a memória do passado é importante para traçar metas do futuro e também constata a presença diminuta de historiadores no cenário romano, sendo a eloquência de Roma dirigida para se falar em público e não voltada para a construção de obras históricas que fugissem do padrão do registro dos Anais. Dessa forma, a elaboração de suas monografias procura expor razões de caráter histórico, político e psicológico, dentro das quais reflete o cenário político e social romano. *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* retratam, assim, o período conturbado vivenciado nas estruturas políticas da república romana, do qual temos uma memória construída com bases críticas relativas às modificações sofridas por Roma após a vitória na terceira Guerra Púnica (146 a.C.).

Visto a estrutura apresentada na composição salustiana, temos, a princípio, a abertura do tema monográfico por meio de proêmios de caráter geral que se compõem, segundo Levene (2007), por dados abstratos de teor filosófico, nos quais Salústio destaca a prática das virtudes como prudência, valor, justiça, fidelidade, concórdia, honestidade, sabedoria e engenho. Os proêmios aparecem,

então, como lugares do texto em que se denota a função da escrita da história como útil à reflexão da atuação política constituindo um emaranhado de passado e presente que reflete o cenário político vivenciado pelo autor.

Portanto, os proêmios nos trazem categorias gerais de ação virtuosa que apresentam uma reflexão moral da sociedade romana, fixada, sobretudo, através da comparação entre valores antepassados e o prenúncio da corrupção e desacordo na manutenção dos mesmos no presente. Consequentemente, a memória recuperada e reconhecida tende a constituir um quadro exemplar, cujos modelos de ação promovidos dentro de padrões de equidade (ou, em outros termos, de acordo com os princípios básicos estabelecidos dentro das normas de conduta para a manutenção da elite no poder) auxiliam os líderes políticos romanos a evitarem possíveis dissensos.

Percebemos, assim, que a estrutura monográfica, sugerida por Cícero em carta ao historiador Luceio e adotada por Salústio com ressalvas à proposta inicial do filósofo, mostra-se ideal para os intentos políticos do autor, devido ao fato de que, através de temas recortados e isolados, elabora e constrói retratos e digressões nos quais apresenta seu olhar para a política romana e seu próprio desenvolvimento histórico, calcado, em grande medida, no desvio dos padrões considerados ideais por Salústio. Dessa forma, acontecimentos, como a conjura de Catilina e a guerra de Jugurta, aparecem como temas propícios para o exame da degeneração moral da República tardia.

Assim, Salústio, através da sua opção temática, procura fazer da linguagem textual também sua linguagem política, o que se torna claro na sua rejeição aos preceitos da arte oratória de Cícero e na adoção de uma estrutura linguística inspirada em Tucídides e Catão (o modelo latino escolhido por Salústio), que preza pela vigor e brevidade. De modo que, através da totalidade das obras, encontramos nas digressões e retratos e na articulação destes com uma memória, uma forma diferenciada de fazer e refletir a política republicana. Por meio dessa hipótese, pretendemos entender os parâmetros da memória na Antiguidade greco-romana e de como a mesma se elabora dentro de uma historiografia romana que se preocupa, sobretudo, em compreender a estrutura da ação política em Roma, por meio de uma memória que é antes um instrumento de análise crítica e manutenção de valores que regem uma sociedade do que uma forma rígida que contém apenas dados passados enrijecidos em si mesmos.

1.2 Historiografia antiga e memória

A memória na Antiguidade Clássica acompanhou, entre gregos e romanos, o embate do homem acerca de sua natureza mortal ao configurar usos que apresentavam a percepção da condição humana frente às configurações temporais que traziam em si a constante modificação do mundo dos homens. Assim, conscientes da impermanência, procurou-se uma maneira de evitar o esquecimento das ações através de uma arte que deixasse de sua presença no mundo um traço de eternidade – uma memória.

A importância atribuída à memória se configurava das mais diversas maneiras: monumentos, anais, elogios fúnebres, história, filosofia, poesia. Todas essas eram formas de criar a permanência para os atos humanos expostos à ação corrosiva do tempo. Desde seu culto como deidade – *Mnemosine* – ou até a sua explanação enquanto técnica, que remonta à boa memória de Simônides e o advento da *Mnemotécnica*, os atos de registro de memória vão aos poucos se mostrando centrais para que a mortalidade humana não seja de ruína plena em sua mudança constante. Dessa forma, detemos nossa atenção em dois gêneros específicos de registro e imortalização dos feitos humanos: as poesias épicas e a historiografia.

Concebidas enquanto gêneros discursivos – epopeia e história – possuem formas em parte similares, em parte distintas em sua relação com o registro de memória e em sua construção narrativa, que consistia em relatar os feitos humanos a partir do desejo de manter a reminiscência das ações dignas de glória e fama. Entretanto, embora se coloquem juntas na busca da eternidade através das palavras que narram os feitos humanos, uma distinção será bem clara entre poesia épica e história. Se, por um lado, a epopeia conta com o canto das musas para inspirar o seu aedo no canto da vida memorável, a história não contará com o auxílio divino. Em outras palavras, ao historiador não cabe valer-se da inspiração das musas, recorre a si mesmo e assina a sua história. A investigação, informação e narração de sua coleta são única e exclusivamente sua responsabilidade.

De acordo com François Hartog (2011) o advento das cidades e da política passa a promover um novo meio de lidar com a memória. Ao contrário da que se potencializa através da individualidade da glória e fama alcançada pelos heróis do canto épico, passa a ser cultivada por meio do coletivo da cidade. Se houve guerra

já não se destacam heróis, mas todos os cidadãos que a vivenciaram. Em outras palavras, poderia se dizer que se passa de uma imortalidade do indivíduo para uma coletiva – a da cidade e de seus cidadãos: “Nesse novo espaço político e intelectual, há condições para o começo da historiografia e para que o historiador venha substituir o aedo” (HARTOG, 2011: 40).

Coloca-se, dessa maneira, uma nova dinâmica para os *logoi* e *erga* (palavras e ações). Seus usos e práticas são diretamente associados ao cidadão e aos governantes, sendo marca recorrente em todas as decisões tomadas no campo político. Tanto o é que, entre os romanos, era parte de sua formação a instrução na arte da oratória. Portanto, percebemos que as ações (*erga*), sua importância, dependerá das palavras (*logoi*) que serão os instrumentos de sua preservação do esquecimento:

Já não se promove o *kleos*, nem se questiona a validade dos termos da troca (a vida contra a glória); assim, o único desejo seria lutar contra o apagamento dos vestígios, impedir – de preferência, retardar – o esquecimento de tais *erga* que tinham deixado de ser assumidos por uma palavra autorizada. (HARTOG, 2011: 57)

A palavra que se autoriza, que ganha notoriedade, será aquela que se manterá como memória, ainda que os *logoi* permaneçam menores que os *erga*. Por isso, foi muito valorizada a importância do dizer e do como se dizer entre os historiadores gregos e romanos.

Percebemos a singularidade dessa história que emerge dos gregos, no sentido em que sua construção narrativa visava, além de narrar os fatos, criticá-los e analisá-los. Para tanto, elabora-se um método de apreensão dos acontecimentos fundamentado no registro pela visão e audição. Se pensarmos na importância da oralidade para essas sociedades, habituadas com a manutenção da memória através do canto do aedo. Esse canto, quase sempre recitado em público, assevera o interesse pelo testemunho oral, utilizado, sobretudo por Heródoto para construir sua *História*, que procurava em sua prosa cruzar os diferentes testemunhos com sua própria visão dos povos dos quais relatava a história.

Dessa forma, nas palavras de Gagnebin, “Heródoto retoma e transforma a tarefa do poeta arcaico: contar os acontecimentos passados, conservar a memória, resgatar o passado, lutar contra o esquecimento” (GAGNEBIN, 1992: 11), de

maneira a apresentar várias visões do mesmo acontecimento sempre tendo por referência a diferença. Isto demonstra como ele concebia e identificava o proceder das ações humanas, ao que Gagnebin diz: “Ora, como ressalta Hartog, o ‘Heródoto etnólogo’ e o ‘Heródoto historiador’ são um e só pesquisador que tenta entender aquilo que é condição de convivência e também possibilidade de guerra: a diferença” (GAGANEBIN, 1992: 16).

A escrita de Heródoto coloca-se, dessa forma, como uma transição na elaboração da memória e da configuração temporal de sua época, entrecruzando dois tempos em sua narrativa: o tempo mítico e o tempo histórico. Pois, na medida em que sua investigação – calcada no ver e ouvir – transforma a memória dos heróis trabalhada na epopeia, na memória dos mortais que se dissociam dos deuses, sua prosa ocupa o lugar do canto das musas e sua investigação se torna a única fonte e meio de permanência da história dos homens – agora feita apenas por si e não pela influência das divindades.

É uma nova relação com o tempo que se instaura através da identificação do historiador com o presente e com o lugar que ele assume no mesmo. Nas palavras de Hartog:

De saída, entalado no tempo e às voltas com ele, o historiador se posiciona entre passado e presente, mas, a partir do próprio presente, a partir do nome próprio que ele lança ao iniciar sua tarefa e que lhe permite distinguir claramente entre “agora” ou “no meu tempo” e “antes”, “outrora”. (HARTOG, 2011: 58)

Com Tucídides essa concepção do presente como o lugar do qual se fala será ainda mais evidenciada. Mantendo-se na metodologia do ver e do ouvir, irá trazer a ela certo ceticismo, principalmente no que concerne ao “ouvir”, à prática do recolhimento dos testemunhos orais. A crítica se apresenta na dificuldade, para não dizer impossibilidade, de se conseguir retirar destes a objetividade e veracidade necessárias para se narrar um acontecimento, visto que estes depoimentos tendem a ser parciais e a contar apenas o que foi de mais significativo para si. E, se este ceticismo tucidideano se volta para a apreensão do passado, maior ainda é o desafio de se fazer uma história verdadeira. Porque “convocado como modelo, o passado é naturalmente um passado constituído por fragmentos escolhidos” (HARTOG, 2011: 69).

O presente se constitui, portanto, para Tucídides, como o único espaço temporal do qual é possível falar com verdade e, ainda, sendo um presente do qual se diz mais pelo recurso à visão do que à audição. Nesse caso, a memória, transformada por Heródoto e mantida por ele como meio de se preservar as ações humanas, é colocada em lugar de desconfiança por Tucídides, por se apresentar como relativa e fornecedora de falsas evidências. Ao que Gagnebin nos diz:

Heródoto queria salvar o memorável, resgatar o passado do esquecimento, buscando nas palavras das testemunhas a lembrança das obras humanas. Tucídides ressalta a fragilidade da memória, tanto alheia como sua; as falhas constantes da memória motivam uma profunda mudança no trabalho do “historiador”, que não pode confiar nem na sua exatidão nem na sua objetividade. (GAGNEBIN, 1992: 19)

Dessa maneira, a narrativa tucidideana abarca o que considera tópico de reflexão devido a sua influência na história dos helenos: a Guerra do Peloponeso. E a escolha pela guerra traz também um novo interesse para a história que se narra, pois, se, em Heródoto, dizer as diferenças se fazia mais importante que a guerra, em Tucídides a guerra é mais do que o combate, representa também a situação política e as relações estabelecidas com essa pelo cidadão ateniense. Como observa Momigliano:

Todas as suas energias intelectuais foram direcionadas para a compreensão do sentido da guerra que teve que enfrentar como ateniense. Ele não via escapatória da polis em que havia nascido simplesmente porque ele concebia a vida em termos de vida política e a história em termos de história política. (MOMIGLIANO, 2004: 67)

O enfoque na política faz com que retomemos a relação estabelecida com a palavra e com os usos da memória coletiva – em Tucídides o contato com o que não se pode comprovar com os olhos e os usos da palavra favorece principalmente os engodos políticos. Sendo assim, a memória, ligada principalmente ao prazer de ouvir, aponta a oposição entre reflexão e razão/paixão e prazer, ao que afirma Hartog: “Por princípio, é impossível basear-se na memória, que esquece ou deforma ou cede, no momento da exposição, à lei do prazer que preside a prática de falar ao pé do ouvido” (HARTOG, 2011: 64). O discurso mais do que simples

registro de memória ganha um poder de persuasão que irá se aliar às funções políticas.

Essa constatação se torna importante, sobretudo, quando observarmos a transformação dos métodos adotados pelos gregos pela crescente utilização da retórica nas produções historiográficas, em que a opção pela visão vai aos poucos tomando os contornos do “fazer ver”. Mais do que testemunhar o fato é necessário saber torná-lo visível pelas palavras. Mostrando que a história é aos antigos “...uma questão de olhar e de visão...” (HARTOG, 2011: 15) e “...também fazer ver” (HARTOG, 2011: 15).

Essa proposição será válida para Salústio em suas monografias *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, visto que, em suas obras, seu estilo vai aos poucos moldando uma nova forma de lidar com a memória e, ao mesmo tempo, suas palavras produzem uma crítica política que vai muito além de simples denúncia e se entremeia em sua narrativa dando contornos diferenciados a sua história. Dessa maneira, ainda que não esteja no centro da atividade política no momento que escreve suas obras, Salústio configura sua narrativa como censura e repúdio à situação política vivenciada por Roma, da qual ele mesmo foi membro ativo. O que mostra que, mesmo se ausentes da capital devido a razões diversas, “os historiadores romanos permaneceram os homens de uma cidade: Roma foi sempre seu único objeto” (HARTOG, 2011: 43).

Com os usos políticos da palavra, a arte da oratória defendida por Cícero como aquela a formar os melhores governantes, passa a demonstrar mais o jogo entre poderes, através da persuasão, do que manter uma espécie de regularidade na construção de bons homens na política. Essa noção é apontada por O’Gorman (2007) quando da comparação entre o estilo de escrita em Salústio e Cícero. Ao se deparar com a diferença dos estilos de construção do latim entre os dois autores, O’Gorman apresenta o estilo mais sintético e grave de Salústio em contraste com o ornamento ciceroniano que lhe concedeu a fama de grande orador.

Percebemos, com esse exemplo, o entrelaçamento da política na composição do relato do historiador, visto que o texto salustiano acaba por ser, além de relato, uma escrita contra a ordem estabelecida, substituindo o estilo ciceroniano como forma de demonstrar que mesmo as palavras denotam a crise pela qual passa a cidade de Roma. Coloca-nos O’Gorman:

O modo abrupto de sua escrita é assim para recordar a vida austera e idealizada dos antigos romanos. Seu estilo sinaliza importantes interpretações políticas e morais da história. Aos seus arcaísmos se junta sua nostalgia pelas antigas virtudes, enquanto a linguagem ordenada de Cícero luta para criar a ordem no presente. (O’GORMAN, 2007: 382)

Temos, então, que “o estilo de Salústio apresenta uma postura diferente, de profunda desconfiança com a linguagem política e suas perversões” (O’GORMAN, 2007: 382). Por isso, a dissociação de estilo entre Cícero e Salústio, demonstra, nas palavras de O’Gorman, que “o estilo salustiano, pode-se dizer, marca o desaparecimento da escrita ciceroniana e do ideal de homem político ciceroniano” (O’GORMAN, 2007: 382). O ideal proclamado do político orador, dessa vida pública demarcada pelo saber, lembrando-nos que o homem romano associa teoria e prática, principalmente no que se refere ao campo de ação, mostra-se como não válido, sendo sua essência atribuída a práticas persuasivas da eloquência que nem sempre visavam ao bem comum.

Dessa maneira, interpretações, como a de Laura Ribeiro da Silveira (2007), revelam semelhanças estruturais entre as obras de Salústio e Tucídides, visto que ambos os autores retratam em suas obras referências à política que envolvia sua cidade – Roma e Atenas, respectivamente. A escolha linguística de ambos, procura, igualmente, a rigidez e a síntese para apresentar sua narrativa. Acrescentando-se, inclusive, a elaboração dos discursos que representavam os que haviam sido pronunciados para a tomada de importantes decisões. Entretanto, embora com semelhanças em suas estruturas narrativas, a concepção de memória e de tempo entre eles será distinta.

A importância do presente como o único tempo em que é possível elaborar uma história e a denúncia do passado e da memória como suscetíveis de propagar o engano não são as premissas de Salústio. Sua obra, apesar de conter elementos necessários ao entendimento da época que presencia, não opta pelo presente como o único objeto passível de estudo, sendo, antes, resultado do anseio em explicar seu presente por seu passado próximo. Assim, na memória registrada em seus textos, encontramos diferenças daquela proclamada por Heródoto, devido ao fato de essa memória construída possuir relações com a política de seu tempo, ao que entendemos que os elementos do passado auxiliam a produzir a crítica à política

atual de Roma. O que nos mostra que, cada período histórico, constituiu uma maneira específica de lidar com a memória.

Desse modo, entendemos que uma análise da memória e sua correlação com o tempo oferece outra visão acerca das elaborações historiográficas. Na medida em que, ao evidenciá-las, compõem-se um retrato de como esses autores construíram significantes para seu período histórico. Portanto, as narrativas compostas traduzem, ainda que não em forma de conceitos expressos enquanto tais, a possibilidade da temporalização do tempo.

Para compreendermos como isso é possível, basta observarmos como se dá a exposição da relação homem / tempo e homem / memória, dentro da perspectiva que até então colocamos em exposição neste trabalho. Em primeiro, pontuemos que Salústio e obras escolhidas são provenientes de um contexto que se relaciona com os interesses que transparecem na narrativa. Por exemplo, se a guerra é algo recorrente, logo se mostra como tema comum, assim como a política e seus efeitos na cidade. O que ocorre, também, com os conceitos de tempo e memória, porém não de forma direta.

Partiremos, em primeiro lugar, do pressuposto de que gregos e romanos possuem uma especificidade no que tange à ideia de tempo. Esta se mostra através da percepção da efemeridade da vida ou, mesmo, dos contornos que este fornece a existência de uma cidade, para citar o caso específico de Roma e daqueles que dela fizeram seu principal tema. Tempo, memória, morte... Noções discutidas e evidenciadas em uma relação entre homens e mortalidade que soa estranha ao nosso presente e eram para eles centrais. Como nos diz Momigliano: “Houve civilizações que gostavam de combinar banquetes com a contemplação do tempo, que nada mais é que contemplação da morte” (MOMIGLIANO, 1966: 9); os poemas épicos e a historiografia constituída acabam por serem permeadas dessas questões que envolvem o homem do período clássico e isto permite que possamos evidenciá-las, pois “a história é para os gregos, e conseqüentemente para os romanos, uma operação contra o tempo, que tudo destrói, a fim de conservar a memória dos eventos dignos de serem recordados” (MOMIGLIANO, 1966: 15).

Isto já se percebe em Aristóteles na sua obra *Física*¹, escrita entre 355 e 350 a.C. Nesta obra, Aristóteles procurou elaborar a experiência do tempo através de

¹ ARISTÓTELES. *Física*. Editora Gredos: Madrid, 1995.

sua diferenciação com as ideias de magnitude e movimento, porquanto ambas seriam ocorrências da manifestação do tempo enquanto fenômeno. Assim, ao procurar respostas a esse questionamento, o filósofo grego escreve sobre as premissas do tempo enquanto agente físico atuante na vida humana. Ligando-se, diretamente, portanto, às perspectivas do tempo enquanto mudança e contrário à permanência dos acontecimentos materiais.

O tempo destruidor é, em Aristóteles, claramente sublinhado. O tempo, o seu passar, é finito. É devido a essa finitude que ele pode ser medido e, portanto, passível de conhecimento. Um exemplo claro dessa conclusão seria a possibilidade do estudo do passado. Através da seleção do princípio e do fim de uma mudança em curso, em movimento, poder-se-ia estudar o transcurso dos acontecimentos. A única parcela do tempo que o autor admite como indivisível será o “agora”, inalcançável, sendo este o limite entre passado e futuro, não sendo mensurável. Dessa forma, se se procura o estudo do “ser no tempo” deve-se desde já pensar o ser como algo a ser medido, que possui duração e é afetado pelo passar do tempo. Coloca-nos, portanto, Aristóteles:

Por isso, “ser no tempo” é ser afetado pelo tempo, e assim se diz que o tempo deteriora as coisas, que tudo envelhece no tempo, que o tempo faz esquecer, porém não se diz que se aprende pelo tempo, nem que pelo tempo se chega a ser jovem e belo; porque o tempo é, por si mesmo, mais causa de destruição, já que é o número do movimento, e o movimento faz sair de si o que existe. (ARISTÓTELES, 1995: 280)²

E complementa:

Todas as coisas são criadas e destruídas no tempo. Por isso, enquanto alguns diziam que o tempo era “o mais sábio”, o pitagórico Parón o chamou com mais propriedade de “o mais tolo”, porque no tempo esquecemos. (ARISTÓTELES, 1995: 285)³

² Na tradução espanhola que estudamos, lê-se: Por otra parte, “ser en el tiempo” es ser afectado por el tiempo, y así se suele decir que el tiempo deteriora las cosas, que todo envejece por el tiempo, que el tiempo hace olvidar, pero no se dice que se aprende por el tiempo, ni que por el tiempo se llega a ser joven y bello; porque el tiempo es, por si mismo, más bien causa de destrucción, ya que es el número del movimiento, y el movimiento hace salir de si a lo que existe.

³ Na tradução espanhola, lê-se: Todas las cosas se generan y se destruyen en el tiempo. Por eso, mientras que algunos decían que el tiempo era “el más sabio”, el pitagórico Parón lo llamó con más propiedad “el más necio”, porque en el tiempo olvidamos.

Portanto, quando analisamos a historiografia grega e romana em sua elaboração da memória, percebe-se que, a elaboração da memória dentro da História narrada por eles se justifica na centralidade do desejo de preservação – se não das coisas tal qual eram – pelo menos no sentido de não se deixar que sejam tragadas pelo esquecimento. Memória e tempo não se encontram em pé de igualdade, são antes contrários, se o tempo destrói a memória preserva. Entretanto, a memória opera em Salústio uma espécie de contracorrente em direção a essa configuração temporal de ruínas e não permanência, demonstrando a possibilidade do estudo da temporalidade do período salustiano através do embate de duas dimensões temporais distintas: a do tempo destruidor e a da memória restauradora dos tempos idos.

Do trajeto da construção do tempo pela memória, focamo-nos no caso romano devido a sua especificidade, visto que a memória construída em relação ao surgimento de Roma e as conquistas que a transformaram favorece a instituição de um novo modo de vivenciar o tempo. Há, entre os autores latinos, a procura de constituir o entendimento dos avanços da cidade através de uma identificação de valores e princípios colocados pelos antepassados. Por isso, encontramos, na narrativa dos historiadores romanos, outro posicionamento face ao passado, cujo modelo identificamos a partir das obras de Salústio e que indica um tempo ido que emula o presente e faz entender os acontecimentos ocorridos no mesmo.

O padrão de análise histórica que Salústio nos oferece permite a possibilidade de entendimento da temporalidade histórica vivenciada por ele, de tal forma que, ao escolher seus temas monográficos e elaborar sua narrativa, informa e fornece padrões de análise sobre a conduta política e militar dos romanos e sua correlação direta com o passado recente. Este que, na obra salustiana, aparece como indício do princípio da corrupção moral que favorece o declínio da sociedade romana. Portanto, a memória, associada à relação homem/tempo/memória, colabora para a construção salustiana de um modelo reflexivo delineador de seu contexto, através da imbricação entre passado/presente constituidores de sua narrativa.

1.3 Historiografia romana: entre os *exempla* e a política

Ao direcionarmos nosso estudo para a especificidade da sociedade romana e de sua produção historiográfica, defrontamo-nos com um ambiente que apresenta várias formas de preservação de memória e as associa à condução diária da vida cidadina em Roma. De acordo com Marincola, “Roma era uma sociedade muito devotada ao passado e isso não pode ser negado” (MARINCOLA, 2009: 11). Na formação dessa devoção, várias práticas e recursos memorialísticos são construídos e conduzidos dentro da sociedade romana: discursos fúnebres, triunfos, honrarias, leis cravadas nas pedras e expostas ao público, julgamentos, os bustos postos em cada casa para trazer a lembrança dos antepassados; todos meios para se propagar o rito da lembrança⁴ e comemorar os empreendimentos romanos. A historiografia romana surge, dentro desse contexto, tardiamente, marcada pela produção dos anais dos pontífices para, posteriormente e, inspirada nos modelos gregos, constituir-se de forma crítica. Temos, portanto, que, inspirada nos moldes de preservação da memória, a escrita histórica romana apresentou-se como constituidora de *exempla*, que se sugeriam como imitação ou repúdio de um modelo apresentado, buscando, dessa forma, emular as ações para o futuro.

Nesse sentido, a historiografia romana apresenta, de acordo com Marincola (2009), uma estrutura peculiar em que, focada em seus *exempla*, preocupa-se em compreender não as terras e povos por eles conquistados e, sim, interessa-se em registrar e questionar os resultados de suas próprias façanhas: “no exterior, os feitos de generais e exércitos e de como eles estenderam o império romano em todo o Mediterrâneo, e em casa as ações dos magistrados e do Senado” (MARINCOLA, 2009: 17). Portanto, seus temas consistiam em internamente tratar de assuntos referentes à política de seus magistrados e senadores, exteriormente das realizações de seus exércitos e decisão de seus generais.

Independente de os assuntos tratados nas obras historiográficas serem de cunho externo ou interno, seus objetivos eram, sobretudo, políticos. Os historiadores romanos, com algumas exceções no decorrer da história romana,

⁴ Esses ritos constituem, para Harriet Flower (2009), elementos que colaboram para a escrita da História, evocando métodos de preservação do passado que vão para além da historiografia produzida no período republicano, para citarmos um exemplo.

foram, quase sempre, homens políticos, que tiveram vivência direta nas decisões e práticas políticas e militares, sendo que seu posterior ócio para dedicar-se à escrita da História não retirava deles a autoridade. Esse era o caso de Salústio, participante ativo na política romana até a morte de Júlio César em 44 a.C.

Dessa forma, a escrita da História do período republicano, aqui representada por Salústio, apresenta-se como um amálgama da política romana, apresentando-se, enquanto escrita, como continuadora dos processos políticos – ainda que seja na medida de procurar o entendimento das mudanças vivenciadas nesse cenário. A partir disso, um de nossos objetivos concentra-se em procurar analisar como os elementos propostos pelos ritos memorialísticos, em conjunto com os elementos externos e internos dessa historiografia, corrobora para a construção de um modelo historiográfico de cunho político, ao qual se extrai a participação ativa de membros da elite na constituição de uma exemplaridade que visa instituir moldes de conduta que forneçam meios de permanência das estruturas de poder republicanas⁵.

Roma é, no período republicano, um reduto de memória. Memória constantemente evocada, criada, comemorada e monumentalizada. Todo ato público transforma-se em um ato de memória e registro: conquistas, decisões, julgamentos, morte; todos esses elementos a serem compartilhados entre a sociedade. Contudo, essa memória coletiva, criada e repassada, não se apresenta isenta de interesses, pois, de acordo com Harriet Flower (2009), existe uma cultura de elite que fundamenta e define o que fará parte do rito de lembrança a ser partilhado com todos os cidadãos.

Nesse sentido, a cultura propagada pela elite republicana apresenta-se na ostentação de seus méritos familiares e individuais, que estabelecem uma memória coletiva, cujos cultos memorialísticos reforçam e criam a imagem política da cidade e de seus membros, sempre se pautando no viés utilitarista. O caráter utilitário é um indicativo de que os contingentes de memória são, ao mesmo tempo, não apenas repositórios de informações sobre o passado, mas também recursos diretos nas ações políticas do presente. Como observa Flower,

⁵ Estrutura de poder também proposta por John Marincola (2009), o qual apresenta uma elite republicana que elabora um modelo utilitarista da história que se propõe, antes de narrar à história, a apresentar lições, moldes e tradições que condiziam, afirmavam e colaboravam para a manutenção da mesma no poder. Por isso, temos o forte teor emocional e estilo retórico das produções historiográficas do período, visando sempre o convencimento de seu auditório/leitores a tomar as práticas sugeridas e a defender o modelo de poder exposto por elas.

“os rituais da memória que rodeiam as máscaras de cera dos políticos foram um repositório vital de informação sobre o passado, embora apresentados à luz da lógica da celebração e competição política do presente” (FLOWER, 2009: 71).

A produção literária romana se constrói e se pensa em relação direta com os ritos de memória postos dentro da sociedade e faz desses o seu articulador de temas e problemas. As produções sempre tendem a abarcar a temática exemplar e utilitarista relacionando-as com o *mos maiorum*⁶ da República. Desse conjunto de valores e condutas abarcados na tradição preservada temos, então, um modelo concreto de comparação entre os elementos do presente e os dados do passado romano que se entrelaçam para constituir a crítica ou a defesa de determinado momento político. No caso da historiografia, vemos que essa relação se apresenta de forma diferenciada e um tanto tardia, marcada, no período republicano, principalmente por Tito Lívio e Salústio. Tal constatação nos leva a procurar compreender como as dinâmicas de memória colaboram na junção entre *exempla*, história e política.

Orientações, valores e jogo de práticas que se conduzem e repassam entre os membros da sociedade romana e atualizam e conferem status de reconhecimento às instituições de poder em Roma, como no caso dos cargos e honrarias políticas são, para Matthew Roller (2009), operações que se alternam para a formação de um quadro exemplar e fundamentam a ação a ser visualizada nos ritos de memória. Sendo, tal costume, alternado de acordo com cada época retratada e reconhecido através do conceito de *mos maiorum*, no qual temos intercalados os desejos e planificações de uma comunidade e que corrobora de maneira direta na criação dos monumentos de memória.

O importante dessa interpretação consiste no fato de que essa estrutura exposta apresenta uma relação direta com a política cidadina e a qual se torna ainda mais clara quando há a observância de como o jogo se realiza dentro das instituições e com quais intuítos ela se pauta. No caso da escrita da história salustiana, o modelo apresenta o ponto de apoio para que o autor possa erigir sua crítica às ações tomadas no presente. A emulação posta por um quadro de

⁶ Entendemos por *mos maiorum* o conjunto de valores e condutas que estabelecem uma tradição a ser seguida e celebrada e que visa, sobretudo, a manutenção das glórias dos antepassados e a propagação das virtudes alavancadas por eles. O conceito, entretanto, abarca elementos que tendem a mudar de acordo com a perspectiva da fonte estudada e da época em que se aplica seu uso.

exemplaridade, tendo por base a estrutura do *mos maiorum* que apresenta os ritos da lembrança, passa a ser um ponto de partida da análise histórica, no sentido de que é por meio da tradição em comparação com o presente que a crítica é formulada.

Se pensarmos a estrutura das construções da apresentação dos retratos de personagens dentro das obras históricas, podemos analisar de uma maneira mais clara essa relação, visto que esses se mostram como uma monumentalização, sobre a qual se pauta a releitura e reinterpretação do evento que procura auxiliar a busca de respostas para problemas contemporâneos. Roller apresenta para isso o personagem Duílio, exemplo preservado por seu triunfo naval durante a primeira Guerra Púnica, personagem resgatada para a transmissão das virtudes necessárias para se almejar e alcançar vitórias, sendo um exemplo de grande impacto comemorativo para a sociedade. Mas há, no historiador, a desconfiança na relação positiva com a exemplaridade até então conduzida em Roma.

Assim, temos que, para Roller, Salústio já aponta uma emulação no presente exposta de maneira pervertida, com os antepassados e seus valores colocados no jogo do poder em discursos emulatórios que nem sempre condiziam com o tipo específico de tradição/modelo que deveriam ou pretendiam emular. E não apenas Salústio, também Lívio, César, Cícero passam a produzir retoricamente personagens que demonstram como é dada a perspectiva acerca do modelo exemplar e como ele é conduzido dentro da sociedade. Para permanecermos apenas em Salústio, basta pensarmos em quantas personagens são abertas a discursos em sua obra: César e Catão, Catilina, Jugurta e Mário. Falas que se abrem para apresentar a dualidade dos *exempla* e qual seguimento a valorização de um ou de outro modelo pode repercutir em Roma.

O quadro exemplar apresenta, então, caminhos que conduzem a uma avaliação e reavaliação do cenário político do presente, sendo ele mais do que um quadro puramente de passado, tornando-se um recurso interpretativo e colaborativo para a realização da ponte entre passado/presente e abarcando, assim, possíveis soluções e caminhos para o futuro. Por isso, tornamos a afirmar que a tradição colabora e auxilia no conhecimento dos percursos críticos da história romana no período republicano, trazendo em seu entrecruzamento de passado e presente elementos e estruturas que ajudam na compreensão dos atos políticos do tempo presente. É dentro desse interesse que os escritores romanos irão apresentar

as caracterizações em suas obras, como meio de respostas a ações diretas suas ou de outrem dentro da comunidade de que participam e para quem escrevem.

A partir disso, pode-se observar a predominância de aspectos morais e didáticos que fornecem às obras um caráter afetivo que se molda entre a dualidade de vícios e virtudes, embora, seja importante ressaltarmos, esse didatismo adotado pelas obras não seja feito de maneira imparcial ou desprovido de julgamento crítico. Ann Vasaly (2009) destaca o papel do foco da afetividade como um dos recursos retóricos a serem utilizados para a criação dos retratos/caracterizações⁷ que buscam convencer a audiência do ponto de vista levantado pelo autor, sendo que esses recursos sempre se pautavam em conduzir uma tópica que se realizava entre “louvor e culpa”. Dessa forma, o autor que utiliza esse recurso vivifica seu texto e alavanca os modelos de emulação a serem perseguidos.

Assim, a linguagem aparece nessa configuração como um instrumento de luta política e, como tal, tende a ser vista com certo grau de desconfiança, tendo-se em mente o processo que ressaltamos de seu uso como intermediária entre a tradição, os ritos da lembrança e os atos políticos do presente. Porquanto, é premente que obras como as de Caio Salústio Crispo ou mesmo as composições de Júlio César e Tito Lívio apresentem e elaborem em suas caracterizações o jogo de imagens que abarcam as ambiguidades do sistema político imperante em seu tempo. Vasaly ainda reforça que é, também, a partir desse jogo linguístico de ambiguidade e descrição de personagens que os autores criam sua própria imagem e a da arena política em que interagem.

Portanto, podemos afirmar a partir dos dados expostos, que a relação entre os *exempla*, e sua apresentação em um *mos maiorum* romano específico ao período republicano, conjuga em seu seio premissas da formação de um cenário político em que o jogo para a manutenção dos poderes de uma classe elitista é imediato. Em outras palavras, poderíamos dizer que os usos de uma memória coletiva construída por essa elite, associada a uma linguagem retórica constitutiva de discursos, colaboram para a criação de uma produção literária que, calcada no didatismo e moralismo, procuram conduzir a uma orientação específica para a sociedade romana. Entretanto, ao observar esse quadro, encontramos na escrita

⁷ Ao utilizarmos a expressão retrato, imagem e caracterização no decorrer de nosso texto, focamos, sobretudo, na explicação dos usos da construção retórica das personagens como recursos estilísticos e políticos que visam, a partir da elaboração dos discursos, apresentar o ponto de vista e a interpretação dos autores sobre o evento ou tema que relata a partir da personagem.

histórica do período a percepção do jogo característico entre os usos do passado e sua relação direta com o tempo presente, no qual vemos a crítica a partir da ambiguidade discursiva ao exporem as imagens, retratos e caracterizações de personagens reais do seio político em suas obras. A ambiguidade de seus personagens dentro da dualidade de seus vícios e virtudes procura apresentar estratégias para o estabelecimento da cooperação e consenso⁸ e, em vista disso, constituir um cenário político estável para a República.

Para entendermos esse dado, é necessário que esboçemos um pouco de como se dá a política interna republicana e seu caráter competitivo. A luta política se pauta, sobretudo, na construção da imagem dos grupos competidores, não no que diz respeito da relação de um com outro, mas, recriando-se para uma terceira categoria, da qual se espera a conquista de votos que mantenha determinado grupo no poder. De tal forma, a imagem do grupo se constrói para mostrar seus méritos a outrem, de forma que a competição se caracteriza pela procura de agradar ao outro grupo presente na disputa. Como afirma Hölkeskamp, “nessa ‘forma especial de luta’, as ‘partes’ envolvidas e participantes não lutam ‘diretamente uns com os outros’ mas ‘pelo sucesso de seus méritos aos olhos de uma terceira parte’ como instância de referência ou como autoridade julgadora” (HÖLKESKAMP, 2010: 99). Nesse sentido, o quadro político colabora na constituição de uma memória em que os ritos de lembrança são antes um artefato em que a memória se delinea como instrumento de persuasão e convencimento do que simples recordação do passado. Em outras palavras, diríamos que, apesar de termos a memória como aquela que mantém e resgata o passado do esquecimento e traz os valores a serem seguidos como *exempla*, o culto da lembrança se transforma em peça política, cuja importância se traduz na manutenção do poder ou de sua perda.

O repertório extenso e refinado de cerimônias e rituais nos confirmam tal dado, visto que, através deles, famílias nobres constituíram sua imagem como herdeiros diretos da tradição e dos valores morais dos primeiros romanos, apresentando-se assim como continuadores naturais na constituição política romana, sendo “representantes da ‘romanidade’, doadores e organizadores, patronos e benfeitores” (HÖLKESKAMP, 2010: 100). Para manter essa estrutura,

⁸ Hölkeskamp (2010) afirma que dentro de uma classe política competitiva como a romana são necessárias duas premissas: consenso e consentimento. A partir do princípio de que há uma classe governante a instituir um vínculo de poder, para que esse permaneça faz-se imprescindível o consenso entre as regras e modelos de conduta estabelecidos.

os membros das famílias antigas ou, ainda, aqueles que não possuíssem um passado ancestral, procuravam se destacar, principalmente, na arte da oratória, pois, por meio dessa, manteriam contato direto com o público e, nesse contato, construíram a imagem representativa dessa “romanidade” que teria por objetivo central despertar a atenção dos cidadãos e atrair seu voto.

Tal construção tem tamanho destaque que “o papel do orador torna-se parte constituinte e pré-requisito da proeminência social, bem como o alcance da ‘técnica’ e ‘expressividade’ na função oratória seriam meios e ‘instrumentos pessoais de modificação social e pessoal’” (HÖLKESKAMP, 2010: 103), o que fundamenta a arte oratória como elemento essencial dentro da cultura política romana. Como elemento próprio dentro da comunicação política, os usos da oratória passam a delimitar uma hierarquia dentro de seu processo de constituição e reprodução do que se consentia por elementos essenciais a serem levados ao campo político. Dessa forma, Hölkeskamp afirma que para manter tal estrutura torna-se necessário que o conjunto de regras e normas que a regem sigam um padrão comum a eleitores e candidatos, que as identificam, e mantém, assim, o consenso em suas disputas.

Aplicar essas normas e regras, definidas como um conjunto de tradições próprias à sociedade romana e nomeada de *mos maiorum*, cria uma estratégia pacífica de administrar a competição dentro do cenário político republicano, pois, seus elementos centrais fomentam o consenso necessário para que não haja dissensões que causem rupturas no corpo civil da comunidade. O desafio surge quando, ao construírem-se novas possibilidades políticas após a derrota de Cartago, a disposição até então pretendida da tradição se modifica e transforma os meios de ação política, o que ocasiona, dentro desse quadro, uma ruptura com os padrões que os norteiam e os tornam consensuais em Roma, de tal forma que, ao se quebrar, a dissensão se torna uma das principais características que envolvem a disposição política dos últimos cem anos da República.

E é esse contexto, que acreditamos, as obras de Salústio visam mostrar. No sentido em que procuram, através de uma narrativa com marcas de ambiguidade, demonstrar a transformação das virtudes do passado demarcadas pela tradição em uma nova estrutura que ainda não se resignificou e que, porém, já se encontra presente na sociedade e passa a reger suas ações. Salústio cria, portanto, uma antítese que congrega esses dois novos sistemas de valores e evidencia, segundo

Batstone (1988), “em suas antíteses uma fragmentação de diferentes dimensões, resultado de virtudes, elas mesmas em conflito umas com as outras, e de uma falha conceitual que produz uma oposição entre as tradicionais virtudes romanas de ação e as tradicionais categorias intelectuais pelas quais essas virtudes são conhecidas, nomeadas e compreendidas” (BATSTONE, 1988: 2). Tal constatação nos remete à ideia de que, após a derrota de Cartago, o sistema de valores, que até então regia as normas e regras que validavam o consenso, sofrem, aos poucos, uma nova significação e, dentro desse processo, surgem as dificuldades de se pontuar quais mudanças são essas e quais resultados trazem para o seio político de Roma. Temos, então, que para uma sociedade competitiva, em que a significação da tradição rege a estrutura de poder, a presença de um outro sistema de valor traz em si a marca do conflito, a tal ponto que, para Batstone (1988), “a incapacidade dos valores de trabalharem juntos para o bem da república, torna-se central para cada contexto em que a *cínclise* aparece” (BATSTONE, 1988: 5).

Destarte, temos apresentado que dois sistemas de valores se perpetuam em Roma, aos quais se segue o conflito iminente da ausência total de acordo entre um e outro, seja na escolha de apenas um deles para reger o consenso ou, mesmo, da validação dos dois como uma nova forma de se pensar a memória e a tradição dos grupos políticos da república. O que faz com que as monografias salustianas criem um retrato dessa divisão, segundo Batstone (1988), por meio de uma análise que não apenas compara os dois sistemas de valores presentes, mas divide os mesmos em virtudes individuais, dentro das quais delinea o contraste explícito e formal entre elas. Ao realizar essa diferenciação, se citarmos com Batstone os exemplos de Catão e César, visualizamos uma arena política que traça dois homens virtuosos em esferas diferentes da ação, cuja lógica não se consegue separar totalmente dentro do domínio político. Assim, percebemos que Salústio, de certa maneira, denuncia a desintegração da virtude da tradição e o elaborar intrincado de virtudes outras que possuem em si a aparência do engano. Para Batstone:

O texto de Salústio, em suas declarações discursivas e justaposições e movimentos retóricos, mantém a lembrança e criação de decepções, perversões e desaparecimento da *virtus*, e o faz através do surgimento de outras virtudes. Daí que, a nosso ver, os elementos essenciais do *ingens virtus* estão em conflito. (BATSTONE, 1988: 12)

Nesse sentido, a presença do conflito entre as virtudes dispostas traça os contornos de um abuso retórico que subverte as antigas virtudes e propaga novos padrões. Os padrões de memória se alteram para servir não a um interesse comum, mas, agora, se propagam na explanação que sugere e procura alavancar interesses individuais. A tal ponto isso se torna notório, que há em Salústio a procura de uma linguagem distinta às usadas no período no qual compõe suas obras, já que, se pesar a elocução de sua época, percebemos que o rebuscamento linguístico traz dificuldades de compreensão da mensagem anunciada, pervertendo as formas de se promover as resoluções de ação e julgamento necessárias para a sociedade. Percebemos, dessa forma, que a estrutura breve e ágil de Salústio, assim o é para que seus leitores possam identificar de imediato que algo importante está torto e fora do lugar.

Em outras palavras, podemos dizer, seguindo a própria interpretação de Batstone (1988), com a qual concordamos, que a escrita de Salústio se submete, dentro de sua ambiguidade, a acordar e mover em seu leitor o interesse de checar as disposições que ele apresenta como relativas às imbricações subversivas dos valores virtuosos da república ou, antes, a manipulação dentro dos discursos e as divergências que necessitam de acordo dentro dos grupos políticos. Claro que essa proposta é um dado indireto, traçado entre retratos, discursos e digressões, dados fornecidos ao leitor para que o leve fora do texto e que esse pondere sobre o funcionamento das atividades políticas em seu tempo.

Sendo assim, quando pensamos a historiografia romana, a partir das obras de Caio Salústio Crispo, defrontamo-nos com uma narrativa intrincada e com bases críticas a serem observadas sobre o período no qual e sobre o qual escreve. A perspectiva historiográfica romana, podemos dizer, passa por um processo lento de delimitação de sua temática, com os relatos históricos sendo, a princípio, apenas descrições pontuais dos acontecimentos nos anais. A perspectiva muda quando a história passa a ser vista como um gênero e, pontualmente, como um gênero capaz de esboçar uma carga exemplar que teria por objetivo a utilidade para as ações humanas através dos exemplos passados. Cícero será um dos autores a promover um dos postulados sobre o que se espera desse discurso e sugerirá formas de se realiza-lo, lembrando, claro, da famosa carta a Luceio – na qual aponta como apropriado ao gênero histórico se apresentar em forma monográfica,

ainda que, no decorrer de tal disposição, mencione o desejo de ser exaltado enquanto protetor da pátria. Ou seja, a narrativa fomenta o desejo de permanência e manutenção de uma memória capaz de influenciar no futuro. É claro que todas essas afirmações serão passíveis de maior análise no decorrer do trabalho. Por ora interessa-nos dizer que tais aspectos influenciaram a escrita da história salustiana, ainda que no sentido de se postar de maneira totalmente divergente daquela proposta por Cícero.

No entanto, ao delimitarmos a memória e a temporalidade como objetos de análise e, mais ainda, ao procurarmos encontrar sua conceituação abstrata dentro das obras salustianas, defrontamo-nos com a pertinência desse processo dentro das construções históricas, na medida em que, por meio de sua colocação, seja no âmbito textual quanto no âmbito da formatação de uma estrutura social, ela nos oferece um parâmetro crítico de um dado de extrema importância para o contexto romano – a política. Salústio usufrui da memória para postular a sua crítica e reflexão sobre o período histórico que vivencia na República romana tardia. Mais do que procurar conceituar memória na obra salustiana, mais interessante seria entender como sua atuação na construção da tradição do *mos maiorum* romano se torna instrumento de persuasão dentro do quadro político da sociedade, de modo que seus usos são de interesse estritamente político.

Desse modo, as monografias salustianas demonstram, por meio de análises temáticas, quadros gerais da ação política e militar romana, demarcadas, sobretudo, dentro da ambiguidade que, obtida através da contraposição de dois valores virtuosos dentro do quadro de competição política, colabora para tornar a crítica salustiana observável por meio de contradições que explanam os motivos que levaram a ausência de consenso entre os grupos políticos da República, a tal ponto que, esses grupos se dispuseram a lutar conflitos que marcaram a mudança estrutural do governo em Roma.

Para entender esse processo, pensamos ser necessário, em primeiro lugar, observar os padrões de memória na Antiguidade greco-romana e suas nuances que envolvem desde a criação de um quadro de valores (virtudes) e, portanto, de uma moral específica a um período até seus usos estritamente persuasivos que se embasam na arte oratória e nas disposições retóricas que conduzem e norteiam o cenário político republicano; passo que procuramos definir e delimitar no decorrer deste capítulo. Em seguida, torna-se essencial pontuar qual e o que é essa

República romana tardia, quais elementos a compõe, que grupos políticos se encontram em embate em seu seio e como seu quadro de consenso político se deteriora conforme a transformação vivenciada após suas conquistas mais importantes. Para isso, pretende-se entender a posição do gênero histórico em face da problemática do conflito civil na sociedade romana, o que nos leva a pensar a definição de história em Salústio por meio de sua recusa a seguir plenamente os padrões de narrativa histórica propostos por Cícero. Acreditamos que, a partir desses pressupostos, poderemos construir, como terceiro ponto, uma análise direta de nossa fonte, indicando no que se separa ou aproxima do que expuseram seus comentadores no que diz respeito a sua reflexão crítica das disputas políticas do período republicano.

Pretendemos, portanto, como nossa hipótese central, entender *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, como monografias que, ao trabalhar o passado romano logo após a derrota de Cartago, sugerem a transformação da conduta política do tempo presente, o qual se torna o momento no qual Salústio escreve. Dentro desse ponto de vista, a memória e a temporalidade presentes e articuladas dentro de sua obra colaborariam para a crítica e a reflexão da política romana nos anos finais da República.

Entre o consenso e a dissensão: acordos e rupturas na política da *res publica*

Ao se estabelecer uma análise sobre o quadro político da República romana, associado aos usos da memória por essa sociedade, acreditamos ser necessário, em primeiro lugar, definir as características e os eventos históricos que permearam esses anos e entendê-los como fundamentos de uma transição que modificaria a disposição política e social de toda uma comunidade. Nesse sentido, a releitura de um contexto através de uma lente interpretativa diferenciada pode, para além de registro de datas, envolver a interessante reflexão das motivações pertinentes dentro de um influxo constante de informações propagadas no decorrer de uma época.

A culminância das transformações sociais e políticas ocorridas no século I a.C. em Roma são, sobretudo, resultados de um processo gradual de disposições sociais, políticas e econômicas no seio desse grupo social, no qual se inserem os *nobiles*, os homens novos e os populares. Portanto, demarcamos o século II a.C. como época norteadora das principais reformas que abalaram e movimentaram o cenário político republicano. Observam-se, nos anos que se estenderam de 180 a.C. a 139 a.C., sequências ininterruptas de acontecimentos que vieram a alterar a disposição da República e sua organização, no sentido mesmo da dificuldade de coordenar os desafios que surgiam no âmbito interno e externo. Dessa forma, reformas como as agrárias, no caso da de Tibério Graco ou, da disposição das regras relativas ao aumento gradativo das colônias, indicaram de forma efetiva a necessidade de se repensar e posicionar a política da cidade. Também a estrutura do aparato político teve sua cota de modificações, a carreira política, o calendário político, o sistema judiciário, a introdução gradual do voto secreto, cujas iniciativas entendemos por uma tentativa constante de reestruturar o sistema para conciliar os conflitos nascentes entre as parcelas divergentes da sociedade, como os *nobiles* e os populares.

Nesse sentido, buscamos, no decorrer de nossa análise, apresentar uma cronologia diferenciada para essa fase da república, focando-nos, sobretudo, nos séculos II e I a.C. para definir as rupturas sofridas dentro do interior da República e apresentá-la como estrutura mutável e pouco propensa a encaixar-se em grandes blocos engessados de definição histórica. Em outras palavras, isso sugere um sistema dinâmico e sujeito a manifestações constantes de conflitos que visam a instaurar novas lógicas de organização. Ao indicarmos a periodização proposta por Harriet Flower (2010), temos uma visão mais ampla do aparato político romano, que nos auxilia, sem dúvida, a posicionar Salústio e a estrutura de suas obras dentro do contexto republicano.

A memória, nesse caso, não deixa de ser para nós uma preocupação e aparece, dentro da proposta cronológica de Flower, como indicadora de padrões históricos de conduta para a sociedade romana. Embora utilizada como preservação do passado, no caso romano, percebemos usos diversificados da mesma, que agora não mais é vista apenas com o repositório de passado, mas torna-se, em certa medida, um instrumento político. Função essa visível e admitida não apenas nas disputas políticas, sendo presente também nas obras escritas no período. A tradição constantemente evocada se torna o elemento essencial para a política dos *nobiles*, pois, por meio dela, propagam o ideário de consenso e coesão social que favorece a permanência dos mesmos no poder.

A indicação do sentido político da memória nos confere um olhar mais apurado acerca dos eventos civis e militares que permeiam Roma durante a *res publica*, visto que, para essa comunidade política, torna-se imperativo realizar por meio de ritos de lembrança o ideário de unidade entre a sociedade permitindo-se manter a ordem vigente. Assim, rituais fúnebres, jogos de gladiadores, festas religiosas como, por exemplo, as Lupercais, a celebração dos triunfos e a disposição da eloquência da oratória nos tribunais recebem nesse momento um excesso de importância e valorização que tem por principal objetivo atuar na formação de uma imagem de consenso na cena política republicana.

Contudo, o excesso de memória e de valorização do *mos maiorum* tende a denotar o contrário do que se pretender realizar, visto que, embora arduamente lembrados e celebrados, não tem mais indicativo de presença real no seio da comunidade romana. É a tal ausência que as obras de Salústio e Cícero se referem, e, no caso da obra salustiana, o destaque torna-se ainda mais evidente, já que além

de demonstrar a total ausência dessa imagem propagada, também demonstra como, aos poucos, ela se perdeu e foi substituída por outro modo de cultivar a ação dos governos frente à sociedade e ao poder.

A presença dos excessos configura para Salústio, também, os usos danosos da retórica e da eloquência que, em detrimento de buscar o bem comum, passa a utilizar seus artifícios para um convencimento composto pela ambiguidade de seus articuladores, visto que, utilizada pelos homens que procuram ascender ao poder à época de Salústio, temos seu uso voltado para interesses individuais disfarçados de preocupação com a comunidade cívica e permanência das estruturas originárias da *res publica*. Talvez, por isso, na composição textual salustiana, nos defrontemos com uma estrutura linguística que procura fugir das regras de um texto rebuscado e eloquente, primando, todavia, pela brevidade e arcaísmos, do que acreditamos ser uma maneira de desenvolver denúncias políticas através da própria linguagem escrita.

Dentro desse quadro, pensamos a cronologia colocada por Flower como auxiliar na hora de indicar um contexto para as composições monográficas de Salústio, visto que elas sugerem os resultados da efervescência das mudanças estruturais da *res publica*, assim como permite checar a época de transição na qual o autor escreve, revelando sua postura crítica e de denúncia dentro dessa dinâmica de poder na República. Para tanto, temos por ideal, nesse momento, entender a produção salustiana a partir das premissas de uma tradição utilizada de modos outros na atuação política do homem romano, sendo interessante ressaltar que nosso autor trabalha, já tendo vista esse indício, nos períodos demarcados de clara ruptura na condução política de Roma. Ainda dentro dessa ideia, pensamos ser a obra ciceroniana também um indício dessa efervescência política e suas consequências, principalmente em obras como *Da República*, em que postula o seu entendimento e configuração sobre a mesma e os pontos onde ela falhou.

Fica estabelecido para nós, portanto, que para bem ver as informações obtidas por essa periodização diferenciada da República, faz-se pertinente explorar em primeiro lugar a sua dinâmica na análise de dois autores diferentes entre si, mas que tenderam a falar a mesma língua no que se define por entendimento dos processos de crise nesses últimos séculos da República. Acreditamos que suas obras fornecem elementos de denúncia de uma comunidade política que, após a culminância de determinados eventos, citando apenas o caso

da vitória sobre Cartago (146) como exemplo, já não foi mais a mesma e, por esse intermédio, definir o que a ebulição da dissolução do consenso político trouxe em termos de divisão política e fortalecimento dos líderes militares para a sociedade romana.

2.1 República Romana: da formação de um ideário político às subsequentes crises que enfraqueceram o sistema

É importante ressaltar, ao iniciarmos a reflexão sobre a república romana, que esta sempre exerceu fascínio sobre o mundo moderno, a ponto de transformar a posterior leitura e interpretação desse período em favor de uma cultura política moderna que desejou tomá-la por modelo. Nesse sentido, ao nos depararmos com as interpretações do período republicano é comum encontrarmos uma visão simplista que foca, principalmente, em seus elementos estruturais de organização política, sem que se defina, de modo preciso, como essa estrutura se colocava em ação pela sociedade romana. Portanto, acreditamos que, embora a periodização seja relevante na compreensão dos eventos, ao tratarmos da história romana, em especial no que diz respeito à *res publica*, esta deva fugir dos padrões engessados em que foi colocada (por exemplo, a divisão de sua história nos blocos “monarquia, república e império”) e se ramifique dentro de cada tipo, para que se possa explorar, a contento, toda a sua complexa organização e disposição política e social, condensando uma época marcada não apenas por uma determinada estrutura de aparelhagem estatal, mas que se encontra em mutação dentro de si mesma.

Caracterizada por definir uma comunidade política, o termo *res publica* abarca o que diz respeito à coisa pública, uma definição criada a partir do momento em que, derrubando-se o poder centralizado dos reis, o senado atribui à comunidade, dividida em tribos, a função política de participar diretamente, por meio do voto, das decisões tomadas pelo governo. Em termos gerais, poderíamos colocar a *res publica* com o significado de abertura e transparência exercida por meio de um aparato legal. Diz-nos Flower:

A República faz todo sentido em termos de uma cultura política romana e de uma gradual evolução cívica da comunidade

baseada na igualdade dos cidadãos de sexo masculino dentro de um sistema estabelecido de lei que habilitava os cidadãos a participar pessoalmente no voto por unidade, sendo as unidades baseadas em tribos ou em divisões do exército. (FLOWER, 2010: 11)

Com o encerramento do governo dos reis em Roma, tem-se a transição para a República através da escrita do primeiro código de leis; passa-se a definir, agora, a importância dos cargos e suas funções, além das alterações e acréscimos que esses recebem no decorrer dos anos. De maneira geral, a história teve por tendência dividir a *res publica* em três períodos: república nascente, média república e anos finais da república, dentro dos quais condensaram os principais eventos de Roma durante o período. Entretanto, Flower (2010) indica uma nova interpretação dos anos republicanos, levando-se em consideração as transformações do corpo político para sua montagem, definindo, assim, para a periodização, “seis repúblicas” pertencentes ao período Republicano, com as suas particularidades ligadas diretamente às transformações geradas dentro dos conflitos políticos vivenciados pelos grupos que competiam pelo poder nesse cenário. A saber:

1. Ca. 509-494. Período de transição pré-republicano após a monarquia;
2. 494-451/0. A protorepública antes do primeiro código escrito;
3. 450-367/6. **República 1:** Um experimento, incluindo tribunos consulares;
4. 366-300. **República 2:** A emergência na República compartilhada entre patrícios e plebeus;
5. 300-180. **República 3:** A República dos *nobiles* 1;
6. 180-139. **República 4:** A República dos *nobiles* 2;
7. 139-88. **República 5:** A República dos *nobiles* 3;
8. 88-81. Período de transição (golpe de Sila, dominação de Cinna, ditadura de Sila);
9. 81-60. **República 6:** A República de Sila (mudanças significativas a partir de 70);
10. 59-53. O triunvirato (Pompeu, César e Crasso);
11. 52-49. Período de transição;
12. 49-44. A ditadura de César (e a curta transição após seu assassinato);
13. 43-33. Outro triunvirato (Otaviano, Lépido e Antônio). (FLOWER, 2010: 33)

Dessa forma, a cronologia apresentada pela autora fornece uma visão mais abrangente da República e de suas divisões durante os anos que a demarcam

enquanto período histórico, sobretudo no que concerne à sua disposição política. Percebemos, no quadro acima exposto, que há na *res publica* a predominância do grupo político delimitado como *nobiles*, cuja atuação se estendeu dos anos 300 a 88 a.C. Dessa disposição, destaca-se a campanha política que, acompanhando as mudanças na sociedade, dispôs o “discurso da tradição e uma insistente reivindicação de uma herança eterna, que devia ser considerada em si um artefato cultural criado para um propósito político” (FLOWER, 2010: 23), alavancando um panorama de tradição, tendo por base a deliberação, negociação e criação de consenso dentro das disputas vivenciadas no corpo político da cidade, sempre dando vazão à predominância das famílias patrícias em detrimento dos plebeus, formando-se uma cultura política própria aos *nobiles*.

No entanto, o modelo de república traçado pelos *nobiles* passa a sentir suas bases se enfraquecerem a partir das mudanças contínuas sofridas não só dentro do aparato político, mas também dentro da sociedade como um todo. Assim, no decorrer do século II a.C., pontuado nos anos 180-139 por Flower como a quarta república, e a segunda coordenada pelos *nobiles*, percebemos uma série de eventos que se seguem, como o aumento do número de escravos, conquistas materiais não bem distribuídas, crescimento da própria cidade de Roma e o aumento das colônias romanas; formando-se, em seu interior efervescente, uma realidade de violência, divisão e tentativas falhas dos programas de reformas na lei.

A situação política passa a ser gradualmente transformada. Inicia-se uma nova formatação de carreira política proposta na *Lex Villias Annalis* (180), assim como a transformação do calendário político (153), que se desassocia dos eventos militares dos idos de março para, então, ter seu início nas calendas de janeiro e, dessa maneira, desarticular a atividade política, pelo menos em um curto período, da atividade militar que era exercida pelos cônsules. Ainda dentro da estrutura do governo, tem-se a reforma do sistema judiciário (149), que teria por principal objetivo viabilizar um maior controle de Roma sobre suas províncias. Essa necessidade delinea-se dentro do contexto de aumento das colônias romanas, ocasionada pela expansão territorial de Roma, cuja criação de colônias

serviu muitas funções, inclusive defesa e segurança, reunião de informações sobre as áreas recentemente conquistadas, e a

regular oferta de novas oportunidades para os pobres e recém proletarizados na cidade, ou para qualquer outra pessoa em Roma que sentia a necessidade de um novo começo. (FLOWER, 2010: 66)

A derrota de Cartago, em 146, pontua, ainda, a necessidade de revisão das medidas externas tomadas pelos romanos em relação aos povos dominados, mas, para Flower, o que se destaca, sobretudo, são as questões internas, a partir do ponto em que dada as novas conquistas territoriais torna-se premente pensar a divisão de terras. A reforma agrária proposta por Tibério Graco em 133 tornou-se o ponto culminante das transformações vividas na sociedade romana, de forma que, em 130, a categoria de votação se modifica, sendo o voto aberto gradualmente substituído pelo voto secreto.

A introdução do voto secreto foi uma revolução política no coração da república dominada pelos *nobiles*, cujo status da elite dependia do sucesso eleitoral e da aceitação do público em contextos cívicos para cidadãos comuns. (FLOWER, 2010: 74)

Tende-se a pontuar a reforma alavancada pela introdução do voto secreto como uma tentativa de combate à corrupção, assim como para amenizar as insatisfações existentes acerca do sistema de votação até então vigente. De tal forma, observa-se que há, nesse momento, a tentativa da condução pacífica de uma reforma política no cenário republicano, conciliando fatores internos e externos, fomentando-se uma cultura, que como já dissemos, baseia-se no debate e na criação de uma imagem ideal para construir o consenso. Mesmo a criação das moedas tem, como modelo, um variado leque de referências a símbolos religiosos, ideais políticos, eventos históricos e monumentos de Roma, no claro desejo de perpetuação da imagem dos antepassados e dos valores virtuosos da República como configurado no *mos maiorum* romano.

De acordo com Flower, ao se analisar as reformas realizadas no decorrer do século II a.C., cria-se, sobre o período, uma visão da interação entre pressões internas e externas, criando-se a sutil noção de uma república. No entanto, a gama de diferentes influências sofridas acaba por levar ao colapso do sistema nos anos 80. Em outras palavras, poderíamos destacar que, embora o sistema político tentasse manter, ainda, a visão do consenso, esse se dissolvia na ocorrência constante de eventos que demarcavam cada vez mais a dissonância e a competição

no cenário republicano. Alföldy (1997) já pontuava esse panorama, no qual, a disposição de fatores internos e externos formava uma sequência ininterrupta de perda dos elementos consensuais dentro da organização política republicana, já denunciada na resposta violenta dada à reforma agrária proposta por Tibério Graco. Ou seja, dentro do que se definia a república dos *nobiles*, justificada na manutenção do consenso dentro do quadro de competição política, essa vai, aos poucos, se diluindo não só em termos políticos, mas também em termos de transformação social e econômica.

As verdadeiras causas da crise residiam, na realidade, nas insuficiências da constituição do Estado e na transformação das relações sociais que se verificou após a segunda guerra púnica. Salústio avaliou bem a importância da decadência das antigas normas de comportamento, pois essa decadência equivaleu à dissolução do sistema de referências da sociedade romana. (ALFÖLDY, 1997: 108)

A menção a Salústio denota o posicionamento do historiador romano face aos eventos que demarcam, para ele, a mutação da estrutura política romana. A começar pela disposição do confronto externo caracterizado pela guerra contra Jugurta, dentro da qual a obra salustiana evidencia como se encontra o jogo político e militar em Roma e fora dela. Vale ressaltar, ainda, que Jugurta lutara ao lado dos romanos e, essa situação, o transformou em um combatente que esboçava o seu perigo real porque detinha conhecimento do funcionamento do exército romano. Durante a guerra da Numídia, temos, então, o sinal de que o grupo dos *nobiles* está falhando e que é necessário repensar o posicionamento romano em relação a essa nova situação política. Salústio, portanto, aponta esse momento como de rompimento com a política tradicional. E que Flower pontua sobre os argumentos do autor:

Salústio diz que se propôs a escrever a guerra contra Jugurta em parte porque houve nesse momento o primeiro movimento político por romanos comuns a questionar a liderança tradicional e as bases da administração da política externa. Pode-se reformular isso no sentido de que eles questionaram a condição de sua República. Um argumento pode ser que a reconstrução de Salústio falha em levar em conta que um divisor de águas político já havia ocorrido na época dos Gracos, quando (admite Salústio) profundas divisões surgiram

na vida política em Roma. Salústio, contudo, traz um argumento diferente e mais eficaz. (FLOWER, 2010: 106)

Bellum Iugurthinum nos traz, para esse momento de nossa análise, a importante figura de Mário no processo de reestruturação dentro do cenário republicano, a começar pelo detalhe de ser ele um *homem novo*, não descendente das famílias patrícias e desligado da herança direta dos valores virtuosos que esses alegavam possuir, a tal ponto que, sublinha (dentro do discurso construído por Salústio), ser ele um homem que faz suas próprias virtudes através de suas ações concretas. De fato, a proeminência de um homem como Mário no contexto político da república dos *nobiles* já representa, em si, uma transformação do sistema. A presença de uma personagem desligada dos princípios que regiam a tradição moral demarcada demonstra que há um momento de transformação que não pode mais ser revertido. Incute-se também na figura de Mário a responsabilidade pela reforma militar, que passa a aceitar homens sem posse e voluntários para se alistarem e servirem o exército em 104. Portanto, quando Flower estipula que há na análise salustiana uma premissa diferente e eficaz, não acentuando a questão dos Gracos, mas admitindo-se outra referência para o processo histórico em curso, temos, a partir de nossa interpretação sobre os dados apresentados, que o texto de Salústio evidencia a crise do poder político por uma ótica que parte do pressuposto das ações no exterior (guerra contra Jugurta, dentre outros conflitos), para explicitar o quadro caótico de ambição e perda de valores que se perpetua pela cidade de Roma. Nesse sentido, observa-se que, Salústio, a partir da narrativa do conflito contra Jugurta, delimita a ruptura dos elementos essenciais para a manutenção do consenso e pontua o início dessa ruptura e da divisão que se forma no seio do corpo político da cidade. Ao que Flower discorre sobre a descrição de Salústio acerca de Mário:

Muitos historiadores modernos entenderam as monografias de Salústio como composições essencialmente livres feitas pelo historiador. As principais ideias, entretanto, podem ainda refletir a retórica do tempo e do “homem novo” Mario, que não possuía ancestrais com cargos políticos em Roma. Sua linha argumentativa estava relacionada com a retórica de antigos Romanos que fizeram a si próprios, notadamente Catão, o Censor, uma retórica que se baseia no argumento de que, por trabalho duro e integridade, os homens novos poderiam encarnar os valores dos antepassados tão bem quanto os seus

descendentes biológicos. Mas as palavras de Mário parecem de um tom muito mais corrosivo, especialmente sua crítica devastadora das famílias políticas estabelecidas como incompetentes e desonestas. (FLOWER, 2010: 109)

No que diz respeito ao ambiente político, a eleição de Mário a cônsul e sua aprovação cada vez maior denota que a população romana se encontrava descrente com as lideranças das famílias políticas que se mantinham no poder até então. O resultado dessa modificação gradual da imagem construída acerca dos *nobiles* se forma, sobretudo, durante a guerra na África contra Jugurta e os reveses anteriores contra os Cimbrós e Teutões. O cenário constante de guerras no exterior e de conflitos internos demonstra, dentro dessa sociedade, que a violência cada vez mais generalizada mina o ideário de um jogo político que se mantinha através de um quadro de normas e regras, potencializando assim em um grau cada vez maior de não aceitação de derrotas e da prerrogativa de excluir quaisquer possibilidades de que o rival político mantenha seu futuro na política da cidade. De tal forma esse dado se torna evidente, que pontuou, de acordo com Flower, um excesso cada vez maior na retórica e iconografia que exalte a tradição e os meios de mantê-la.

A retórica e iconografia cada vez mais insistentes representando valores e práticas tradicionais era um sintoma do sentimento de estranhamento e perda, que só piorou com o tempo. O mesmo se diz do aparecimento de “ancestrais” em vários contextos da vida romana; tal uso assertivo de recursos a figuras anteriores e à importância central das famílias políticas era inovador e refletia temores recônditos sobre o estado de uma *res publica* que não mais pertencia aos *nobiles*. (FLOWER, 2010: 136)

Mesmo Cícero, em sua obra *Da República*, sugere, no livro quinto, elementos necessários para a sua manutenção, embora reconheça e destaque que a *Res publica*, descrita pela tradição já não mais existe e dela mantém apenas o nome. O livro também é um demonstrador dos costumes celebrados e que visavam a manutenção da harmonia da República, mas que, entretanto, se perdem no período de crise. Autores como Flower (2010), Alföldy (1997), Shotter (1994), Deniaux (1987) e Thébert (1980), citando apenas alguns nomes, pontuam o mesmo paradigma de Cícero, para quem a República, tal como concebida nos ideais da tradição, se encontra, no momento da ruptura política do século I a.C.,

transformada em meio às cisões políticas, militares, sociais e econômicas. No entanto, pontuam também que há, nos autores romanos da época, sugestões para encontrar novos caminhos na administração da cidade. Para citar o exemplo de Cícero:

Nossa idade, pelo contrário, depois de ter recebido a República como uma pintura insigne, em que o tempo começara a apagar as cores, não só não cuidou de restaurá-la, dando novo brilho às antigas cores, como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho e os últimos contornos. (Cícero, *Da República*, V, 1)

E conclui que “Em suma, não há felicidade sem uma boa constituição política; não há paz, não há felicidade possível, sem uma sábia e bem organizada República” (Cícero, *Da República*, V, 5). Demonstra-se, assim, que Cícero já denota em sua obra, um grau de pessimismo face à realidade política enfrentada e contraria ao que até então se tinha disposto dentro das normas estabelecidas para o consenso. De acordo com a interpretação de Flower, tal prerrogativa conhece seu fim no advento de Sila ao poder e demonstra que as posteriores tentativas de unidade só confirmam a perda da mobilidade pacífica de competição política. Portanto, dentro de seu quadro cronológico, o sistema de república fundamentado por Sila abre a sexta e última república, que se encerra na formatação de quadros políticos completamente diversos aos que se constituíram antes de 139 e suas decorrentes transformações que levaram Sila a ditador na década de 80.

Nesse sentido, acreditamos ser essencial, para aprofundar nossa análise, que pesemos o que necessariamente esperava-se do consenso dentro da República e de como este se formulava dentro do imaginário social ou, no que definimos, como ritos de lembrança e estruturas de memória, que perpetuam determinado grupo político no poder, alavancando sua conduta como tradição a ser conservada e mantida por todos os membros da sociedade. Temos, deste modo, de acordo com Egon Flaig (1994), na cultura romana, uma variedade de dinâmicas que visavam manter a sensação de estabilidade e de pontos convergentes de interesses comuns, indo-se em direção à diversidade de recursos para se estabelecer os vínculos funcionais de unidade e consenso.

A princípio e, de acordo com o autor, temos dentro do contexto da república dos *nobiles* a importância do jogo eleitoral, em cuja disputa pela

arrecadação de votos se fundamenta uma estrutura que, para se manter, necessita de toda uma dinâmica e comunicação próprias, cujos objetivos seriam a manutenção e conquistas de votos que mantivessem o grupo aristocrático no poder. Para Flaig, “as eleições determinavam portanto a carreira dos membros da aristocracia, elas determinavam sua chance de ascender a posições de poder (ao fazer a guerra e celebrar os triunfos), e assim adquirir influência e riquezas” (FLAIG, 1994: 4). Na perspectiva de Flaig, o jogo político tendia, sobretudo, a favorecer a política de consenso da aristocracia que, calcada na ideia de permanência do grupo no poder, criava as condições necessárias para que esta se realizasse através do sistema eleitoral.

Pergunta-se, portanto, quais seriam essas medidas tomadas em favor dos *nobiles*, dos quais temos a elaboração de lugares e ritos que visavam a criação de práticas, cujo objetivo maior seria fomentar a unidade semântica e funcional, dos quais se esperava o quadro claro de normas culturais e políticas que lançam sua teia de influências por toda a sociedade. Para Flaig, toda a cultura republicana se fundamenta, nesse período, em criar elementos que favoreçam a posição dos *nobiles* no poder. Logo, no que diz respeito a ritos religiosos e políticos, todos, sem exceção, visavam a uma retórica que forma uma disciplina social e cria a ilusão de que os diferentes grupos da república pertencem a um sistema cultural comum:

Keith Hopkins mostra assim que os comícios das centúrias, em particular, comportam numerosos fatores de disciplinas, em que se encontram a concepção puramente “constitucional” estabelecendo a função entre os comícios e a “constituição”. Rituais religiosos como as Lupercais, as saturnálias, a lemúria, os rituais lúdicos (jogos, teatro e combate de gladiadores) e políticos (o *lustrum* que, a cada cinco anos, finaliza o recenseamento, a arregimentação de legiões, os comícios e as *contiones*) formando um ensaio de práticas que possuem uma unidade tanto semântica quanto funcional. (FLAIG, 1994: 6)

Os rituais políticos e religiosos sofriam, dessa forma, um uso performativo e retórico que visava alavancar os processos eleitorais e, na sequência das festas, procurava-se reproduzir uma ordem social (ainda que essa fosse somente idealizada), para que a colaboração e confrontação ocorressem de uma maneira institucionalizada. Expressava-se, nesse aumento ritualístico, a exigência que a

expansão trazia de maior consenso social e de coesão política. Assim, percebemos que a prática dos artifícios retóricos nas assembleias, decisões jurídicas e mesmo durante as festas, buscava a criação de um campo de interação entre a comunidade, visando um sentimento de pertencimento, reproduzindo-se condutas sociais esperadas no seio dessa sociedade política.

Assim sendo, Flaig procura destacar que, conforme a expansão do território romano toma forma, vemos a necessidade de se fomentar a unidade da *res publica* através da reativação e aumento dramático do número de rituais celebrados, dado também disposto por Flower (2009) quando indica a introdução de novas comemorações cívicas no calendário republicano. Para ambos os autores, a explicação que esse elemento nos fornece parte do pressuposto de que o contexto cultural concreto da República explicita, tendo por sinal os conflitos cada vez mais constantes a partir de 139 a.C., a falha da proposta da coesão e consenso social e político, cujo objetivo seria afastar os cidadãos romanos das dissensões civis, dado que não mais procede no século I a.C.

Os jogos e festas, visando celebrar a comunidade e a permanência da *res publica*, assim como indicar a continuidade do pensamento político, passam a demarcar a prerrogativa de uma memória que se quer, além de preservada, instrumento de ação dentro desse modelo de sociedade. Nesse sentido, tratam, de certa maneira, de indicar em seu aparato celebrativo as origens históricas e se confirmar enquanto ato concreto de memória, ou seja, sua função não se encontra apenas no caráter lúdico, mas configura-se como uma das maneiras de se realizar a *performance* do passado no presente e reavivar o sentimento da coletividade. Embora, como temos pontuado, a prerrogativa do interesse comum se baseie em anseios políticos, como o desejo de se alavancar e deixar permanecer no poder o grupo político das famílias da aristocracia romana. Memória, portanto, se delineia enquanto reavivadora de eventos históricos e, também, reforça o sentido de coesão social. Demonstrando-se, assim, uma memória cuja conceituação baseia-se no fato de sua dinâmica histórica e social.

Para se entender a demasiada importância dada aos recursos memorialísticos dispostos em jogos, rituais e mesmo práticas jurídicas em Roma, é preciso pensar na predominância emocional e no desejo de se convencer o público que recebe tal gama de informações e disposições no contexto social. O próprio uso da eloquência e o destaque dado à retórica não só nos tribunais, mas

também na elaboração das obras escritas do período, denotam como os gestos que referenciam as “emoções humanas”, definem, diz Flaig, a proximidade ou rejeição no processo de codificação/descodificação de novas propostas. Nessa definição, a presença maciça dos artefatos de memória configura uma realidade social em que se tenta cultivar e preservar um passado que não mais encontra ação no mundo presente. Diria Cícero, em *Da República* que, embora se perpetuem os valores da tradição, essa não mais se mantém e o governo, apesar de conservar o nome *res publica*, já estaria perdido em meio aos vícios que corrompem e degeneram a sociedade romana.

Assim, a mediação da memória favorece uma ligação direta e indireta com os eleitores, de forma que os candidatos tendiam a se posicionar por meio dos ritos que o ligavam à tradição do *mos maiorum* e à eficácia de sua oratória individual, que visava, por meio de exposições públicas, convencer os votantes e angariar a vitória na disputa política. A partir dessa dinâmica, pontuam-se as divisões partidárias e individuais já no século II a.C., cujos usos da eloquência preocupam-se em se fixar em uma tradição que aos poucos deixa de ser constatada na realidade concreta da República. Nesse sentido, veremos na escrita da história salustiana um certo ceticismo em relação aos usos da própria língua, como ressalta O’GORMAN (2007), ao mencionar o uso político da linguagem da obra de Salústio, em que, em detrimento de todas as normas retóricas e da eloquência de seu tempo, prefere definir seu texto pela brevidade e arcaísmo.

Retornamos a esse dado sobre a obra salustiana porque enfatiza a ruptura que o autor procura desenvolver em relação às estruturas políticas e mesmo literárias do período no qual escreve, sendo a data de sua produção localizada no que Flower (2010) determina como sexta república e nascimento dos triunviratos. Digamos, assim, que em sua produção historiográfica, vemos, através do aparato linguístico, a desconfiança do uso performativo e persuasivo da retórica e da eloquência. Pois, embora siga o estilo monográfico sugerido por Cícero, não procura delinear uma escrita que atraia pelo estilo rebuscado encontrado nas obras ciceronianas. Em relação a um predomínio da memória ou da imagem construída acerca do ambiente político, sublinha-se a preocupação do autor em, através da construção de suas personagens, apresentar e denunciar os usos enganosos da tradição e nas distorções feitas, sobretudo, para se levar a cabo interesses de ordem individualista, que, nesse jogo de usos de valores que não mais existem

(pois, aquele mesmo que fala é um dos que não o seguem), fazem da retórica um artifício de convencimento que apresenta sua proposta individual como de interesse coletivo.

Dessa forma, quando vemos Salústio organizar dentro de sua obra divisões de análise entre vícios e virtudes, percebemos seu interesse em enfatizar a ambiguidade desses valores através da exploração dos discursos de cada personagem apresentada no texto, abarcando uma fala que, de acordo com Vasaly (2009), demonstra o esgotamento da sociedade civil dentro dos parâmetros de conduta que eram até então seguidos.

A descrição de Salústio dos movimentos da virtude e do vício, com o seu iminente perigo ao Estado, combina a concepção de Hesíodo do ciclo das idades, uma inspiração tucidideana sobre o colapso da sociedade civil através do partidarismo, violência e subterfúgio, e um tosco quadro geral e periodização da história romana. (VASALY, 2009: 253)

A divergência de ideias, padrões e partidos políticos acaba tornando propícias atuações totalmente contrárias à proposta primeira da república dos *nobiles* que se caracterizava pela tentativa de manutenção do consenso político, em outras palavras, poderíamos dizer que o rompimento com o *mos maiorum* que se elegia como modelo de conduta dos homens romanos, dava abertura para o surgimento de personagens dispostas ao rompimento total com a estrutura política vigente, ou seja, daqueles que desejavam modificar o cenário político apresentado. Não que essa transição fosse feita de elementos explosivos e não tivesse contido em si mesma uma evolução natural conforme o território e a população romana se expandiam, dando mostras de seus contornos já na disputa entre patrícios e plebeus e a busca desses últimos por um espaço no quadro político. Entretanto, ainda que essa luta tivesse por característica seu desenvolvimento gradual, seus pontos de pico estiveram na revelação de homens cuja personalidade e atuação face à sociedade romana culminou em processos violentos dentro da República. Tais foram os casos da ditadura de Sila ou, mesmo, da revolta promovida por Catilina em 63 ou, ainda, da formação dos triunviratos e do período da ditadura de César, da qual temos, ao seu fim, a derrocada final e o surgimento de Otaviano.

Retornemos, então, à proposta de uma nova cronologia disposta por Flower (2010) para a *res publica* e, pontuemos autores como Cícero e Salústio no

contexto estabelecido através de sua exposição, da qual devemos esboçar, primeiramente, que sua cronologia suspende a ideia de crise dos anos finais ou, antes, crise dos últimos cem anos da república e, estabelece em seu lugar, uma modificação gradual que tem início no século II a.C. a partir das reformas já destacadas no decorrer deste capítulo. Pois, através desse novo olhar, percebe-se que a ideia de consenso se dilui nas transformações históricas alavancadas por cada reforma que transcorre a partir de 180 e, cujo ápice, na opinião da autora, encontra-se no estabelecimento do governo ditatorial de Sila. De tal forma, o governo de Sila e as subsequentes reações e ações desse período já sugerem a total perda de uma estrutura republicana governada pelos *nobiles*, a ordem prevista e defendida se dilui na culminância das disputas políticas e, especialmente, militares. Consequentemente, Salústio e Cícero encontram-se nesse quadro cronológico, em um período de transição entre o ideário republicano dos *nobiles* e o que a república haveria de se tornar nas mãos do primeiro imperador; a tradição que defendem ou a memória que insistem defender, não mais consegue edificar a comunidade romana e, já se encontra, de modo concreto, perdida; ainda que se tente por meio de infinitos ritos de lembrança trazê-la de volta ao conturbado cenário da *res publica*. Em termos gerais, poderíamos também dizer que o pessimismo presente nos proêmios salustianos seja a percepção de que algo se perdeu.

O interessante dessa disposição cronológica é que ela contribui para um novo olhar para a produção histórica salustiana, pois, por meio dela, se compreende melhor as divisões da história que Salústio propõe em suas monografias e, mesmo, para sua obra incompleta. Por essa proposta, indica-se que a cronologia seguida pelas obras de Salústio sugere exatamente a identificação dos períodos de transição em que a coisa pública, a *res publica*, desvirtua-se de seu princípio norteador. Flower pontua o conflito contra Jugurta como o sinalizador de que Salústio percebia e questionava a condição da República e tentava delimitar as modificações sofridas por meio das ações de sua política externa que, diretamente, refletia também nas condições internas da política republicana.

Portanto, dentro desse quadro, *Bellum Iugurthinum* ao apresentar a figura de Mário e sua ascensão ao poder, já baliza o processo que se desencadeia nos quadros políticos da aristocracia, cuja incapacidade recente de conter os

constantes conflitos externos, faz com que percam a credibilidade frente ao povo que governa, povo este que, desejoso de resoluções imediatas para os problemas advindos dos conflitos constantes, passa a ver nos homens novos e, mesmo nos líderes da plebe, uma alternativa para solucionar seus problemas. No entanto, Salústio faz dessa prerrogativa, um meio de demonstrar a instabilidade de um sistema que deveria se caracterizar pela dissolução de quaisquer movimentos que enfraquecessem suas ações, o que aos olhos do autor, caracteriza-se pela perda gradual dos valores virtuosos e a permissão da entrada de novos costumes e um exacerbado amor às riquezas e conquistas, de modo que a ambição exagerada nos descendentes dos antepassados romanos traça os contornos do seu fim frente aos cuidados com a política da República.

Com isso em mente, Flower percebia os ritos de lembrança como “a prática social de coesão e consenso que permitiu aos romanos sobreviverem aos reveses militares e preservar a continuidade provida pela experiência do grupo de líderes, mesmo se derrotados na ocasião” (FLOWER, 2010: 109). Dentro desse processo, ao decorrer da transformação da República com o domínio de Sila, temos a quebra desse contrato, pois, a partir desse momento um novo modelo começa a traçar seus contornos exclusivos, abrindo espaço para a guerra social e as guerras civis.

Acreditamos, assim, que as obras de Salústio *Bellum Catilinae* e *Bellum Jugurthinum* propõe-nos uma avaliação ímpar da história romana, tendo por base as transformações da história republicana que seu texto abarca. Em certa medida, o texto salustiano nos conduz por uma análise, através da escrita temática, da profunda cisão que se instaura em Roma e as suas possíveis consequências. De tal maneira, assim como encontramos nos autores que aqui referenciamos, tendemos a analisar o viés interpretativo que Salústio postula sobre a sociedade romana, como uma perspectiva diferenciada dos fatos que se seguiram a partir de 139 a.C.

Se pesarmos a estrutura narrativa de Salústio, encontraremos o que Flower (2010) denomina como argumentação diferente e eficaz, visto que se percebe em sua brevidade e arcaísmos o desenho de uma construção textual que evoca diretamente a participação de seu leitor, a conclusão não é anunciada, é esboçada por meio de ambiguidades e dúvidas a ser dirigida, avaliada e interpretada pelo próprio leitor da obra. Talvez, uma maneira de divulgar seu ponto de vista acerca do sistema político sem incutir em grandes riscos, como o da exacerbação da fala

de Cícero, que o levou à morte. Em outras palavras, poderíamos dizer que a ambiguidade de seu texto realiza uma denúncia indireta às transformações políticas e sugere mais uma reflexão que deva ser feita em conjunto do que uma conclusão engessada em sua própria opinião.

2.2 Das subseqüentes crises da República e sua interpretação: Salústio e Cícero e a disposição do *mos maiorum*

Para se pensar o posicionamento de Salústio e Cícero no que se refere à política de sua época e como esse pensamento se esboça em suas obras é necessário que se compreenda, em primeiro lugar, as características do cenário romano no qual se formam e pelo qual estão cercados durante toda a decorrência de suas vidas políticas e suas trajetórias enquanto membros ativos dessa sociedade e, também, do que sugerem em seu decorrente afastamento da vida pública.

Dessa forma, a partir do ano 138 a.C., encontramos em Roma um panorama cada vez mais heterogêneo, dada sua ampliação e anexação de novos territórios, que trazem consigo, em conjunto com a sua incorporação ao domínio romano, a possibilidade de um novo trânsito de homens e ideias. Assim, dentro das províncias nascentes, como no caso da Sabínia, forma-se uma nova gama de valores culturais e familiares que procuram se referenciar no padrão proposto pelos *nobiles* da cidade Roma e é exatamente desse meio que teremos formados e enviados para a vida política os cidadãos que serão chamados de homens novos, como é o caso dos próprios Cícero e Salústio.

Interessante ressaltar, portanto, que a entrada dos novos cidadãos, advindos das províncias para a vida política, amplia o leque das possibilidades dentro de sua organização. Poderíamos dizer, então, que a estrutura política da cidade se torna mais competitiva, dado o aumento significativo de participantes no seio dela. Muda-se, assim, até mesmo o posicionamento dos *nobiles* em sua conduta pública, visto que já não há mais a segurança de uma posição até então garantida pela tradição, que os colocava como os únicos a terem o direito de exercer o poder. Tal constatação traz ainda, a nova dinâmica de aquisição de requisitos para adentrar nas esferas do poder, como o uso das influências, dinheiro e status para ascender a um cargo político.

E, do próprio acirramento das disputas políticas, é que deriva, de acordo com Syme (1964), a centralidade da oratória e a dinâmica da eloquência como instrumentos políticos de primeira necessidade, com os quais se poderia fazer a diferença entre ganhar ou perder, sendo ela agora útil na conquista do destaque político.

A rivalidade política aperfeiçoava a oratória; e o mestre da eloquência, em momentos de eclipse ou desapontamento, refinava a língua latina, convertendo-a num meio adequado para a dissertação teórica. (SYME, 1964: 16)

Por esse contexto, consegue-se compreender a peculiar vivência política de Salústio e Cícero, e sua influência direta em suas obras. No caso específico de Salústio, pesa-se uma conturbada carreira pública, em que, de modo geral, sempre veremos sinais de problemas que comprometem sua atuação, com a constante interferência de César para sua manutenção na política. Em Roma, o tribunado de 52 será seu acesso à vida pública e ao senado, embora se perceba em sua trajetória a rivalidade de uma parcela da aristocracia, sinalizando já o cenário conturbado que futuramente delineará em suas obras *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*. Na campanha de César na África, quando se anexa parte do reino de Juba – na Numídia –, como a província de África Nova, Salústio destacou-se por sua capacidade de organização, obtendo o cargo de procônsul de África Nova.

Sua atuação na província será marcada por traços de ambiguidade, desde a colocação como um bom governante até as posteriores denúncias de corrupção, da qual César, embora o defendesse das denúncias, também seria acusado de participação direta nos ganhos ilícitos realizados por Salústio. Fora esses dados, Syme também indica uma dificuldade de ascender ao consulado em Roma devido a sua origem como homem novo, o que não parece ser de fato o problema, visto que Cícero, mesmo possuindo a mesma nomenclatura, conseguiu exercer o cargo de cônsul em 63. Se, por um lado, a permanência de Salústio na vida pública esteve atrelada à proteção de César, por outro, com a morte do ditador, Salústio decide não mais permanecer na vida política e retira-se para escrever História.

De Cícero, proveniente de Arpino, vemos a primeira manifestação propriamente política em 80, sendo que sua ação sempre visava um ponto de equilíbrio nas variadas querelas ocorridas no período. Partidário de Pompeu, traçava dentro de seus ideais relativos à república a manutenção e melhoria do

mos maiorum, o que demonstrava seu posicionamento político voltado à república dos *nobiles*. De suas ações a mais recorrente e lembrada pelo próprio é o combate à conjura de Catilina ocorrida em seu consulado no ano 63. Completamente contrário aos confrontos civis, a produção de obras como *Da República* surge em um momento em que, imerso nos confrontos, o autor procura buscar métodos para se manter o modelo de governo que considerava o mais justo e passível de aplicação em uma sociedade. Portanto, vemos, em sua vasta obra, preocupações essencialmente voltadas para a educação e cultura, exercendo em sua vida a junção entre prática e teoria, cujo propósito maior seria o de levar as reflexões teóricas ao campo da ação.

Nesse sentido, se compararmos a posição que tanto Cícero quanto Salústio assumem em relação à política, encontraremos semelhanças pontuais, ainda mais no que concerne à procura de um consenso que evite as dissensões civis. Tanto o é que, na medida em que nos aprofundamos nos prefácios salustianos e suas digressões e as comparamos com postulações postas por Cícero em *De República*, temos claro que ambos os autores, na defesa do *mos maiorum* e sua perspectiva de manutenção do consenso, demonstram que a possibilidade de uma restauração da paz civil seria dada nessa elaboração própria à memória construída pela aristocracia romana. A solução é dada na manutenção dos valores passados e pelos costumes conhecidos. O objetivo seria, então, que se conseguisse estabelecer o modelo mais harmônico a fim de evitar os conflitos que danificavam o aparato político como era conhecido.

Syme (1964) e Dalpian (1994) já dispunham que o fazer histórico ou, mesmo, a escrita de forma geral, já se colocava para os romanos como continuação da vida pública. O ato de escrever e registrar não era apenas para problematizar um tema e, sim, para se fazer política, mesmo que se estivesse fora do cenário político, sendo comum perceber-se as obras produzidas como uma continuação da vida pública. De forma que, “[...]a escrita era também ela uma forma de ação, voltada a reforçar os vínculos sociais, a repropor os valores da tradição romana e a reconstruir a concórdia entre as camadas elevadas” (CAMBIANO, 2010: 275). Portanto, quando se pensa a disposição das obras de Salústio e Cícero, podemos defrontá-las dentro dessa constatação da escrita enquanto proposta de ação e forma de agir em detrimento de proscições e afastamentos do ambiente político.

Sendo assim, confirma-se que, embora as disposições textuais de Cícero e Salústio, no que concerne à construção da obra em si, sejam postas de forma diferenciada no que diz respeito à estrutura linguística, no que tange à ideia de se fazer e pensar a política da cidade, eles tendem a seguir o mesmo mote pensando-se como seria possível restaurar a paz civil. Sobre esse dado, Cambiano (2010) destaca, ao discutir as características das obras de Cícero que, em contraponto com os textos filosóficos dos quais o norte central é discutir noções opostas entre si, temos em *Da República* e *Das leis*, o interesse do autor em debater as premissas do funcionamento dos aparelhos de coesão do Estado romano, pois

nesses textos a discussão de teses contrapostas cede o passo à exposição de doutrinas positivas sobre a constituição, sobre as leis, sobre as várias ocupações convenientes às funções e à classe ocupada na sociedade. (CAMBIANO, 2010: 173)

Com a proposta de fazer da filosofia mais do que teoria, Cícero procurava com a sua reflexão postular meios de ações concretas, trazendo como escopo central de suas obras uma literatura de caráter exemplar. Dessa forma, mais do que expor o aparato político romano, preocupava-se, sobretudo, em expressar as soluções passíveis de aplicação, no sentido mesmo de se preservar a história, os valores e as instituições romanas. E o seu intuito delineava-se, portanto, na discussão de como se recuperar e manter os valores que realizavam o consenso dentro das disputas políticas em Roma. De tal forma que, tal como Salústio, a exposição sobre a importância da manutenção da concórdia através da prerrogativa de se pensar positivamente os usos do *mos maiorum* na atuação política da cidade, torna-se seu ponto de partida. Assim, afirma Cambiano que:

Nesse caso não havia espaço para teses contrapostas; tratava-se, em vez disso, de fazer emergir bem definida a imagem integralmente positiva dos *mores* dos antigos romanos e da *concordia ordinum*, que havia sido o elemento principal da sua grandeza, também como modelo e programa para o presente. (CAMBIANO, 2010: 273)

Portanto, a obra *Da República* apresenta a preocupação na manutenção do governo republicano como a forma mais justa dentre as formas de governo existentes. Sua manutenção parte do pressuposto de que sua fundação é, e deve se manter, na necessidade da utilidade comum e no consentimento político. Para

isso, os homens destinados a exercerem altos cargos deveriam ser pessoas que se encontrassem em condições favoráveis, sobretudo, estarem dissuadidos de fazerem do governo formas de buscar vantagens de ordem pessoal. A relação do povo com o governo republicano deveria se pautar na escolha de governantes que não possuíssem ambições desmedidas. Para se ter um bom líder político, é necessário que esse conduza sua autoridade através da aplicação e conservação de uma vida virtuosa.

Dessa forma, citemos trechos específicos do *Da República*, sobre o que seria fundamental para a manutenção do aparato governamental de uma República.

É, pois – prosseguiu Africano – a República coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum. Pois bem: a primeira causa dessa agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum.⁹ (I, 25)

Se não se admite a igualdade da fortuna, se a igualdade da inteligência é um mito, a igualdade dos direitos parece ao menos obrigatória entre os membros de uma mesma república. Que é, pois, o Estado, senão uma sociedade para o direito? (I, 32)

Desse modo, através dos trechos acima expostos, Cícero postula dois itens essenciais para a permanência da República: a utilidade e o consenso. Vemos que o seu norte fundamental é o da procura de um grupo de homens para manter o bem comum, o qual, sendo um interesse postulado pela inerente procura da vivência humana em sociedades. Portanto, para que se consiga primeiramente o consenso, deve-se pensar, no que concerne ao funcionamento do corpo social, o que se define por igualdade, que, nas palavras de Cícero, não pode ser outra coisa do que um “direito” de todos os seus participantes. Em outras palavras, poderíamos dizer que se fundamenta dentro desse quadro uma igualdade construída e que se torna modelo de conduta e aplicação para a vivência pacífica

⁹ CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução e notas Amador Cisneiros. Bauru, SP: Edipro, 1995.

dos membros dessa comunidade. De tal forma, entendemos que consenso incluiria um tipo específico de normas e regras além do direito jurídico e englobando valores e ações que se enquadram como aquelas ideais e esperadas do povo romano. O consenso se manteria como um acordo que se insere no conjunto geral da sociedade, formando uma memória que seja a base do funcionamento do *mos maiorum* romano e, sobretudo, o apoio político da aristocracia romana para a sua permanência como grupo privilegiado no palco político em Roma.

Portanto, para que se mantenha esse modelo de conduta, se torna premente que seus líderes estejam a par de seu funcionamento e o queiram aplicar em seus governos, assim como se espera do povo votante que não escolha seus governantes movidos por outra coisa que não o seu caráter virtuoso. Pois, “o Estado que escolhe ao acaso seus guias é como o barco cujo leme se entrega àquele dentre os passageiros que a sorte designa, cuja perda não se faz esperar” (I, 33). Nesse quadro, o chefe de Estado precisa ser despojado de interesses puramente particulares, pois só assim seria possível uma administração voltada ao bem comum. Se essa escolha for errônea, Cícero aponta os principais problemas do governo da República.

Com efeito, esse povo indômito e desenfreado escolhe logo, por ódio aos grandes, já abatidos e degradados, um chefe audaz, impuro, perseguidor insolente dos cidadãos que mais mérito possuem para com a pátria, pródigo com os bens próprios e alheios; depois, como não há, para ele, segurança na vida pública nem privada, é cercado de soldados, conferes-lhe o poder, e acaba por ser, como Pisístrato de Atenas, tirano daqueles mesmos que o elevaram. (I, 44)

Percebe-se, nesse modelo, a virtude dos governantes associada aos valores dispostos no *mos maiorum*, que delinea os aspectos esperados para a colocação dos homens públicos e do povo romano. Tem-se, assim, uma memória dos antepassados que dita o quadro de conduta para o presente em que o objetivo central é manter a unidade social e política.

Ao apresentar o que nortearia a República, Cícero também traça o contorno do que, para ele, parece levar à escolha do mau governante, levando-se em consideração, sobretudo, à participação da camada votante. Para o autor, existiriam dois tipos específicos de homens dispostos aos cargos públicos: aqueles já pertencentes à classe governante, o que poderíamos entender, aqui, como parte

dos *nobiles*, e que, por motivos diversos, não atendem ao interesse premente da população, e aqueles que chamam a atenção pela audácia, associando-se diretamente ao aparato militar e tendendo mais à tirania do que à forma de governo delimitada pelos padrões republicanos.

A reflexão que se segue aos dois primeiros livros de *Da República* trata do que se espera da administração da coisa pública. Ao traçar os contornos de sua estrutura, Cícero exemplifica o modelo apresentado através de sua aplicação em Roma. Cícero disserta sobre a construção dos Estados e, em especial, da constituição da República romana, com as seguintes palavras:

Ainda o saberás mais facilmente – continuou Africano – quando, estudando o progresso de nossa República, a vires avançar até o estado em que hoje se encontra. Então apreciarás no seu verdadeiro valor a sabedoria dos nossos antepassados, que transformaram as coisas tomadas aos estranhos em melhores do que eram a princípio, e verás que este povo não se engrandeceu por acaso, mas por prudência e disciplina, ao que, na verdade, não se opôs a fortuna. (II, 16)

Prudência e disciplina são virtudes recorrentes e esperadas aos homens que administram a coisa pública, principalmente no que concerne à aplicação e criação do que se colocará como direito dos cidadãos participantes dessa comunidade civil. Os parâmetros virtuosos ou, diríamos, aquilo que se espera seja a base do comportamento do corpo social, fomentam para esse Estado os caminhos para o sucesso de seu próprio funcionamento, sendo que, se espera dentro do estabelecimento dos direitos o equilíbrio na aplicação das leis e dos conjuntos que normalizam a vida pública e em sociedade. A quebra desse código de conduta gera a dissensão e impermanência. E tal premissa que Cícero insiste em pontuar quando procura eleger os elementos essenciais ao governo republicano.

Recordai minhas primeiras palavras: um Estado em que os direitos e as prerrogativas não estão num equilíbrio perfeito, em que os magistrados não têm suficiente poder, bastante influência as deliberações dos nobres e o povo bastante liberdade, não pode ter estabilidade nem permanência. (II, 23)

Poderíamos eleger para essa passagem a palavra “equilíbrio” para o que consideramos ser o cerne do pensamento de Cícero sobre a condução da República. Para o autor, é dever de um governo manter a harmonia entre seus

participantes, fossem esses membros ativos da política ou não. E, cabe a nós dizer, no caso romano, não se trata apenas de uma harmonia apenas no sentido pleno da palavra (ausência de conflitos) e, sim, aquela calcada e alcançada por meio da perpetuação de um modelo bastante específico, ao qual, temos ainda no trecho acima citada o seu elemento central. A estabilidade se consegue por meio de um quadro que referencie a liberdade de exercício do poder de seus cargos, no caso dos magistrados, a influência direta das classes com maior influência dentro do escopo político, e a liberdade da população, que se mediria em relação a sua participação dentro desse contexto.

Destacado isso, confere que, para Cícero, o modelo ideal de governo em Roma era aquele do qual ele se tornara um participante, ou seja, que se encaixava nos parâmetros postulados dentro do que Flower (2010) nomeou de República dos *nobiles*, cujo modelo se iniciou no ano de 300 a.C. A defesa dessa estrutura revela o desejo direto de Cícero, enquanto homem novo, de atuar diretamente em sua administração. Portanto, diríamos, não é por acaso que o autor se coloca como um defensor do modelo que ele almejava tanto ser participante e o conseguira; o interesse evocava, de acordo com nossa interpretação, a sua preocupação direta com a conservação do mesmo para que se mantivesse não só a estabilidade social, mas a estabilidade pessoal do próprio autor.

Embora Cícero destaque como deva ser o bom governante, a esse modelo não se adequa aqueles líderes que se formam fora da tradição da república dos *nobiles*, pois a esses se atribui antes o distúrbio do aparato republicano do que a solução para os seus crescentes problemas, especialmente no que diz respeito à administração voltada para o interesse comum e não ao particular. Com a presença de novos estilos de liderança e, mesmo, com aqueles membros da nobreza que não mais se preocupam em perpetuar os costumes, a memória que deveria ser antes um repositório de lembranças a atuar de maneira exemplar nas ações humanas, torna-se, ela mesma, um artefato político utilizado para angariar a simpatia dentro do jogo político e, assim, realizar a permanência de um grupo no poder.

A essa memória encontra-se diretamente vinculada o acordo político que procura manter a estabilidade dos *nobiles* no poder; a tradição defendida dos antepassados nada mais é do que a forma de se governar alavancada pelos membros dessa elite que sugeriram e aplicaram um conjunto de normas e regras que fizeram valer como bem comum e que, na verdade, tratavam-se de elementos

que eram necessários para sua permanência no poder e passado ao restante da população como o ideal para se manter todo um aparato social. Porém, a esse suposto consenso, entra em cena, após a derrota de Cartago, a mudança gradual do Estado romano, do qual temos não só sua constante expansão territorial, mas, também, a sua transformação interna em que novos membros advindos de famílias distintas à classe dos patrícios começam a se inserir na vivência política da cidade. Não podemos deixar de destacar os constantes conflitos militares que trazem uma figura diferenciada de liderança, em que o sucesso militar criava e sustentava o crescimento vertiginoso na política. Não são mais os costumes que regiam a atuação política (e teriam sido eles realmente seguidos pelos membros da aristocracia?) e, sim, o crescimento peculiar de novas lideranças que, com o uso de premissas memorialísticas e, mesmo, com o discurso enfático na construção incisiva de suas próprias virtudes – desligadas de uma sucessão hierárquica ou herança de títulos – fundamentam e elaboram um jogo diferenciado de acesso ao poder.

Nesse novo panorama político, ocorre o avassalador avanço do dissenso entre as partes atuantes nas esferas de poder de Roma. A disputa política que, até então, era cerceada por um acordo que visava à manutenção do consenso, não mais se mostra regida por regras de ação e, devido a sua ausência, se torna comum o acirramento das disputas entre seus membros. O aumento do confronto é avaliado, tanto por Cícero quanto por Salústio, como perda e destruição dos moldes republicanos. A tradição perpetuada pelo *mos maiorum*, a qual classificamos agora como uma criação de um grupo específico – especificamente no que se refere a alavancar e perpetuar uma memória que seria comum a todos – revela um consenso que procurava a perpetuação de um modelo que se dizia próprio a toda uma comunidade e que era, ele mesmo, a rede ilusória de valores “comuns” que, na verdade, nada mais era do que a tentativa constante da manutenção desse grupo no centro da política da cidade. Portanto, esse conjunto de regras, valores e normas, nada mais era do que a perpetuação da conduta dos *nobiles*. Não se trata, aqui de elementos criados por toda a sociedade e, sim, dessa memória persuasiva alavancada durante séculos pela nobreza romana visando fazer de si a única possibilidade para o poderio e grandeza de Roma. E é a essa construção que Cícero se refere.

Assim, antes da nossa época, vemos a força dos costumes elevar varões insignes, que por sua parte procuravam perpetuar as tradições dos seus antepassados. Nossa idade, pelo contrário, depois de ter recebido a República como uma pintura insigne, em que o tempo começara a apagar as cores, não só não cuidou de restaurá-la, dando novo brilho às antigas cores, como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho e os últimos contornos. Que resta daqueles costumes antigos, dos quais se disse terem sido a glória romana? O pó do esquecimento que os cobre impede, não já que sejam seguidos, mas conhecidos. Que direi dos homens? Sua penúria arruinou os costumes; é esse um mal cuja explicação foge do alcance da nossa inteligência, mas pelo qual somos responsáveis como por um crime capital. Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que, conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo. (V, 1)

É nessa questão da moralidade que convergem às obras de Cícero e Salústio em sua constante evocação da política cidadina e sua associação com a ideia de declínio moral. Cícero, na passagem acima exposta, é categórico em sua sentença: o passado era em si melhor do que o presente porque os homens desse tempo conseguiam manter a harmonia das instituições e aplicá-las ao bem comum, levando-se em consideração, sempre, a vida calcada na tradição herdada e transmitida pela memória. É claro que, tornamos a ressaltar, o modelo ao qual o autor se refere seja ele mesmo uma referência direta à proposta colocada pela República administrada pelos nobres e a qual também Salústio defende, pois, tal qual Cícero, era ele um homem novo interessado em fazer parte do que considerava ser o padrão político vigente. Contudo, as apostas políticas de ambos os autores não foram felizes, Cícero por não aceitar a mudança e denunciá-la e, Salústio, por ter como resultado sempre o afastamento da vida pública, sendo sua carreira política tumultuada e de poucos sucessos que mereçam destaque.

Dessa maneira, ao analisarmos os proêmios salustianos, vamos intercalando a avaliação que o mesmo faz da cena política, de forma que, pincelamos, primeiramente, a exposição pelo viés moral e a reflexão de caráter filosófico do mesmo. Isso nos fornece, sem sombra de dúvidas, o delineamento da prática da *virtus* como central para a boa conduta política, o que o aproxima diretamente de Cícero, pontuando, é necessário dizer, não a sua formulação em estrutura linguística e, sim, o seu viés interpretativo moral da história e da política romana.

As semelhanças se concentram na diagnose e no remédio moralístico para a crise, no chamamento contínuo ao *mos maiorum*, no incitamento à *concordia*, na repulsa a uma democracia igualitária, em favor das diferenças de méritos, e nos frequentes apelos à *libertas* e à *res publica*. (DALPIAN, 1994: 79)

Como Dalpian (1994) coloca, para a crise que se evidencia na República a solução dada por autores como Cícero e Salústio é dentro da tópica exemplar, que sugere que apenas com a conduta moral reestabelecida se pode manter o acordo no campo político romano. A crítica construída, portanto, não se mostra de forma direta e, sim, se elabora pelos parâmetros do que se considera essencial para manter a fortuna e alcançar a glória. De forma que, nos proêmios de Salústio, a primeira ressalva é sempre no que se diz da memória que preservada auxilia na manutenção e conquista da glória, lembrando-se, é claro, de que essa não pode ser uma glória passageira.

Por isso me parece mais justo aspirar à glória com o poder da inteligência do que com a força e, já que a vida que desfrutamos é breve, fazer com que a nossa memória seja a mais duradoura possível. Pois fluida e frágil é a glória da riqueza e formosura, brilhante e eterna se mantém a virtude.¹⁰ (*Cat.*, I)

Ela, enveredando-se para a glória pelo caminho da virtude, tem, em profusão, força e poder e brilho próprio e não tem necessidade da fortuna que a ninguém pode dar nem tirar a integridade, o dinamismo e as demais qualidades.¹¹ (*Jug.*, I)

Dessa forma, a memória da tradição dos antepassados que Salústio anuncia é indicativa de sua prerrogativa mais acentuada que, destacamos, segue a ideia da importância da prática da vida virtuosa. Apenas na conservação das virtudes que suprimem a glória passageira é que a memória pode se construir por ações virtuosas que sirvam de bons exemplos. A glória das decisões humanas só pode ser reconhecida pela virtude que as precede, as validando de tal forma que a tornam mais potentes que a influência da fortuna, pois, seguindo-se práticas como,

¹⁰ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: “Quo mihi rectius uidetur ingeni quam uirium opibus gloriam quaerere et, quoniam uita ipsa uqa fruimur breuis est, memoriam nostri quam maxime longam efficere. Nam diuitiarum et formae gloria fluxa atque fragili est, uirtus clara aeternaque habetur”.

¹¹Ibid. No trecho estabelecido latino: “Qui ubi gloriam uirtutis uia grassatur, abunde pollens potensque et clarus est, neque forntuna eget, quippe probitatem, industriam, aliasque artis bonas neque dare neque eripere cuiquem potest”.

por exemplo, a honradez, não se pode esperar que o homem encontre-se desarmado quando advém uma situação inesperada.

Definida a memória que se deva almejar e que confere ao que se espera do seguimento do *mos maiorum*, Salústio passa a deliberar qual a sua utilidade e os motivos de se recorrer a ela para construir e manter a constância das ações humanas. Dessas ações, acredita-se, devam ser pensadas e pesadas pela virtude e através disso o seu auxílio para os governantes, caracterizando-se, assim, governos bons ou ruins. Pois, se analisarmos a colocação da prudência enquanto aquela que traz regularidade aos governos, Salústio a postula como guia da ação ideal para se evitar a mudança e a confusão encontradas nas decisões políticas da Roma republicana. Em suas palavras:

Por isso, se a força do espírito dos reis e conquistadores fosse tão atuante na paz como o é na guerra, a situação dos homens permaneceria mais uniforme e estável, e não veríamos tantas alternativas, mudanças e confusões.¹² (*Cat.*, II, 3)

Se os homens cuidassem dos bens verdadeiros com a mesma paixão com que se atiram às coisas estranhas e inúteis – muitas delas perigosas e nocivas –, longe de serem governados pelos acontecimentos, teriam deles o controle e atingiriam tal grandeza que de mortais chegariam à glória da imortalidade.¹³ (*Jug.*, II, 5)

Portanto, Salústio requer aqui que a ação se paute na virtude e anuncia que a mesma disposição posta nas guerras não se coloca nas causas internas da República, o que confere ao cenário político o caráter não estável de suas demandas. O homem não pode se dispor, assim, como um servo dos caprichos da fortuna e deve, antes, ele mesmo postular o que é útil ou não em suas ações. Dessa utilidade resultaria a escolha prudente de suas ações. Essa insistência do que se espera dos membros ativos da política republicana se torna compreensível quando se analisa o contexto sobre o qual ambos os autores escrevem. Nas palavras de Dalpian (1994):

¹² SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: “Quod si regum atque imperatorum anime virtus in pace ita ut in bello ualeret, aequabilis atque constantius sese res humanae haberent, neque aliud alio ferre neque mutari ac misceri omnia cerneret”.

¹³ Ibid. No trecho estabelecido latino: “Quod si hominibus bonarum rerum tanta cura esset quanto Studio aliena ac nihil profutura multaque etiam periculosa <ac perniciosas> petunt, neque regerentur magis quam regerent casus, et eo magnitudinis procederent ubi pro mortabilibus gloria aeterni fierent”.

De fato, o abuso era generalizado: a prática das *largitiones* e o tráfico das magistraturas desenvolviam um espírito clientelístico por parte da população em geral e a prática da corrupção por parte da classe dominante, além de outros abusos ou desvios de comportamento político. (DALPIAN, 1994: 82-83)

Daí a preocupação por vezes exacerbada dos autores quanto à conduta daqueles que se inserem na vida política ou na ação do homem de forma geral, resultado de um cenário conturbado vivenciado por ambos dentro da República romana. Tanto Cícero quanto Salústio reconhecem a importância de um governo calcado na memória da tradição, ou seja, do *mos maiorum*, tradição esta senão outra do que aquela elaborada e perpetuada pela classe dominante – os *nobiles*. Uma das justificativas dadas por Salústio para o afastamento da vida pública para escrever história é justamente feita avaliando-se o grau de perversão dos costumes da cidade e a nova organização política que se forma, que, segundo o autor, transformara-se em uma organização calcada em buscar os interesses de poucos e gerados principalmente pelos vícios e não pelas virtudes. Afastar-se da vida ambiciosa que ganhava o contorno das atividades públicas era, para Salústio, um meio de ser mais útil para a sociedade romana, através da produção histórica.

Assim, nos proêmios de *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, é certo encontrar a reflexão de Salústio sobre suas atividades no ócio, como escritor de história e sua recorrente avaliação entre vícios e virtudes da sociedade romana. De forma geral, encontramos, nos poucos capítulos de abertura, o desenho e a comparação de duas realidades distintas do que se espera do governo da República, expondo, desde o início a sua proposta de entender e indicar as causas que levaram às dissensões internas em Roma e, conforme as identifica, propor possíveis soluções.

No entanto, com os atuais costumes, ao contrário, quem é que pretende competir com os antepassados senão em riqueza e prodigalidade, e não mais em probidade e dedicação? Até mesmo os homens novos, que no passado costumavam superar a nobreza pelo valor, esforçam-se agora para chegar aos comandos e às honras, não pelos seus méritos, senão pelo roubo e banditismo, como se a pretura e o consulado e todos os outros cargos fossem gloriosos e estimáveis em si mesmos e não pelas qualidades dos que deles estão investidos.¹⁴ (*Jug.*, IV, 7-8)

¹⁴ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: “At contra, quis est

O cenário corrupto que Salústio retrata demonstra contendas que se iniciam devido às prerrogativas da ação não mais serem alçadas por condutas virtuosas e sim pelos vícios, pois, segundo ele, devido ao constante acúmulo de riquezas advindo das vitórias externas, o desejo de glória material suplementou o de manter a boa administração da coisa pública e do próprio caráter pessoal. Coloca, também, que mesmo os homens novos que procuraram se erguer na política através da prática do que a classe dominante divulgava como a memória dos antepassados, ou seja, da vivência das virtudes dos varões da República, já não mais se interessavam em manter esse padrão e se envolviam diretamente com a corrupção da cidade. Tanto é que Salústio mesmo se coloca como um dos envolvidos nessa corrupção, sublinhando esse ponto para definir os motivos que o levaram a se afastar da vida pública.

Ao contrário, tendo retornado a meu projeto inicial e à minha vocação – de que me afastara a ambição perversa – tomei a decisão de escrever a história do povo romano, extraindo dela os fatos que me pareciam dignos de registro, tanto mais que meu espírito não se sentia preso à esperança, ao medo, aos partidos políticos.¹⁵ (*Cat.*, IV, 1-2)

Salústio, portanto, fez parte do quadro vicioso que retrata e torna-se o motivo que alega para o abandono da vida pública. Entretanto, percebemos que essa retirada não o afasta da vida política e que seus textos procuram demonstrar – registrando o que considera digno de memória – os modelos controversos que se encontram no cenário político. De forma que sua escrita não é imparcial e parece, na medida do possível, traçar elementos que demonstrem, primeiramente, a causa da ausência de consenso para, em segundo, alavancar possíveis soluções.

Dizemos, assim, que Cícero e Salústio trabalham com a construção de *exempla*, considerando-se a moral presente em seus textos e a escrita formulada de

omnium his moribus quin diuitiis et sumptibus, non probitate neque indústria cum maioribus suis contendat? Etiam homines noui, qui antea per uirtutem soliti erant nobilitatem anteuenire, futim et per latrocinia potius quam bonis artibus ad imperia et honores nituntur: proinde quae praetura et consulatus atque alia amnia huiuscemodi per se ipsa clara et magnifica sint, ac non perinde habeantur ut eorum qui ea sustinent uirtus est”.

¹⁵ Ibid. No trecho estabelecido latino: “intentum aetatem agere; sede a quo incepto studioque me ambitio mala detinuerat eodem regressus, statui res gestas populi romani carptim, ut quaeque memoria digna uidebantur, perscribere; eo magis quod mihi a spe, metu, partibus rei publicae animus liber erat”.

maneira a emular ações. Dalpian (1994) reforça essa característica como uma das premissas da escrita em Roma, em que “o homem romano quer fazer a história e esta, por sua vez, retorna no tempo com seu tesouro de *exempla* a imitar. Ou a rejeitar, conforme o caso” (DALPIAN, 1994: 88). Deste modo, se indicarmos aqui, apenas os trechos que por ora trabalhamos, percebemos que Cícero e Salústio possuem a iminente preocupação em retratar de maneira incisiva os fatores que levaram à ausência de acordo político. Em outras palavras, procuram entender o que levou o governo da República a adquirir características que a desviaram de seu real propósito.

Ambos os autores, devemos ressaltar, descrevem esse cenário com o conhecimento que possuem como membros até então ativos dessa vida pública e que, quando falam de memória a ser emulada, grandeza dos antepassados e da importância das virtudes, expõem uma construção específica de governo realizado pelos *nobiles*. Percebemos, através da exposição cronológica de Flower (2010), ser este o cenário político virtuoso, nada mais que o acordo político até então vigente e que tinha por real intuito a preservação do grupo político dominante no poder. Não se pode dizer, portanto, que a essa tradição refira-se todo um passado romano, mas apenas e um passado de determinadas lideranças frente à administração de Roma e que, ao se gradualmente mudar as perspectivas da sociedade, essa venha a não mais encontrar identificação com aqueles que até então dominavam a cena pública. Momento, então, em que a memória enquanto técnica e modelo persuasivo se quebra e demonstra as falhas e fissuras do contrato político, entrando em movimento, assim, as dissensões mais graves no contexto civil.

A essa ruptura, evocada por Cícero e Salústio como a perda do *mos maiorum*, identifica-se a transformação de um tempo e uma memória e, na mudança identificada, o esforço contínuo em que, para se evitar o desfecho prejudicial a esse modelo até então dominante, perpetua-se com maior intensidade e maior vigor o ideário que até então ela proclamava. O objetivo, entendemos, seria o de denunciar as transformações – anunciando-as como prejudiciais – e acionar a recuperação do consenso ou a elaboração de novos padrões em que o equilíbrio político viesse a ser restaurado. Pois, de acordo com o próprio Cícero, a administração da coisa pública, da República em si, só encontra sucesso quando os seus participantes diretos estabelecem prerrogativas que mantenham a estabilidade do Estado e sua harmonia e, para isso, é necessário que perpetuem o mesmo ideário político.

Percebemos, entretanto, em conjunto com as análises de Flower (2010), Cambiano (2010) e Dalpian (1994), que este ideal proclamado de República, visando-se, sobretudo, o acordo entre as partes atuantes, está distante da realidade presente na política que Cícero e Salústio retratam, e que eles se encontram, conseqüentemente, em um campo de transição política. Pesemos a cronologia proposta por Flower e já teremos o contorno dessa mudança, visto que, após a derrota de Cartago, a República que se focava nessa proposta dos *nobiles* e no que se dizia memória da tradição, cede lugar a uma nova forma de ambição política e que se liga não só a administração interna da cidade, mas, também, a atuação externa do exército romano. Surge, então, homens acentuadamente competitivos entre si e que passam a colocar a atuação política em pé de igualdade com a disposição da liderança militar e seu sucesso. De forma que, não é incomum, após a ditadura de Sila, que os líderes que surgem são, essencialmente, ligados eles mesmo aos seus exércitos e atuação militar. Defrontamo-nos, então, com uma realidade em que o peso da nova disposição dos conflitos externos influencia diretamente nas disputas internas da sociedade e tanto Cícero quanto Salústio já percebiam isso, Cícero indicando a possibilidade real de tal acontecimento levar ao governo de um homem só e Salústio ao pontuar energicamente que essa nova realidade militarizada ocasionou, com seus sucessos, não só a gradual corrupção moral da cidade, como também o desacordo dos membros da política, gerando os confrontos civis.

Entretanto, não se quer dizer que os autores defendessem uma desmilitarização ou a recusa de se expandir o território romano com suas conquistas a nível externo e, sim, que seria necessário formular um novo acordo entre os membros atuantes nessa política. Para tanto, uma das formas de resolução para tantos conflitos nascentes seria a elaboração de uma nova disposição consensual – esta que poderia ser conseguida se as virtudes (determinadas no *mos maiorum*) se dispusessem como mais acentuadas do que os vícios que levavam à corrupção ou, poderíamos dizer, que o governo dos *nobiles* fosse de alguma forma restaurado e revitalizado, ainda que para isso fosse necessário elaborar formas diversas no que condiz à administração da coisa pública.

Essa preocupação, em Salústio, cria, para nós, a perspectiva de que seus constantes retratos forneceriam os caminhos para se revitalizar o consenso da comunidade política romana. E é a essa afirmação que pretendemos agora destacar, dispondo-nos, sobretudo, a entender como os confrontos civis em Roma angariam a

necessidade de um novo acordo político para a sobrevivência de uma classe e de um modelo de governo no poder. O que nos leva a dizer que, dentro desse interim, Salústio acaba por apresentar as duas novas premissas do jogo político e, ao dispô-las, sugere que, para que se contenha a iminente transformação política em seu viés negativo (guerras civis), é necessário que se escolha entre as alternativas apresentadas e se estabeleça, assim, um novo consenso no cenário político republicano.

Bellum Catilinae e Bellum Iugurthinum:
a monografia para além do tema - percursos da crítica política nas
obras de Caio Salústio Crispo

O contexto histórico ao qual Salústio pertence, assim como o período que retrata em suas obras, traz, consigo, o claro contorno de uma República que vai gradualmente se tornando, após a vitória contra Cartago, um ambiente político cada vez mais voltado para o individualismo e o partidarismo. A expansão territorial romana trouxe como consequência não só o enriquecimento dos nobres romanos, mas um maior fluxo populacional em Roma e nos territórios que vieram a fazer parte do domínio romano. Destaca-se, também, a transformação vivenciada dentro do exército romano, fazendo com que a questão militar ganhasse destaque e tornando-se associada às decisões políticas. Shotter (1994) afirma que, a partir do terceiro século antes de Cristo, o enriquecimento e as vantagens conquistadas nas vitórias militares farão, gradualmente, que a República entre em colapso e perca aos poucos o seu espírito de corporativismo ou o que chamamos de disputa respaldada por regras e normas que garantiam o consenso político.

A isso se somou a crescente corrupção. As associações políticas, como o patronato e o clientelismo, deram lugar, paulatinamente, a acordos entre famílias por dinheiro e aos subornos utilizados para a compra e venda de votos nas eleições. Shotter (1994) diz a esse respeito que

Um segundo problema se manifesta entre o segundo e primeiro séculos a.C. em que se viu aumentar a conveniência da corrupção eleitoral; os homens estavam preparados para dar e emprestar grandes somas de dinheiro a serem distribuídas para o povo romano no tempo das eleições, levando-se em conta de que podiam recuperar sua oportunidade em seu esforço para pagar as dívidas através do lucro advindo do espólio das províncias. (SHOTTER, 1994: 15)

Corrupção crescente, da qual Salústio diz ter feito parte e a qual denuncia, em suas principais características, na obra *Bellum Iugurthinum*. A própria colocação de Jugurta para conseguir apoio do senado romano para sua causa na guerra é diretamente associada ao dinheiro:

Foi por isso que, poucos dias depois, enviou a Roma seus representantes, carregados de ouro e prata, com ordens de, primeiro, encher de presentes os velhos amigos, depois, atrair novos, em suma, não titubear em obter todo o apoio possível à custa da generosidade.¹⁶ (*Jug.*, XIII, 6)

Dessa colocação, surge um Jugurta apoiado pelo senado, não pelos seus méritos como rei – ainda que usurpador – ou pela causa justa da guerra que levantava em seu território e, sim, devido ao que ele poderia proporcionar em termos de riqueza e espólios. Portanto, citamos Salústio, para demonstrar e confirmar com Shotter (1994) que o contexto ao qual o autor pertencia encontrase tomado pelas transformações advindas com os confrontos externos e suas posteriores vitórias, que levaram ao ambiente político romano a sensação de invencibilidade e o desejo cada vez maior de crescimento e conquista, em territórios ou fossem em dinheiro e influência dentro da política da cidade. De acordo com Shotter:

Como resultado, o último século da república (133-31 a.C.) foi caracterizado por uma série de lutas políticas e militares realizadas por grandes e carismáticas figuras: como Cipião Emiliano, os irmãos Graco, Caio Mário, Cornélio Sila, Pompeu, Crasso e César, e por último, Marco Antônio e o filho adotivo de César, Otaviano, que, como vencedor, passou a governar a república e o império como Augusto César. (SHOTTER, 1994: 15)

Os nomes de destaque desse último século já indicavam ser esse um período de transição na política romana, em que os padrões até então alavancados pela formação política dos *nobiles*, dá lugar, aos poucos, a um original contorno político que se sobressai, sobretudo, na eminência desse novo homem político,

¹⁶ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: Ita que paucis diebus cum auro et argento multo Romam legatos mittit quis praecipit primum uti ueteres amicos muneribus expleant, deinde nouos adquirent, postremo quaecumque possint largiundo parare ne cunctentur.

cuja principal característica é sua atuação militar. Os constantes conflitos externos, portanto, criaram de maneira única uma realidade política ímpar e que trouxe como principal consequência os conflitos internos que laceraram a política até então conhecida e proclamada pela República.

É a esse período de transição que Salústio pertence e ao qual pretende compreender por meio de suas obras. Sendo assim, suas dúvidas se concentram em indicar os aspectos viciosos com os quais se defronta no contexto vivenciado e procurar suas causas, para isso, como já indicamos ao decorrer de nossa pesquisa, utiliza-se, principalmente, da contraposição entre vícios e virtudes, traçando um aspecto memorialístico em que os costumes dos antepassados seriam o guia irrepreensível para a restauração de uma República livre de confrontos civis. Cartago, nesse interim, aparece em *Bellum Iugurthinum*, como o início da discórdia civil. Utilizemo-nos da própria escrita de Salústio para evidenciarmos nossa afirmação:

Com efeito, até a destruição de Cartago, o povo e o Senado romano governavam a república em harmonia e sem paixão e não havia entre os cidadãos luta por glória ou dominação; o medo do inimigo mantinha a cidade no cumprimento do dever. Mas, assim que o medo desapareceu dos espíritos, introduziram-se os males pelos quais a prosperidade tem predileção, isto é, a libertinagem e o orgulho.¹⁷ (*Jug.*, XLI, 2-3)

Vemos, assim, que a derrota de Cartago, como já colocamos em outros momentos, anuncia, para Salústio, um evento que marca a passagem de uma Roma demarcada pelos bons costumes, a uma que, visto os sucessos obtidos (principalmente no que se concerne às glórias militares), passa a decair nos vícios, dos quais soberba e intemperança seriam a marca do início das contendas civis. Portanto, ainda que a prosperidade tenha acarretado o crescimento de Roma, se não for bem administrada é ela também causadora de inúmeros males.

Salústio postula, dessa forma, que uma *nobilitas* encantada por um poder fugaz e fascinada por uma liberdade que não mais precisa se fazer na sombra do

¹⁷ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: “Nam ante Carthaginem deletam populus et senatus Romanus placide modesteque inter se it publicam tractabant, neque gloriae neque dominationis certâmen inter ciuis eral: metus hostilis in bonis artibus ciuitatem retinebat. Sed bi illa formido mentibus decesit, scilicet e aquae res secundae amant, lasciuiâ ataque superbia, incessere”.

temor do inimigo acaba por gerar as mais graves cisões. Pois, se ainda se mantivesse na defesa de um fator externo, que poderia destruir a harmonia de seu governo, construiria meios para manter o consenso e o trabalho comum para a manutenção da paz. Para Salústio, a ausência de um temor comum ou de objetivos comuns, indicando o constante crescimento de um individualismo (ao que destacamos a do indivíduo e suas glórias militares), formata um novo quadro de disputas, as quais irão gerar a cisão do corpo civil.

A nobreza e o povo puseram a serviço de suas paixões, um, sua dignidade, e o outro, sua liberdade; cada um a puxar as coisas para si, a arrastar, a roubar. Assim tudo se tornou presa das duas partes; a república, que estava no meio, foi dilacerada.¹⁸ (*Jug.*, XLI, 5)

Este será, portanto, o escopo central da obra salustiana. Por um tempo, se discutiu em relação à produção salustiana, no que se refere à conjura de Catilina, se essa não teria sido feita em defesa de César ou devido às suas associações políticas com César, uma colocação a qual Syme (1964) se interpõe ao dizer que, embora haja, sem dúvidas, a parceria de Salústio com César, em que este último favoreceu o primeiro, não era esse o principal objetivo de *Bellum Catilinae*, o qual se delinea, nas palavras do autor, na preocupação com o fim de uma época na história romana. Concordamos com Syme, pois consideramos claras as intenções de Salústio em compor com seus retratos a iminente crise romana, crise que ele delinea como perda dos padrões morais colocados pelos antepassados. Claro que, como já visto, essa construção destaca uma memória trabalhada e construída pelos *nobiles* e que cujo objetivo era, através de sua perpetuação, permanecerem como membros dominantes na classe política.

Para alcançar seu intento o modelo de escrita escolhido por Salústio é a monografia, de uso até então não usual em Roma, embora fosse conhecido e divulgado por Cícero. O interesse na composição monográfica não é outro que não a possibilidade que ela fornece de se construir um objeto com começo, meio e fim e, dentro do qual, pesando-se alguns limites, se pode construir um problema através de uma disposição mais segura dos acontecimentos. De forma que,

¹⁸ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: “Namque coepere nobilitas dignitatem, populus libertatem in lubidinem uortere, sibi quisque ducere, trahere, rapere. Ita omnia in duas partis abstracta sunt; res publica, quae media fuerat, dilacerata.

Dalpian (1994) afirma ser a característica da elaboração monográfica ideal para que Salústio componha seus retratos, digressões, discursos e cartas. Destaca-se, também, pela facilidade de exposição e permite contornos de dramaticidade, vivacidade e rapidez e, sobretudo, por essas propriedades, repercute de forma mais intensa em sua interação com o leitor. Elemento perfeito, portanto, para que Salústio conduza suas antíteses e contrastes e faça suas críticas veladas em formas de retratos vivazes dos principais personagens de sua obra.

A composição de obras monográficas dá a Salústio uma forma de escrever a história de seu tempo sem ser da forma até então corrente em Roma: os registros dos anais. Ela possibilitava, dentro de seu escopo, que o autor elaborasse sua crítica e construísse seu objeto com maior clareza ao utilizar-se não só dos fatos, mas também da construção linguística para os dispor. A escolha de um tema a ser retratado auxilia no domínio do assunto e fornece a Salústio o lugar ideal para expor as mudanças que ocorriam na República romana. E, ainda, temos que, de acordo com a interpretação de Syme (1964), a monografia aparece como um novo estilo para se compor dentro da literatura latina e já era, indica Dalpian (1994), interesse de Cícero desenvolvê-la como uma nova forma de dispor a história romana e, assim, tentar alcançar de alguma forma a escrita da história grega. Portanto:

Qual o valor da monografia? Se Salústio não tivesse escrito mais nada, já seria um feito assaz digno na literatura latina, criando um novo estilo e maneira. Examinada como história, exhibe muitos defeitos, e muito poderia ser dito a respeito. (SYME, 1964: 136)

Com um campo delimitado, a monografia salustiana pode realizar sua apresentação dramática tendo como tema central a política. Dentro disso, sua perspectiva de expor a natureza humana, e trazer em relação a ela o tratamento que diz respeito a categorias como liberdade, realçaram sua constante colocação da perda gradual do consenso civil. Pois, como já foi mencionado, para o autor há uma íntima relação entre conflitos externos e internos e seriam a sua transformação a causa da discórdia encontrada no seio político. Trata-se do que Syme (1964) indicou como uma temática elaborada dentro da ideia do “*punicus*

metus”, em que o medo do inimigo, a união para a defesa de Roma de fatores externos, seria um fator essencial para a manutenção da paz interna:

Salústio costuma ser acusado de importar padrões moralistas. Nem sempre com justiça, visto que teve que lidar com categorias cruas e um vocabulário pouco afeito a finas distinções. Entretanto, neste caso ele tinha em vista a estabilidade política (*concordia*) e estava influenciado pela guerra civil em Roma, entre a segunda e terceira guerra cartaginesa. Daí a ênfase no “*metus punicus*”, e na remoção desse obstáculo. (SYME, 1964: 250)

A colocação do conflito externo como aquele capaz de manter a ordem e constância dentro da administração interna de Roma se torna, para Salústio, o elemento chave para a composição e entendimento das transformações que envolveram o cenário político republicano. No sentido de que, dada a sua peculiaridade, a ausência de um inimigo externo e o advento cada vez maior de sucessos militares ocasionou a crescente disputa política em Roma. Em outras palavras, pode-se dizer que o sucesso na expansão territorial romana e suas constantes vitórias no campo militar, abrem espaço para uma nova visão do até então, privilegiado, mas não questionado, status dos *nobiles* dentro da administração da coisa pública.

Perceber a questão externa colabora para demonstrar em que situação se encontra a disposição dos *nobiles* dentro do aparelho político da cidade. Tem-se, dessa maneira, que a disposição de mão única desse grupo vai aos poucos se quebrando e recebendo outras influências que desfazem e interferem em sua forma de dispor a administração do Estado, de forma que se percebe como resultado a confusão do quadro político romano. Syme (1964) coloca que a intenção de preservar o domínio dos comandos, clientes e a obtenção de lucros se modificam de um monopólio para a presença direta de grupos rivais que competem na aquisição dos mesmos, de forma que os novos agentes que surgem competem, igualmente, em corrupção e opressão.

No entanto, para alavancar sua crítica, Salústio necessita de uma escrita que fomente o que deseja expor de uma maneira não direta, porém, eficaz em seu objetivo. Para isso seu texto procura dispor a perversão de seu tempo através da própria linguagem. Uma de suas inspirações é, sobretudo, a escrita tucidídeana, o que faz com que não apenas Syme (1964) como Dalpian (1994), para citar apenas

os dois autores, apontem Tucídides como um dos modelos de escrita a serem seguidos por Salústio. Assim como também Perrochat (1947) e La Penna (1964) indicam que para essa estrutura textual Salústio não segue apenas o estilo tucidideano, apoia-se também na obra *Origens* de Catão, principalmente no que diz respeito aos arcaísmos da escrita e a concisão textual de sua obra.

O comportamento da linguagem chama o seu interesse, provocado ou afiado pelo estudo de Tucídides. O discurso de Catão apresenta o axioma central de um romance e uma provocante ciência. Protestando contra a frase “*mansuetudo et misericordia*”, Catão explana que o verdadeiro significado das palavras foi pervertido. Dispensar a propriedade do outro é tida como generosidade, e a audácia criminosa é coragem viril. (SYME, 1964: 255)

É, por meio da denúncia da perversão das palavras e a sua disposição sobre o texto, que Salústio dispõe as características individuais e de grupos do momento político romano que ele anuncia e trabalha, de forma que Pastorino (1978) o coloca como um interprete lúcido e penetrante da crise que defronta em seu tempo, assim como Mazzolini (1983) diz que sua busca ao passado próximo, concentrando-se no *mos maiorum*, identifica uma maneira de fazer o passado orientar o presente (em um caráter explicitamente exemplar). A escrita, portanto, fornece o caminho a se trabalhar o modelo moralístico e do qual temos como objetivo central, indicar os processos corrosivos da República e sua solução encontrada no consenso. Assim, Syme (1964) coloca de sua disposição textual:

Vários termos tomam seu conteúdo da interpretação partidária. Os “*boni*” eram assim chamados porque defendiam a ordem existente; e “*amiticia*” poderia ter outro nome, “*factio*”. É de se lamentar que o historiador não tenha ido mais longe em sua exemplificação. Ele poderia ter declarado que “*potentia*” era o sinônimo pejorativo de “*auctoritas*”. E, de acordo com personagens e circunstâncias, “*dignitas*” e “*superbia*” poderiam ser intercambiáveis. (SYME, 1964: 355)

Dessa forma, é, por meio da substituição de expressões ao determinar grupos, que Salústio confere a seu texto a crítica realizada através da disposição das palavras, o que também coloca a sua crescente desconfiança da eloquência política. O jogo político que fazia de suas disputas uma forma de manter um

padrão governamental, agora utilizava-se da oratória para angariar seu próprio status e conseguir votos que o manteriam e/ou o colocariam na vida política da cidade.

Pois, para dizer a verdade em poucas palavras, a partir dessa época todos que com belas palavras participaram de agitações políticas, uns sob o pretexto de defender os direitos do povo, outros para que o poder do senado fosse o maior possível, cada um lutava pelo poder próprio, alegando o bem comum.¹⁹ (*Cat.*, XXXVIII, 2-3)

Nota-se, assim, o estilo peculiar de Salústio, cuja disposição textual assim o é para apresentar de forma dura como ele observa a situação política da cidade com suas crescentes disputas, marcada, sobretudo, pela corrupção. Ao apresentar um texto conciso, marcado por brevidades e arcaísmos, seu objetivo não é outro que não denunciar os desvios da persuasão presentes também na colocação das palavras e recuperar a sua proposta de reconstrução dos valores do *mos maiorum* também através do arranjo de uma linguagem demarcada pelos antigos costumes.

Como escritor, ele é atento, sutil e sofisticado. A intenção é evitar a linguagem convencional manchada pela eloquência contemporânea, estando em guarda contra o vulgar e o coloquial. (SYME, 1964: 261)

A língua evidencia o contraste entre a época concebida por Salústio como a República ideal e o seu próprio tempo, com todas as marcas de conflito que o ambiente político sugere e explicita. Os costumes antigos e a tradição da qual tanto fala nada mais é, poderíamos dizer, do que o governo instaurado pelos *nobiles* e que confere à República não a sua característica de governo de todos ou para todos; trata-se de um governo referenciado por suas magistraturas e possibilidades de escolha por votos, mas este é, antes de tudo, uma organização que se confere aos nomes mais importantes da comunidade romana. A essa aristocracia, o interesse de participação da mesma, convergia todos os novos cidadãos de Roma, como no caso dos membros das províncias que se dirigiam à

¹⁹ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: *Contra eos summa ope nitebatur pleraque nobilitas senatus specie pro sua magnitudine. Namque, uti paucis uerum absoluum, post illa tempora quicumque rem publicam agitauere honestis nominibus, alii sicuti Populi iura defenderent, pars quo senatus auctoritas maxumaforet, bonum publicum simulantes pro sua quisque potentia certabant.*

cidade para angariar um lugar na carreira política. Mesmo Salústio teve real interesse em participar desse grupo social, embora não tenha obtido sucesso em sua carreira pública, porém, o que nos interessa aqui é que a disposição geral da aristocracia romana sofreu, aos poucos, com o aumento de grupos divergentes e que vieram a competir com a sua primazia no governo de Roma. O privilégio passa a ser questionado e novos valores propagados para a organização da política são dispostos. Embora, ressalva-se aqui dizer que, com essa nova configuração, aparece a denúncia cada vez maior da disputa política calcada na corrupção e no advento dos personagens individualistas provindos do campo militar, ou seja, não mais ligada ou referenciada nos valores, regras e normas difundidos por aqueles que até então dominavam o poder político em Roma. Temos, então, que a memória (enquanto disposição de valores que visavam preservar a um modelo governamental), perde o seu dispositivo de influenciar diretamente na dinâmica social da cidade, o que indicaria até mesmo os excessos de memória no período de transição republicano entre a formação dos triunviratos e a conquista de Otaviano.

Salústio indica os grupos opositores a essa aristocracia, porém, mais do que isso, indica como essa se perdeu nos valores divulgados pela sua própria memória. Logo, seu texto é formado por uma postura bastante rígida em relação à *nobilitas* do seu tempo e as suas perversões, conforme a disposição dos cargos públicos se tornou associada ao prestígio e às riquezas advindas da expansão territorial e a perda daquilo que provocava a união dos membros opostos entre si, do qual identificamos as guerras externas como um fator conciliatório. Mesmo no quadro das guerras externas, o caso de *Bellum Iugurthinum* se torna interessante ao colocar um confronto externo que não mais sugere consenso e já coloca as primeiras deliberações sobre a crescente perversão dos costumes de Roma. Ao ponto em que nos perguntamos se a obra se fala do conflito ou apresenta o início das dissensões civis que irão acometer Roma. Sobre Salústio, coloca Syme 1964:

A apologia política deve ser admitida com rigor e comparação. A carreira pública de Salústio exibiu diferenças entre aspiração e realização. Isso é claro. É natural colocar a ênfase no conflito e discórdia. Salústio reage a todo o seu ambiente, literário, social e político. Seu estilo é novo e agressivo. Ele é não é contra a aristocracia (dada a sua experiência pessoal e convicção política) e, sim, contra os triunviratos. É preferível ódio e desarmonia. Uma vontade poderosa prevalece, impondo um tom e estilo uniforme. (SYME, 1964: 271)

Salústio abandona a vida pública logo após a morte de César e sua justificativa do abandono dos cargos públicos foi justamente a vida pública cerceada pela ambição, de forma que esse afastamento se coloca como necessário para se pôr longe dos vícios comuns ao seu tempo. Mesmo em sua disposição como escritor de história, o autor pontua a tarefa como desligada da possibilidade de se fundar em vícios como a preguiça e a indolência. O objetivo era apresentar sua tarefa de escrever história como importante e que auxiliava a preservar a memória de um tempo, assim como anuncia uma escrita cuja principal característica não será a imparcialidade.

Por isso, quando enfim meu espírito descansou de tantos infortúnios e riscos, decidi me manter bem longe da política o resto da minha vida e nem foi meu propósito consumir meu precioso ócio na preguiça e na indolência, nem levar a vida dedicada à agricultura ou à caça, ocupação de escravos. Ao contrário, tento retornado a meu projeto inicial e à minha vocação – de que me afastara a ambição perversa – tomei a decisão de escrever a história do povo romano, extraindo dela os fatos que me pareciam dignos de registro, tanto mais que meu espírito não se sentia preso à esperança, ao medo, aos partidos políticos.²⁰ (*Cat.*, IV, 1-2)

Dizer da feitura da história e de sua importância demarcava, no caso de Salústio, uma postura interessada em pontuar que tal como estar no centro da ação política, escrever sobre ela também era uma maneira de agir. A apresentação literária se mostrava como um importante agente dentro da crítica ao Estado e que se mostraria como auxiliar para alavancar as mudanças necessárias em seu seio. Logo, quando o autor se mostra afastado da vida pública para escrever história, ele também demonstra que pretende se destacar na feitura e por ela demonstrar o que era passível de transformações para se afastar os desacordos do corpo político.

²⁰ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: “Igitur, ubi animus ex multis miseriis atque periculis requieuit et mihi relicuam aetatem a re publica procul habendam decreui, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium conterere, neque uero agrum colundo aut uenando, seruilibus officiis, intentum aetatem agere; sede a quo incepto studioque me ambitio mala detinuerat eodem regressus, statui res gestas populi romani carptim, ut quaeque memoria digna uidebantur, perscribere; eo magis quod mihi a spe, metu, partibus rei publicae animus liber erat.”

A Guerra, o governo das nações e o concurso das honras públicas, foi o bem supremo dos romanos: escrever não era uma compensação adequada para a vida ativa. Salústio apela para a tradição romana e a subverte. Orgulhoso e insistente, ele coloca a literatura em pé de igualdade com o serviço do Estado, ou superior. Como o nascimento não mais é pré-requisito, qualquer um pode ser cônsul, é melhor escrever a história. (SYME, 1964: 273)

Syme, ao pontuar a questão da escrita de acordo com a necessidade de afastamento de um lugar corrupto demonstra como, para Salústio, a escrita se torna um campo a se estabelecer exposições e ideias que viessem a refletir e solucionar a questão política da cidade. A escolha da tradição do *mos maiorum* como forma de se estabelecer um modelo a ser seguido fornece, também, o ponto central da sua crítica. Pois, essa tradição mostrada por nosso autor como corrompida é, ainda, usada dentro dessa política, de modo a indicar as constantes disputas entre os grupos rivais, ou seja, a memória perpetuada insistentemente dos antepassados, essa tradição constantemente evocada e rememorada, indica, no momento em que o autor escreve, a necessidade de se estabelecer elementos persuasivos que corroborem para a manutenção de grupos no poder. E, a essa memória, deve-se recuperar seus reais intentos, ou, na visão salustiana, as verdadeiras virtudes que foram deturpadas e substituídas por vícios que se denominaram como atitudes virtuosas.

Sendo assim, o conjunto da produção salustiana nos apresenta a época vivida pelo autor de maneira peculiar, a temporalidade que se encontra nas obras retrata um contraste entre o que se espera de um presente e aquele vivenciado, utilizando-se para isso de um contato típico com a memória enquanto recurso político. De forma que, para entendermos como se configura a elaboração do autor no que diz respeito às modificações que ocorrem em seu tempo, precisamos nos defrontar com a construção que faz das personagens em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*. É por meio delas que se compreende melhor o contraste entre passado/presente e vícios/virtudes e de como o consenso político se perde e necessita ser restaurado. Portanto, se, no conjunto de nossa exposição, apresentamos o autor em relação ao contexto vivido, sua postura em relação à linguagem e seus objetivos com a escrita da história, ela se deve ao interesse em se ter uma visão melhor dos retratos construídos por Salústio e de como esses evidenciam a problemática exposta no decorrer das obras que estudamos.

3.1 Catilina e Jugurta: expressões do caráter vicioso da República romana

A composição de Salústio em *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*, dentro do estilo monográfico, sugere uma avaliação impar do período de transição que o autor vivencia dentro da República romana. O governo que, até então, se mantinha na administração da *nobilitas* e que, aos poucos, passava a absorver aqueles que adquiriram cidadania romana e os membros das províncias, conhece gradual transformação demarcada por fatores externos e internos e que viriam a culminar em uma mudança das disposições políticas da cidade. Entendia-se, portanto, que esse modelo de administração ia ganhando novos contornos e disposições, sendo essas as responsáveis pelos confrontos civis que Roma vivencia após o advento de Sila no poder.

Podemos dizer, visto isso, que *Bellum Catilinae* aponta a figura de Sila como um detonador ou marcador de mudanças políticas, devido a sua diferenciação face aos governos até então conduzidos pela aristocracia romana. Salústio se preocupa em colocar a abominação em relação à figura de Sila e a sua postura nos cargos públicos, de forma que Syme (1964) informa que havia entre os romanos, o desejo de se apagar a memória do domínio de Sila da história de Roma. Entretanto, é dessa figura que nosso autor irá se utilizar para retratar o personagem central de sua obra – Catilina. Esse, sem dúvida, central em nossa análise, fornece os elementos principais que Salústio utilizou para traçar o que considerava ilícito na apresentação da *nobilitas* jovem de Roma. Conforme Syme:

Salústio é contra a *nobilitas*. Mas ele não está completamente do lado de seus inimigos. A digressão que é central na economia da monografia apresenta as reflexões do autor sobre o que ocorreu após o ataque à ordem de Sila em 70 – e desvela um tipo de equidade subversiva (36.4 e 39-4). Após esse ano, jovens de espírito e ambição foram capazes de explorar o poder exorbitante do tribunado, passaram por cima do Senado e levantaram a plebe. Salústio pronuncia seu duro veredicto. São igualmente culpados, aqueles políticos que afirmam buscar o direito do povo e aqueles que defendem a autoridade do senado. Se torna um pretexto especial, apenas “*honesto nomina*” (38.3). O que os políticos queriam era o poder pessoal. (SYME, 1964: 126)

Temos, assim, que a ditadura de Sila é posta por Salústio como aquela a deixar de si as piores heranças para os jovens da República e na própria política de Roma. Pois, sobre o governo do ditador, sobretudo a *nobilitas*, conquistou domínios e enriquecimentos ilícitos, gerando um cenário em que a cobiça e o luxo eram centrais. Por isso, Syme (1964) indica a produção textual da conjura de Catilina como um documento precioso, em que Salústio aponta, por meio da exposição de vícios, uma condução política do Estado que não se estabelece como deveria ser. Catilina é a prova disso, pois, se um homem como ele pode conduzir uma revolta armada contra a República, deve-se entender o que permitiu a ele conduzir suas ações para iniciar o conflito armado e como a configuração da cidade o legava autoridade: como conseguiu tantos partidários para uma causa tão injusta? A procura da resposta conduz Salústio, como afirma Syme, a uma espécie de diagnóstico social:

O diagnóstico social de Salústio revela o domínio da riqueza e seu corolário de despertar o apetite dos aristocratas empobrecidos. É mostrar como, por traz das leis e constituição, operaram “*amicitia*” e “*factio*” (seu outro nome), os dispositivos tradicionais da *nobilitas* agora pervertidos; honra e glória agora geravam conspiração na comunidade. (SYME, 1964: 136)

A perversão dos antigos costumes gera, de acordo com Salústio, a quebra de um acordo até então vigente entre a aristocracia romana. Essa perda ocasiona a abertura para que, desvinculados de um consenso necessário para a administração da coisa pública, os membros participantes envolvidos em interesses pessoais, atirem-se a empreitadas ligadas, em grande maioria, a ações individualistas que tendiam a abarcar, ora o interesse em riquezas e suborno eleitoral como, também, a elaboração de conspirações que pretendiam o domínio de Roma. Catilina se torna, portanto, o exemplo perfeito para fomentar a crítica pretendida pelo autor a uma Roma corrompida em vícios e formadora de homens cujo principal objetivo era o de se destacar pelas rapinas, guerras e ganhos ilícitos.

Segue-se, então, o retrato de Catilina por Salústio:

Lúcio Catilina, oriundo de família nobre, era de grande vigor físico e intelectual, mas de índole má e depravada. Desde a adolescência foram do seu agrado as guerras internas, os

assassínios, os roubos, as discórdias entre cidadãos e neles exercitou sua juventude. Seu corpo suportava a fome, o frio, as vigílias bem além do que qualquer pessoa possa acreditar. Espírito atirado, astuto, versátil, capaz de tudo fingir e dissimular, ávido dos bens alheios, pródigo dos seus, fogoso nas paixões; de muita eloquência, de pouca sabedoria. Espírito desmesurado, estava sempre a ambicionar coisas sem limites, as fantásticas, as altas demais. Depois da ditadura de Sila, dele se apossou o desejo desenfreado de se apoderar da república. Pouco se lhe dava com que meios a isso chegaria, contanto que conquistasse o reino.

Seu espírito indomável a cada dia era mais atormentado pelo empobrecimento familiar e pela consciência dos próprios crimes, ambos agravados pelas atitudes a que fiz menção anteriormente. Estimulavam-no ainda os costumes corruptos da nação sobre a qual se abatiam dois vícios diferentes entre si, mas dos mais funestos: o luxo e a cobiça.²¹ (*Cat.*, V, 1-8)

Podemos, a partir do retrato, construir aos poucos o que pretende Salústio com a sua exposição. Em primeiro lugar, pesemos a categoria de ter sido Catilina um partidário de Sila. A essa associação se conferem todas as características negativas que se podem indicar a uma liderança; seu governo não trouxe outra coisa à República, que uma administração injusta e com grandes marcas de corrupção. É posto e indicado por Flower (2010) que sua subida ao poder denota o início de uma transição na República controlada pelos *nobiles* o que nos faz concluir em conjunto com a exposição da autora que é nesse ponto que se pode demarcar o aumento dos conflitos civis e da clara transformação política em Roma. Salústio e Cícero também o percebem dentro de um grau de perversão. Sua presença também nos faz afirmar outra prerrogativa que ora expomos, a qual se refere ao posicionamento das lideranças militares em conjunto com a vida política da cidade. Portanto, só a sua associação com Sila, já faz de Catilina uma figura por si só tendenciosa ao confronto com o aparato civil, devido as perversões que

²¹ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: Lucius Catilina, nobili genere natus, fuit magna ui et animi et corporis, sed ingenio malo prauoque. Huic ab adulescentia bela intestina, caedes, rapinae, discórdia ciuilis grata fuere, ibique iuuentutem suam exercuit. Corpus patiens inediae, alboris, uigiliae, supra quam cuiquam credibile est. Animus audax, subdolos, uarius, cuius rei lubet simulator ac dissimulator; alieni adpetens, sui profusus; ardens in cupiditatibus; satis eloquentiae, sapientiae parum. Vastus animus immoderata, incredibilia, nimis alta semper cupiebat. Hunc post dominationem L. Sullae libido maxuma inuaserat rei publicae capiumdae, neque id quibus modis adsequeretur, dum sibi regnum pararet, quicquam pensi habebat. Agitabatur magis magisque in dies animus ferox inopia rei familiaris et conscientia scelerum, quae utraque is artibus auxerat quas supra memorauimus. Incitabant praeterea corrupti ciuitatis mores, quos pessuma ac diuersa inter se mala, luxuria atque auaritia, uexabant.

já faziam parte de sua formação de caráter e, também, o que se supõe como conhecimento militar e a utilizá-lo contra a República. Syme (1964) coloca:

Catilina está ligado a Sila por vários dispositivos e suposições. Mais do que isso, o autor transfere a Catilina (isso é suposto) as imagens predominantes de Sila em sua mente. Ao se pensar essa noção, Salústio pode ser pego em flagrante exagero. O exemplo de Sila, ele sugere, inspira Catilina a buscar o domínio do poder em Roma. (SYME, 1964: 124)

Como segundo ponto, temos a presença clara da denúncia de Salústio ao falar da “muita eloquência, de pouca sabedoria”, o que ressalva o que já demonstramos no decorrer deste capítulo da preocupação evidente de nosso autor com a perversão da linguagem, ou seja, se pensamos o retrato de Catilina e a exposição de seus vícios, o uso deturpado da eloquência está referenciado nessa imagem. Temos, assim, que a eloquência advinda de pouco saber, apenas utilizada para angariar uma maior adesão ao que se pretende, se torna um artefato negativo. O cargo público ao qual Catilina pretende, no caso, o consulado, é procurado pelo mesmo através de dispositivos ilícitos, com uma eloquência que não condiz com a verdade (ou chamaria a verdade de memória do que seria o bom governo aos olhos de Salústio), ligada à compra de votos e subornos. Porém, como sua própria existência já era em si deturpada, os costumes corruptos da cidade o incitaram ainda mais em seu empreendimento, ou seja, eles contribuem para a liberdade de ação de Catilina.

Colocar a questão dos costumes corrompidos da cidade nos leva a um terceiro ponto, sendo esse justificado na medida em que, se Catilina é em si um homem com potencial para atacar a República, isso advém de sua relação direta com o ambiente no qual se formou. O indicativo de sua perversão o faz ser para Salústio o “vilão” ideal de sua história, cujas principais características se pautam na exposição de vícios e virtudes. Nessa apresentação, temos, portanto, a fundamentação crítica do autor e sobre a qual demonstra a falta de coesão social em Roma, pois, se há homens como Catilina, disposto a ir até as últimas consequências no que se refere ao desejo de poder, logo se mostra a perda do consenso no campo político devido aos desejos e impulsos de ordem particular e que irão envolver facções, cujos objetivos não eram outros senão o próprio enriquecimento individual. Syme (1964) afirma que, para Salústio, Catilina “[...]”

foi o vilão predestinado ao crime, o produto corrupto de um sistema corrupto, perseguido pelo crime e por uma má consciência” (SYME, 1964: 94).

Assim, a apresentação de Catilina indica de forma geral todos os pressupostos que o autor pretende esboçar no decorrer da monografia no que concerne aos vícios, é Catilina o homem escolhido para que se possa anunciar as categorias viciosas que levam às contendas civis da cidade e as suas consequências na harmonia da administração da coisa pública. Tanto que Catilina, embora personagem central, encontra outros dispostos a seguir os seus intentos, todos eles, de acordo com Salústio, envolvidos diretamente com o enriquecimento ilícito provindo da ditadura de Sila.

Confiando em tais amigos e aliados, e também porque eram enormes as dívidas por todo o império e porque a maior parte dos veteranos de Sila, empobrecidos pelas próprias liberalidades e tendo ainda na memória as antigas rapinas e vitórias, ansiavam pela guerra civil, Catilina tomou a decisão de destruir as instituições.²² (*Cat.*, XVI, 4)

Com a perda de influência na política, os partidários de Sila passam a requerer novos direitos dentro da atividade civil (lembrando-se que não eram os únicos a promover formas de enriquecimento ilícito). Portanto, nesse contexto, formam-se as facções rivais que buscam o seu intento individualista através dos atos ambiciosos de suas ações políticas. A liberdade, defendida por Salústio como necessária, é deturpada nessa conjunção, dando lugar a uma conceituação que se visa conseguir exercer e conquistar o grau desejado de presença na política da cidade. Na voz do próprio Catilina, em discurso reelaborado por Salústio, temos: “Ei-la, eis a liberdade com que sonhastes; além do mais, as riquezas, a honra, a glória estão postas à vossa vista” (*Cat.*, XX). Constatamos que o interesse a todos esses atributos é voltado para o interesse individual de se destacar na cobiça e luxo que dominam a cidade.

Devemos dizer, porém, que Salústio não postula a ditadura de Sila como o princípio da corrupção. No estudo das obras do autor percebemos que este tenta localizar esse início em outro ponto: a ausência do medo do inimigo externo o

²² SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: His amicis sociisque confisus Catilina, simul quod aes alienum per omnis terras ingens erat, et quod plerique Sullani milites, largius suo usu, rapinarum et uictoriae ueteris memores, ciuile bellum exoptabant, opprimundae rei publicae concilium cepit.

que, para ele, gerava a união dentro do conjunto político e militar da cidade. Para demonstrar esse ponto de vista, temos a obra *Bellum Iugurthinum*, retrato de um confronto externo que, apesar de contar os elementos que fizeram parte do conflito, indica muito mais as mudanças na política interna e externa da sociedade. De forma que, quando se organiza as formas de lidar com o conflito contra os númidas, Salústio demonstra a corrupção da política romana e a sua influência nas decisões referentes à guerra.

A guerra na Numídia-África é levada a cabo pelo interesse de Jugurta, filho adotivo do rei, de se estabelecer como o único herdeiro do reino deixado por Micipsa, realizando para isso a perseguição e assassinato de seus irmãos adotivos. Jugurta, a princípio, é descrito por Salústio como um homem de ação e que tendia a ser “arrojado no combate e nas decisões ponderado”²³ (*Jug.*, VII, 5) e esse comportamento chamava a atenção dos romanos, com os quais participara na guerra da Numância, adquirindo influências e amizades. O contato com os romanos aparenta, na narrativa salustiana, o começo de uma interação com aqueles membros da aristocracia que não se destacavam pela justeza e bom caráter e, esse contato, denota uma mudança no próprio posicionamento de Jugurta frente a Roma e que irá transparecer quando, mais tarde, ele mesmo se encontra em conflito com os mesmos.

A conduta seguida na resolução da guerra contra Jugurta, com todas as suas animosidades e sequências em que a corrupção demandava o acerto sobre o que deveria ser feito para solucionar o problema, são para Salústio, modelo ideal para definir o contorno da obra, tanto que, na medida em que forma as digressões dentro do texto, essas se abrem para dizer da corrupção na política romana, sobretudo, no que já indicamos ser a divisão de facções que visavam o lucro a ser obtido com as vitórias, sem pensar na República enquanto um todo. Assim, se na tradição defendida por Salústio, havia uma República governada pela aristocracia romana que respeitava o itinerário do bem comum, vemos, no decorrer das vitórias subsequentes nas questões externas, o avanço do controle dos espólios que se conseguiam na guerra.

²³ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: [...] quorum alterum ex prouidentia timorem, alterum ex adudacia temeritatem adferre plerumque solet.

Na paz como na guerra vivia-se sob o arbítrio da oligarquia; em suas mãos estavam o erário, as províncias, as magistraturas, as glórias e os triunfos. O povo vivia oprimido pelo serviço militar e pela penúria; as presas de guerra eram divididas entre os generais e alguns privilegiados.²⁴ (*Jug.*, XLI, 7)

Para Salústio, o grande problema se encontra em como os *nobiles*, envolvidos dentro de seu monopólio de poder, se esquecem de elaborar uma forma do mesmo que viabilize e atraia também a participação de outras camadas da população romana. Em outras palavras, poderíamos dizer, novamente, que o problema advindo das riquezas é justamente o que ela provoca em termos de ambição desmedida e que sugere a perda do consenso comum. Como já foi afirmado, também esse consenso não era a ausência de conflitos, mas, sim, da presença de conflitos mediados por normas e regras comuns e que agiam de maneira a representar ou dizer algo em comum para a sociedade como um todo, ou seja, quando a memória dos antepassados e de seu domínio justificavam as lideranças e faziam delas as ideais para se estar no poder. Contudo, o constante individualismo quebra com a memória da tradição e não mais são as constantes demandas de rememoração que tornam possível a vivência pacífica no seio político, pois, em um ambiente de riquezas, o interesse por obtê-las acaba atraindo vários grupos rivais entre si em que, ausente o medo do inimigo comum, faziam-se inimigos entre si, cada qual buscando a glória pessoal que pensava merecer.

Pois desde o momento em que se encontraram alguns homens da nobreza que preferiram a dominação injusta à verdadeira glória, a cidade foi sacudida e se viu surgir, como um terremoto, a discórdia entre os cidadãos.²⁵ (*Jug.*, XLI, 10)

Não é sem razão que no capítulo seguinte de *Bellum Iugurthinum* Salústio volte a retomar a questão dos irmãos Graco e a sua representação para designar a forma que se toma o conflito entre os *nobiles* e a plebe e o desejo cada vez mais eminente de que a administração se voltasse para o bem comum, esse tão falado e defendido por Cícero como a busca verdadeira de uma República. Quando temos,

²⁴Ibid. No trecho estabelecido latino: Paucorum arbítrio belli domique agitabatur; penes eosdem aerarim, prouvinciae, magistratus, gloriae triumphique erant; populus militia ataque inopia urgebatur; praedas bellicas imperatores cum paucis diripiebant.

²⁵ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: Nam ubi primum ex nobilitate reperti sunt qui ueram gloriam iniustae potentiae anteponerent, moueri ciuitas, et dissensio ciuilis, quase permixtio terrae, oriri coepit.

portanto, o retrato de Mário esboçados na obra, esse serve para que observemos como se forma a associação entre o homem que exerce o cargo político e aquele que atua na guerra como comandante e general. Devemos destacar, que se deve não ao fator de este exercer duas funções – política e militar – e, sim, em sua constante evocação como liderança a ser seguida e posta, por vezes, de maneira mais importante do que os membros do senado. Ainda é, nesse período, impensável um homem novo assumir cargos, visto ao controle da nobreza em passar os cargos para os membros pertencentes a ela, portanto, Mário só consegue se destacar no poder, enquanto homem novo, devido aos seus predicados de virtudes construídas e não herdadas.

A nobreza, que antes era título de glória, agora era motivo de ódio, mas a origem humilde do outro aumentava-lhe o apoio popular. Mas, com relação a um e outro, o fanatismo partidário mais do que as boas ou más qualidades é o que decidia.²⁶ (*Jug.*, LXXIII, 4)

Syme (1964) aponta para a preocupação de Salústio em informar que um confronto como o contra Jugurta faz com que a população pese os reais intentos da guerra e a sua importância dentro da administração da coisa pública, como, por exemplo, as vantagens da mesma. Percebe-se que as intenções do confronto variam de acordo com a forma como Aderbal e Jugurta se posicionam frente aos líderes romanos e de como esses são, ora retratados como justos – e Aderbal acredita nessa justiça – ora como extremamente corruptos e passíveis de serem comprados pelo dinheiro – premissa principal de Jugurta, que aponta que conseguirá o apoio romano com o dinheiro pago a pessoas específicas dentro do senado. Concordamos com o autor e, novamente, tornamos a afirmar que *Bellum Iugurthinum* é mais do que uma obra para retratar um conflito externo, ele se faz como pano de fundo para que Salústio esboce seu retrato da Roma naquele período e o início claro de uma corrupção deflagrada em várias instâncias do governo.

O Senado procurou direcionar as relações exteriores, com a intenção de manter o monopólio da *nobilitas* no comando,

²⁶ Ibid. No trecho estabelecido latino: Imperatori nobilitas, quae antea decori fuit, invidiae esse; at illi alteri generis humilitas fauorem addiderat. Ceterum in utroque magis studia partium quam bona aut mala sua moderata.

clientelismo e lucros. Inimigos dessa dominação procuravam quebrar o monopólio. “Populares” denunciaram a corrupção, opressão e incompetência, sendo a guerra e a paz mal administradas ofendendo a honra do *Populus Romanus*. Salústio oferece os argumentos através da boca dos tribunos romanos. Ele escolhe seus agentes. E Catão ataca a classe governante por não conseguir manter o “*iustum imperium*” dos dias ancestrais. (SYME, 1964: 250)

A questão apontada por Syme segue, em todo o contorno da obra, principalmente no que concerne ao fato de que as atribuições militares passem sempre pela decisão de um grupo por ora cingido dentro de seus próprios interesses. Aos *nobiles* o interesse de manter uma glória centralizadora de seus membros no poder e que mantenham seus lucros e a plebe em conseguir se destacar dentro deste campo político já demarcado por corrupção. Portanto, a guerra mal administrada e de solução demorada é, para Salústio, resultado de uma postura individualista desse cenário político corrupto romano. Mesmo que Mário venha a se destacar com suas virtudes construídas e diferenciadas dessa nobreza corrompida.

A eles que no período eleitoral fingiram honestidade é difícil, no exercício do poder, controlar-se; para mim que passei toda a vida na prática da virtude agir corretamente, por ser um hábito, tornou-se uma segunda natureza.²⁷ (*Jug.*, LXXXV)

Mário, enquanto retrato construído dentro da obra, é um denunciante dos costumes corruptos. É também a ele atribuída a mudança nos exércitos. Para Salústio, retratar Mário possibilita demonstrar as mudanças que ele percebia em sua época, ou, pelo que entendemos, anuncia o tipo de liderança política que irá sair da divisão partidária entre os romanos. Logo, não apenas Mário é colocado em *Bellum Iugurthinum*, Sila também aparece como possível liderança resolutória de conflitos, o que poderia dizer faria um pré-anúncio de sua rivalidade com a facção de Mário e, ainda, nos faz pensar a obra incompleta de Salústio, as *Historiae*, que pretendiam retratar o período silano. Colocamos em pauta todas essas enunciações para demonstrar como Salústio pretendia, dentro do escopo de

²⁷ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: *Illis difficile est in potestatibus temperare qui per ambitionem sese probos simulauere; mihi, qui omnem aetatem in optumis artibus egi, bene facere iam ex consuetudine in naturam uortit.*

sua obra, conduzir a interpretação da modificação gradual da República romana, pois, conforme traça a época escolhida, fundamenta uma temporalidade própria para a mesma em que somos capazes de nos defrontar com o tempo destruidor e de mudanças que abarcam todo o caráter pessimista do autor. De maneira que, acreditamos, a escolha dos eventos para configurar ambas monografias se dá com o real interesse em definir as causas que levaram à perda do consenso político e cujo objetivo, defendemos, ele consegue alcançar.

Portanto, quando pensamos o retrato de Jugurta (embora breve) e o decorrer da exposição de seus interesses, o vemos como um personagem que se configura como pano de fundo apto a demonstrar os reais intentos de Salústio. Jugurta não inicia em *Bellum Iugurthinum* como uma personagem viciosa, antes, é retratado pela forma como consegue destaque em todas as atividades que executa e é desse sucesso que vem a escolha de Micipsa ao enviá-lo a combater ao lado dos romanos. Disso, é interessante ressaltar, que é a partir do contato com os romanos e suas empresas que Jugurta se modifica, embora ainda ganhe destaque com suas ações entre os Cipiões, sendo, inclusive, orientado a não procurar os nomes indignos entre os romanos. Assim, a perversão de Jugurta se inicia no seu retorno a Numídia e posterior morte de Micipsa.

Com a morte do rei da Numídia, três serão os herdeiros, entre eles, Jugurta. Diz-se na obra que a possibilidade de governar tantos bens deturpa sua personalidade; no entanto, não é necessariamente de onde provem sua mudança que nos interessa e, sim, como essa transformação o leva a anunciar os romanos que procura para angariar a sua causa na guerra da Numídia. Quando Jugurta inicia sua rivalidade contra Aderbal e esse sugere que se procure os romanos para conseguir apoio, por várias vezes Jugurta diz ser o apoio deles passível de compra.

De tal forma que, selecionar Jugurta como uma personagem que corresponde a um caráter vicioso, se faz, antes de tudo, por ser ele um apontador de características viciosas dos membros do governo romano. Para Salústio, mostrar Jugurta e sua investida contra os romanos é, antes, uma forma de indicar a corrupção do cenário político em Roma, de tal forma que a capacidade de vencer uma guerra se encontra na possibilidade de comprar os membros daqueles cuja participação no confronto definirá seu sucesso ou o seu fracasso. Jugurta é muito claro em informar que o apoio romano garantirá o sucesso da empreitada, assim

como também expõem as fraquezas de sua administração e que consegue combater o exército. De tal modo, acreditamos que a exposição da proposta de *Bellum Iugurthinum* converge com a ideia apresentada pelos comentadores de Salústio, como Syme (1964), ao afirmarem ser o interesse das obras salustianas fornecer a interpretação e exposição lúcida da corrupção romana, ou seja, Jugurta é, dentro desse intento, a voz necessária (e segura) para construir toda a sua crítica.

3.2 César e Catão: modelos para o reestabelecimento do consenso político

Dada a exposição que até agora se seguiu em relação ao contexto republicano exposto por Salústio, temos a possibilidade de melhor analisarmos algumas das escolhas pontuais de sua obra, como já o fizemos com Catilina, Jugurta e Mário e que, agora, pretendemos com César e Catão. Temos afirmado que, dentro da interpretação salustiana da República romana, encontramos uma visão crítica que se delimita dentro de um quadro de vícios e virtudes (indicadas pelos retratos, discursos e digressões) e que elabora um panorama do quadro dos conflitos civis que arrasavam Roma. Essa constatação nos levou a uma análise diferenciada da obra e, através da proposta alavancada por vários autores, como, por exemplo, Shotter (1994), Dalpian (1994), Flower (2010) e Syme (1964), percebemos que, embora a obra descreva os confrontos da conjura de Catilina e da guerra de Jugurta, a pretensão de Salústio é muito maior do que apenas condensar a exposição dos fatos ocorridos em ambos conflitos.

As duas monografias salustianas nos oferecem um escopo maior de ideias e, dessas, destacamos a pontual disposição de fatores que seriam para o autor a causa da perda de consenso político da República. Destaca-se, portanto, nesse ponto, a presença de dois discursos e um retrato referente a César e Catão – que configuram um quinto da obra como um todo – e que, de acordo com autores, como Syme (1964), condensam as intenções de exposição de Salústio em *Bellum Catilinae*.

César e Catão são um indicativo premente dos objetivos de Salústio com suas obras dentro do contexto republicano. Por ora, se faz importante dizer, deixaremos de lado a colocação de discussões que se fazem a respeito da exposição que nosso autor faz de César e se essa teria haver com uma defesa ou

não do ex-ditador assassinado em 44 e sua dinâmica em rivalidade com Cícero, cujo debate acreditamos ser, da forma como é exposto, infrutífero. No que se refere a César e à interpretação que Salústio faz de suas ações, nos interessa mais pensá-la em analogia aos interesses do autor em expor características necessárias para o bem servir e manter a República, do que analisá-las em um interim de defesas e disputas entre Salústio e Cícero e suas principais obras referentes ao ditador.

Com isso posto, pensemos as personagens de César e Catão exibidas por Salústio como exemplos de homens que se destacaram em seu papel como políticos na República romana. Representam, como um todo, o delineamento de ações esperadas e realizadas pelos membros da aristocracia romana e por aqueles que vieram a se arriscar na política cidadina. Em primeiro lugar, Catão soa para nós como o modelo ideal de Salústio da vivência concreta do *mos maiorum*; são suas ações pautadas na rigidez e autocontrole e totalmente afastada de interesses ambiciosos ou ostentativos de uma falsa compaixão, conferindo a ele decisões firmes e dissociadas plenamente de interesse próprio, sendo voltadas apenas para a República. César, entretanto, já possui outros contornos, é retratado em seus interesses de forma ambígua e, o maior destaque de seu discurso é dada pela defesa da compaixão; mas, seria essa utilizada de maneira a pensar a erradicação verdadeira dos males republicanos? Não há, para nós, defesa de César ou uma exposição partidária por parte de Salústio; antes, existe uma clara intenção de mostrar sua personalidade como característica do novo homem político que se destaca no cenário político republicano. Para Syme:

“Virtus” cada um tinha, mas era antitética no tocante ao comportamento, como Salústio explica em breve delineação (54). Cesar era esplêndido e extravagante, clemente e perdoador; Catão era austero e inflexível, não deu favores. César não poupou esforços em busca de ambições, porém Catão usou seus esforços de forma diferente, com honestidade e integridade. Seu objetivo era a realidade da virtude e não sua aparência (“*esse quam videri*”); e quanto a glória era menos perseguida, mais certamente se acumulava. (SYME, 1964: 114)

Certamente devemos pensar no indicativo de Syme para a possibilidade de uma virtude não concreta e sim demonstrada apenas de maneira aparente o que seria provável no caso de César e sua aberta ambiguidade enquanto personagem

salustiana. Contudo, não acreditamos ser esse o objetivo de César dentro de *Bellum Catilinae*. Nossa defesa, no que concerne a César e Catão, é a de que ambos os personagens retratam, para Salústio, os possíveis caminhos a serem seguidos pela República cingida por suas constantes dissensões, ou seja, são homens que se destacam por uma conduta que pode, em sua força, alavancar o desejo e a probabilidade da construção de um novo consenso político em Roma. Para melhor pensarmos essa afirmação, coloquemos o retrato que Salústio realiza a respeito dos dois homens.

Eram, então, quase iguais no nascimento, idade e eloquência; a grandeza da alma igual, igual a glória, mas cada um à sua maneira. César se distinguiu pelos favores e generosidade, Catão pela vida inatacável. Aquele se tornou ilustre pela doçura e clemência, a este a severidade lhe conferia respeito. César granjeou a glória, dando, amparando, perdoando, Catão, sem nada prodigalizar. Um era o refúgio dos infelizes, o outro a desgraça dos maus. De César se louvava a afabilidade, de Catão, a firmeza. Enfim César tinha como norma trabalhar, vigiar, negligenciar seus interesses, atento aos negócios dos amigos, nada negar que merecesse ser dado; para si ambicionava um grande império, um exército, uma guerra nada comum onde pudesse brilhar seu valor. Catão tinha o amor da modéstia, do dever, mas acima de tudo da severidade. Não pretendia concorrer em riqueza com o rico, com o modesto em reserva, com o inocente em honestidade. Preferia ser bom a parecer bom; por isso, quando menos procurava a glória, tanto mais ela o perseguia.²⁸ (*Cat.*, LIV)

O capítulo de *Bellum Catilinae* acima citado nos demonstra que a exposição de Salústio acerca dos dois homens é, em primeiro lugar, positiva. Cada qual, segundo o autor, possui as suas virtudes próprias e que se relacionam com sua posição enquanto participantes da política da cidade. Sua descrição da personalidade de ambos denota virtudes bem objetivas e que se correlacionam

²⁸ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: Igitur eis genus, aetas, eloquentia, prope aequalia fuere; magnitudo animi par, item gloria, sed alia alii. Caesar beneficiis ac munificentia magnus habebatur, integritate uitae Cato. Ille mansuetudine et misericórdia clarus factus, huic seuritas dignitatem addiderat. Caesar dando, subleuando, ignoscendo, Cato nihil largiundo gloriam adeptus est. In altero miseris perfugium erat, in altero malis pernicies. Illius facilitas, huius constantia laudabatur. Postremo Caesar in animum induxerat laborare, uigilare, negotiis amicorum intentus sua neglegere, nihil denegare quod dono dignum esset; sibi magnum imperium, exercitum, bellum nouom exptabat ubi uirtus enistescere posset. At Catoni studium modestiae, decoris, sed maxume seueritatis erat. Non diuitiis cum diuite neque factione cum factioso, sed cum strenuo uirtute, cum modesto pudore, cum inocente abstinentia certabat. Esse quam lidere bonus malebat; ita, quo minus petebat gloriam, eo magis illum assequabatur.

com a disposição dos valores da tradição, como, por exemplo, a clemência, a modéstia, a severidade, a generosidade e como tais, competiam entre si em benefícios que poderiam trazer em níveis de glória pessoal e de condução da administração das causas da República. De maneira diversa, cada qual apresentava suas particularidades no que se referia à condução do caráter e de como esse afetava diretamente a vida pública. Como a passagem acima bem demonstra, a prática virtuosa de cada um indicava um tipo de tratamento no que diz respeito aos demais membros da sociedade romana. César era indicado por sua afabilidade e procura de resolver os problemas alheios, já Catão indicado como de extrema rigidez em suas decisões. Nessas pontualidades de suas personalidades, acreditamos, encontramos os elementos que Salústio apontava como ideias para a condução das decisões da República romana, que deveriam primar por uma aplicação que angariasse a simpatia de lados rivais da cena política.

Catão aparece em *Bellum Catilinae* como um defensor do *mos maiorum*. É na descrição de seu discurso que Salústio trabalha a ideia das virtudes perdidas e da preocupação com os usos escusos da palavra. Essa denúncia se faz em um combate direto à fala de César e denota que a grande preocupação de Catão se encontra em fazer que as decisões tomadas no Senado em relação à Catilina desemboquem em uma real solução do problema e não amenize a situação para os conjurados. Citemos:

Há muito tempo realmente perdemos o verdadeiro sentido das palavras: porque ao esbanjar os bens dos outros se chama generosidade, à ousadia do crime se dá o nome de bravura, é por isso que o país está em situação desesperadora.²⁹ (*Cat.*, L, 11)

É por isso que quando vos pronunciardes sobre os destino de Lêntulo e dos outros prisioneiros, deveis estar conscientes de que estais decidindo ao mesmo tempo sobre o exército de Catilina e de todos os conjurados. Quando maior for o empenho com que tratares dessa questão, menor será a segurança deles; se eles virem que vós vos afrouxais, pouco que seja, estarão lá, cheios de insolência.³⁰ (*Cat.*, L, 17-18)

²⁹ SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: *Iam pridem equidem nos uera uocabula rerum amisimus: quia bona aliena largiri liberalitas, malarum rerum audácia fortitudo uocatur, eo res publica in extremo sita est.*

³⁰ *Ibid.* No trecho estabelecido latino: *Quare cum de P. Lentulo ceterisque statuetis, pro certo habetote uos simul de exercitu Catilinae et de omnibus coniuratis decernere. Quanto uos attentius*

Percebe-se que Salústio procura expor, através da fala de Catão, o dispositivo do convencimento pelas palavras e o resultado de uma política que não seja eficaz em suas decisões. Aos conjurados, Catão observa a importância de uma resolução definitiva e pontual, sem rodeios, apenas de aplicação imediata e que, em sua exemplaridade, forneça o desfecho que se espera de tais crimes, que não contarão com clemência e misericórdia. Tal exposição do caráter de julgamento de Catão, mostra, dentro da interpretação de Syme (1964), que, dado o perigo eminente que a conjuração aponta, não importa quais os procedimentos a serem tomados dentro de um conjunto de regras e, sim, na eficiência das decisões, se afirma, dessa forma, que Catão se caracteriza como um estadista prático e eficaz.

Da atual situação da administração romana, Catão faz alusão direta aos antigos costumes e de como esses se perverteram. Tal perversão é a causa apontada para um Estado que toma decisões fracas e que não consegue o seu intento de manter a paz e a concórdia. Mesmo a individualidade das decisões, como já colocamos anteriormente, é retomada no discurso. Quanto aos novos políticos, não se vê uma coesão que procure a decisões que forneçam benefícios a todos os envolvidos, existe uma iniciativa de se destacar e angariar favores que beneficie apenas o crescimento próprio e não o de outrem. De forma que temos o cenário da conjura de Catilina exposto como um resultado direto das ambições encontradas entre os membros mais jovens dessa aristocracia romana, é o lugar do qual se extrai de maneira direta e ativa os resultados dos costumes viciosos da cidade e de sua atual disposição para o dissenso. Nas palavras de Salústio:

Não penseis que foi pelas armas que os nossos antepassados de pequena fizeram grande esta nação. Se assim o fosse, mais do que próspera a teríamos hoje, pois nós temos agora mais aliados e cidadãos, além de mais armas e cavalos, do que eles. Mas outras foram as qualidades que não possuímos: internamente o amor ao trabalho, externamente um governo justo, espírito livre para decidir, isento de vício e paixão. Em vez disso, temo o luxo e a cobiça, no Estado a penúria, nas casas a opulência; louvamos as riquezas, seguimos a preguiça; entre os bons e maus nenhuma distinção. A corrupção detém todos os prêmios reservados aos méritos. Nada a estranhar: já que só pensa em

ea agetis, tanto illis animus infirmior erit; si paululum modo uos languere uiderint, iam omnes feroces aderunt.

sua própria pessoa, já que em vossas casas sois escravos dos prazeres, do dinheiro, dos favores, isso faz com que os assaltos se dêem contra uma república que não tem defesa.³¹ (*Cat.*, LII, 19-23)

Portanto, encontramos aqui todos os interesses especificados por Salústio ao longo de toda a monografia e a concisão de suas ideias a respeito das perdas das regras e normas prescrita pelo *mos maiorum*. O passado glorificado, ainda que fosse uma idealização defendendo a uma classe governamental específica, fazia-se dessa forma no intuito de prescrever os bons procedimentos da conduta política. Essa é central na vida dessa aristocracia romana; por ela que se delineiam as conquistas e disposições administrativas da cidade, com todos os seus cargos e magistraturas e para ela convergem as intenções das conquistas externas e internas. Ser bem conduzida é essencial para obter o sucesso da causa da República como um todo (sempre tendo em mente a cronologia de Flower (2010) e a exposição desse modelo como sendo próprio à *nobilitas*), ou seja, ela precisa ser precedida pelo consenso. Embora as disputas sejam inerentes ao que se entende por um governo como a República, essas disputas devem ser premeditadas por um acordo que evite desvios de rota e procedimentos, e mantenha a harmonia das disputas e evite os confrontos civis. É por isso que, no julgamento de Catão a respeito dos conjurados e nas penas a serem aplicadas aos mesmos, encontre-se uma rigidez.

E voltando à comparação em Salústio. Catão não é apenas retratado com reverência e simpatia. O autor o têm em vantagem, até porque conclui seu episódio com Catão e a glória de Catão. E há outra coisa. A ideia exposta por Catão corresponde estreitamente com as do autor colocadas em seus prólogos e digressões. (SYME, 1964: 116)

³¹ SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: Nolite existumare maiores nostros armis rem publicam ex parua magnam fecisse. Si ita res esset, multo pulcherrumam eam nos haberemos, quippe sociorum atque ciuium, praeterea armorum atque equorum maior copia nobis quam illis est. Sed alia fuere quae illos magnos fecere, quae nobil nulla sunt: domi indústria, foris iustum imperium, animus in consulendo liber, neque delicto neque lubidini obnoxius. Pro his nos habemus luxuriam atque auaritiam, publice egestatem, priuatim opulentiam; laudamus diuitias, sequemur inertiam; inter bonos malos discrimen nullum; omnia uirtutes praemia ambitio possidet. Neque mirum: ubi uos separatim sibi quisque consilium capitis, ubi domi uoluptatibus, hic pecuniae aut gratiae seruitis, eo fit ut impetus fiat in uacuum rem publicam.

Percebemos, dessa forma, que a interpretação de Syme indica como o discurso de Catão e seu retrato se identificam e conferem com o propósito de Salústio ao compor sua história, a qual se apresenta nos proêmios e digressões. Portanto, a figura de Catão não é posta aqui de maneira mítica; suas ações são concretas e exemplares, apresentam a periculosidade dos vícios e fundamentam quais virtudes se fizeram com os antepassados e os motivos pelos quais elas eram necessárias para a manutenção da paz. Tal constatação faz com que Catão não seja tratado com indiferença no cenário político e, ao ser referenciado, isso é feito com reverência por aqueles que o retratam, o que vemos nas próprias palavras de Salústio, ao indicar que a glória conquistada por ele não é feita de maneira ambiciosa antes, ela o persegue. Dito isso, temos que Catão é, para nosso autor, o exemplo ideal de conduta política.

Há ainda a presença do discurso de César e os objetivos de Salústio em retratá-lo. Percebemos que a característica geral da exposição do futuro ditador em *Bellum Catilinae* é marcada principalmente pela ambiguidade que permeia suas palavras e ações dentro do que se caracteriza como ideais na fala salustiana, pensando já a colocação das ações de Catão apresentadas na obra. Entretanto, acreditamos, essa ambiguidade não é posta de maneira inocente e ela demonstra, além das premissas comuns a César e sua ação política, a apresentação de uma nova forma de se atuar no campo político, novos valores que poderiam representar a possibilidade de uma restauração do consenso político. Essa interpretação confere diretamente com a colocação de Syme (1964) sobre a disposição de César dentro da obra de Salústio.

Assim, César aparece também como um grande estadista, sendo seu discurso um amálgama de novos padrões de conduta no que diz respeito a decisões importantes do campo político, como o caso da conjura de Catilina. O que os autores que se dispuseram a estudar a obra de Salústio mais destacam a respeito desse discurso refere-se à defesa de César para que se julgue com clemência e misericórdia. Estas virtudes não são bem vistas por Catão mas, no discurso de César e mesmo no retrato que Salústio faz de sua pessoa, se mostram como características peculiares e que dispõem de certas vantagens nesse contexto político de constantes conflitos. Por exemplo, se pensarmos a colocação da pena de morte, César dispõe sobre a pena de Salústio algumas considerações pertinentes de quais as consequências que essa decisão pode levar:

Os que, investidos de grande poder, vivem nas alturas, deles os homens conhecem todas as ações. Assim quanto maior é a fortuna, menor é a liberdade; não devem ter paixões, nem odiar, e muito menos encolerizar-se. O que nos outros se chama irascibilidade, tem o nome de arrogância e crueldade, quando se está no poder.³² (*Cat.*, LI, 12-14)

Da pena posso falar o que realmente é: no luto e nas misérias, a morte é descanso das aflições, não é um tormento; é a libertação de todos os males; além dela não há lugar nem para preocupação nem para alegria.³³ (*Cat.*, LI, 20)

César, portanto, argumenta no discurso construído por Salústio da necessidade que se tem de as lideranças pesarem suas ações através de uma justa medida em que a decisão tomada de maneira autoritária não venha a delegar para sua personalidade graus de tirania que farão com que seu governo seja visto de forma negativa no futuro. Se pensarmos nessa colocação, uma das grandes preocupações de Cícero era a de que seu consulado fosse apresentado como realizado de forma justa, o que posteriormente não acontecerá, dado a acusação do seu rigor na pena da conjuração de Catilina. No entanto, voltemos a César e à peculiaridade de sua disposição. Ponderação é a palavra chave no que diz respeito à disposição política nas decisões da República, sendo essa indispensável enquanto característica essencial para que um governo alcance a anuência de todos os cidadãos, por conseguinte, se os crimes são julgados de maneira bárbara, isso fomenta para que toda liderança atue com tirania na aplicação da justiça. Então, deve se pesar a pena e as consequências da pena.

Quanto à colocação de César sobre a pena de morte, ela, no que diz respeito ao grau de penalidade, não parece exercer para o futuro ditador nenhuma lição específica para se impedir crimes futuros pois, antes de mais nada, a morte é para ele o livramento dos sofrimentos a que se pode ter em vida, sendo o castigo ideal. Dessa forma, a pena vivida na privação daquilo que se faz de mais necessário por aqueles que cometeram tal afronta à República. Decidir sobre a

³² SALÚSTIO. **A Conjuração de Catilina / A guerra de Jugurta**. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. No trecho estabelecido latino: Qui magno imperio praediti in excelso aetatem agunt, eorum facta cuncti mortales nouere. Ita in maxuma fortuna minima licentia est: neque studere, neque odisse, sed minime irasci decet. Quae apud alios iracundia dicitur, ea in imperio superbia atque crudelitas appellatur.

³³ Ibid. No trecho estabelecido latino: De poena possum equidem dicere, id quod res habet, in luctu atque miseriis mortem aerumnarum requiem, non cruciatum esse. Eam cuncta mortalium mala dissoluere; ultra neque curae neque gaudii locum esse.

pena de morte e acatar essa decisão só demandam consequências para os envolvidos com ela, gerando, sobretudo, um julgamento sobre aqueles que votaram ao seu favor, podendo ser esta louvada no presente e julgada negativamente no futuro próximo.

Ódio ou zelo excessivo é prejudicial – acima de tudo a raiva. Se homens pequenos se entregam à raiva, poucos se importam. O contrário se dá com pessoas de posição e autoridade – “*in maxima fortuna minima licentia est*” (51-13). O que num indivíduo passa por “*iracundia*”, num governo é “*superbia atque crudelitas*” (51-14). Portanto, em seu discurso, César deprecia a inovação e exalta a “*virtus et sapientia*” da tradição romana, como Catão teria feito. (SYME, 1964: 113)

De acordo com a interpretação de Syme temos, então, que a proposta de César não diverge da de Catão, sendo que ele também se preocupa em elevar algumas das virtudes expostas pelos antepassados em suas decisões. Sua exposição pesa, entendemos dessa forma, como a procura de decisões que corroborem para a construção do consenso, visando barrar atitudes que não pensam em suas consequências no todo da sociedade. Assim, quando se destacam para o discurso de César a menção às virtudes clemência e misericórdia, percebemos que estas são, para Salústio, também necessárias para a manutenção de um consenso político. Do que temos que as virtudes de Catão são necessárias pela sobriedade que elas conferem à vida política e as de César para evitar que essa sobriedade não seja levada ao seu lado irascível e se conduza no ínterim de um governo que pese também pelo lado da clemência, ou seja, de julgamentos que analisem a situação como um todo e não apliquem penas definitivas (no sentido em que elas se tornem prejudiciais para o próprio político que as aplicou). Nesse sentido, os discursos convergem na construção do que Salústio acredita serem as qualidades necessárias para um bom governo ou, antes, para uma administração que viesse a restaurar o consenso político.

César e Catão divergem em conduta, princípios e fidelidade. Suas qualidades podem ser consideradas tanto complementares quanto antitéticas. Em uma aliança os dois tinham o necessário para salvar a República. Isso é o que o historiador sugere gentilmente. (SYME, 1964: 120)

A partir dessa colocação disposta por Syme, acreditamos ser os discursos de César e Catão o desejo de Salústio em coligar características ditas por ele como essencial na administração da República. Em termos gerais, não se pode dizer que o autor pretende apenas restaurar a memória do *mos maiorum* tal qual ela era disposta como necessária para manter a paz social e a concórdia antes. Percebemos com a colocação da fala de César que, embora as transformações sociais tenham acarretado a corrupção que gerou a dissensão política, estas também constituíram e trouxeram novos modelos que poderiam ser aplicados. Ao que entendemos que a disposição dessas falas sugere que, para que o consenso volte a ser reconstruído, se torna premente que, preservando o melhor do passado, haja uma associação com o melhor que se extraiu desse presente de transformações. No caso, convergir as personalidades de César e Catão pode trazer a solução necessária para a restauração do consenso. De forma que, combater o luxo e a cobiça se faz útil, da mesma maneira que clemência não sugere ausência de punição e, sim, uma forma eficaz de somar para que se encontre paz e harmonia no corpo político. Contudo, tal dado não foi levado em conta nos subsequentes episódios da República romana. Viu-se apenas o afastamento mais radical entre as propostas de César e Catão, levando ao que, sem dúvida, formatou o que Otaviano, mais tarde Augusto, veio a chamar de República restaurada.

CONCLUSÃO

No decorrer de nossa pesquisa procuramos apresentar aspectos diferenciados no que concerne à República romana. Período de grande interesse devido as suas especificidades, principalmente se pesarmos a relação da vivência política com as produções escritas do período. Assim, pensar uma nova cronologia para as ações políticas ocorridas na República auxiliou-nos a apresentar nossas principais hipóteses, angariando a discussão entre os usos da memória pela política e de como Salústio percebe essa função e dela se utiliza para também ele ampliar o seu horizonte de possibilidades em suas obras monográficas *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*.

Portanto, acreditamos ser de importância, na análise por nós empreendida nesse trabalho, a disposição de uma maneira outra de se abordar o período republicano, cujo objetivo seria mostrar as peculiaridades que vão para além das configurações tradicionalmente colocadas a seu respeito. De forma que, para isso, foi preciso que se mostrasse essa República como uma forma governamental que se destacava por sua administração controlada nas mãos de uma classe específica – os *nobiles* – que para garantir sua manutenção no poder utilizava-se da memória para gerar o jogo de influências entre população votante e lideranças. Modelo que começa a constituir em aumento de rivalidades quando surge novos interessados em se destacar entre as lideranças políticas. Vemos, nesse sentido, que a República sugere um amálgama de situações específicas que podem ou não levar à concórdia em seu seio, sendo essa estritamente ideal para que o governo funcione de forma satisfatória dentro de suas principais características.

Entretanto, ao aprofundarmos em nossa pesquisa, percebe-se que esse governo, disposto como exemplar, inclusive por leituras posteriores, como as próprias releituras modernas em suas colocações no que se refere ao bom funcionamento de uma “República”, mostra-se em ações que, no geral, dispõe um clima de constantes disputas que precisa, necessariamente, de normas e regras que venham a estabelecer condutas do agir. A princípio, fundamenta-se que para essa conduta foi essencial para sua manutenção o que se explicita como o medo do inimigo ou/antes da ação decorrente no seio político quando se tratava de resolver as querelas externas impostas a Roma. Em Salústio, o medo do inimigo externo

elaborava a questão de se manter a harmonia do corpo civil para que se pudesse combater com sucesso. Por segundo, admite-se que a resposta dos constantes sucessos militares dos romanos, principalmente no que diz respeito a Cartago, é dada através da exposição de uma nova Roma, agora cerceada pelas riquezas advindas das conquistas e suas consequências no que diz respeito ao aumento da corrupção e a constante procura por elementos de ordem individualista e que não mais condiziam com a proposta inicial dos primeiros políticos da cidade eterna.

O arranjo dessa nova realidade de aumento das dissensões civis faz com que autores como Cícero e Salústio invistam em suas obras em uma crítica que perpassa os valores dos antepassados e façam desses o seu panorama para se mostrar de maneira mais objetiva o que não ia bem na política da República. Recorrer ao uso do *mos maiorum* parece ser, para nós, uma alternativa bem elaborada de dispor a crítica política e de angariar a sua reflexão pois, pesa-se, ser a memória dos antepassados com suas normas e valores não mais do que um elemento disposto entre os membros da *nobilitas* romana para garantir e se manter no poder. O que nos sugere a memória como um artefato de uso político.

Nesse sentido, vemos que a República romana é demarcada, sobretudo, pelo domínio da *nobilitas* e a sua forma de governo corresponde um longo período cronológico, disposto sempre de maneira a alavancar uma memória gloriosa, fonte de exemplos e que poderia, em seu escopo, fazer parte do jogo político, fazendo-se dela usos persuasivos que corroborassem para que mantivesse as mesmas famílias no poderio romano. Contudo, ao fim das querelas externas com o seu sucesso sendo de extrema vantagem a Roma, vemos emergir novos grupos políticos e, mesmo, *nobiles* que primaram pelo seu destaque individual angariado por suas vitórias militares. Podemos dizer, assim, que o sinal primeiro de mudança se encontra na centralidade que se faz da presença das lideranças militares – sendo ao líder militar atribuídos títulos como do de *imperator* – e, também, de como as conquistas militares são distribuídas e organizados os espólios de guerra. Poderíamos dizer que se trata de uma nova lógica política que surge, individualista e militarizada, que passa a centrar os desejos e deveres do governo apenas dentro dos privilégios que procurava angariar.

Podemos confirmar esse nexos ao pensarmos nos dois ditadores que fomentaram reflexões entre os autores romanos, sendo esses Sila e César, ambos militares, ambos movidos pela ambição individualista de poder – no que se refere

essencialmente ao domínio do governo da República. E dispor desse modelo nos indica claramente os momentos de transição que o governo republicano conhece e que possibilita amplamente aos confrontos civis, estes tão abominados tanto por Salústio quanto por Cícero. A ausência da harmonia no corpo civil indica um medo premente de que um modelo governamental que tenha por princípios a ausência do voto conjunto e comum se dilua na prática política da República. Sendo que, a preservação dos moldes republicanos faz-se necessária especificamente através do acordo entre as partes dissonantes. Reforcemos, a dissensão existe mesmo quando a concórdia é estabelecida, ou seja, a disputa é normal dentro da prática política, o que se aponta como errôneo é de que esses conflitos não encontrem resoluções plausíveis e se pautem em normas e regras que especifiquem o seu limite.

Portanto, temos de todas as características por ora levantadas, que a República romana apresenta-se como tema relevante para a pesquisa, visto suas premissas e a disposições dos distúrbios que mudaram a realidade romana quando do advento de Otaviano ao poder. Sendo o período delimitado para essa pesquisa, um amalgama de grande relevância para se compreender como se formata a transição entre modelos governamentais distintos e de como as transformações são lidas e entendidas pelos autores que as vivenciaram. Em tempo, Salústio não é um demarcador pessimista da crise de um tempo, antes, é um homem de vivência política que percebe e procura elaborar formas de lidar com a evidente mudança que se formata na República. Não há, dessa forma, a disposição de um autor que prevê a “queda” de um governo e, sim, de um que identifica a alteração e trabalha em possíveis caminhos para resolvê-la. O objetivo, reforçamos, delimita-se em angariar elementos que fomentem o retorno do consenso entre aqueles que atuavam na política da cidade. O meio que Salústio encontrou para alcançar seu objetivo foi o de estabelecer sua crítica através da oposição de vícios x virtudes, cuja utilização não é comum apenas a ele, apresentando-se uma tópica no que diz respeito a exposição dos acontecimentos da Roma republicana.

Exposto esses dados, pesemos os três capítulos que fundamentaram essa pesquisa. Em primeiro lugar, o que confere à questão da memória. Em nossa análise percebemos que a memória é um atributo de grande valia entre os autores da antiguidade greco-romana, ao que temos que ora ela é vista como uma auxiliar da preservação dos fatos e ora com desconfiança, dado a sua incapacidade de

apresentar de maneira objetiva. A memória é, portanto, percebida como uma construção, que pode ser reveladora e positiva no que se refere a preservação histórica ou altamente corrosiva, no que se refere aos seus usos no tempo presente. Pesando-se o jogo político, ela sem dúvidas é posta em todas as suas qualidades persuasivas e é a essa constatação que a produção salustiana trabalha. Existe a memória dos antepassados, ela pode ser motivo de virtude e de exemplificação da virtude, mas pode também denunciar uma política que deturpa os reais significados das palavras e da lembrança, utilizando-se delas não de forma a ganhar para o Estado como um todo e, sim, de conquistar os domínios que deseja. Memória associada a política estabelece uma nova maneira de se ver a República e sua administração, ela apresenta a função dos *exempla* para a comunidade como um todo (em seu aspecto positivo) e, também, denuncia as perversões que podem ocorrer dentro da política. Ao que concluímos que, no que concerne à República romana, a memória é um recurso político de persuasão, que pode ou não ser utilizada de forma positiva. Ao tempo de Salústio a positividade de seu uso não se constata, visto que não tem o objetivo de preservar a exemplaridade das virtudes antepassadas e é, agora, artefato político, sendo suas características apresentadas de duas formas: a importância de sua exemplaridade e os perigos de seus usos egoístas e com conotações persuasivas. Nesse sentido, estudar determinado contexto histórico através de sua disposição com relação aos atributos da memória nos auxilia a construir nosso objeto para além da perspectiva tradicional e questionar o período de transição da República romana por outra ótica, esta que nos revela particularidades que proporcionam novas redes interpretativas sobre o período, as quais acreditamos serem necessárias para uma melhor interpretação da fonte escolhida.

Em segundo lugar, fez-se importante pensar sobre qual República Salústio se referia, sendo necessário para isso pensar em termos do que se encontrava no passado recente do autor e de seu presente e de como os eventos do período influenciaram sua escrita. Portanto, decidimos trabalhar com o recorte temporal que compreendia o século II e I a.C., sendo que o século II responsável por nos apresentar a transformação política pela qual passava a República, indicando-se a questão agrária de Tibério Graco, o aumento gradativo das colônias, o calendário político, o sistema judiciário e a própria carreira política passou a ser repensada, ou seja, um século de mutação do sistema administrativo da cidade contando,

inclusive, com o aumento de parcelas da população que divergiam dos *nobiles*. Assim, repassar esse século nos proporcionou evidenciar as rupturas sofridas e de como essas tenderam a ocasionar os principais confrontos civis do século I. Esses, cada vez mais intensos à época de Salústio, fazem com que o autor, já afastado da vida pública, dedique o seu tempo de ócio para compreendê-lo e o faz de uma maneira bem específica, a qual identificamos como sendo a procura por eventos anteriores que já delimitavam os caminhos pelos quais a República iria seguir com o aumento das dissensões. Portanto, para explanar melhor esses dados, procuramos defrontar nossa bibliografia com duas fontes específicas, sendo essas os proêmios de *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum* e o *Da República* de Cícero. Tal escolha não foi feita de maneira inocente, ela se deu, sobretudo, pelo que cada obra representa no que concerne à exposição acerca dos percalços da República e o sempre citado modelo do *mos maiorum*. Nesse sentido, podemos dizer que analisar as fontes e especificá-las através da interpretação dos autores que com elas trabalharam, colaborou para que com sucesso cogitássemos em nossa hipótese de que a constituição das obras do período sugeria não apenas os problemas vivenciados na República mas que procuravam, através de sua denúncia, apresentar uma dinâmica nova de interação na política da cidade. Ambos os autores reforçam essas premissas através da constante confrontação entre a memória dos antepassados acerca de sua colocação na administração da República e a realidade na qual esta se encontrava, estabelecendo-se sempre que há, entre os dois, uma dinâmica de se procurar estabelecer novas normas e regras que propiciassem a harmonia no campo político.

No terceiro e último capítulo nos dedicamos ao estudo da fonte em confronto com o tema e hipóteses levantadas no decorrer dos dois primeiros capítulos. Decidimos que o processo do trabalho com a fonte deveria partir da premissa de entender o lugar político do qual ela fala e qual a forma literária e linguística que ela visa apresentar (e se essa também fomenta uma crítica). Assim, a primeira parte consistiu em expormos como Salústio se enquadra dentro do período no qual escreve, qual panorama ele traz da República? Como delimita as ações políticas que permearam o período republicano sobre o qual ele escreve? Percebemos que as premissas de Salústio foram a de exibir sua crítica através de uma narrativa que suscitasse seu pensamento de uma forma indireta – essa que entendemos ser a informação passada por retratos e discursos – e esse recurso o

autor complementava com suas digressões. Memória e política aparecem em seu texto de diversas maneiras, dizer nos proêmios dos antepassados e de valores humanos, dividir vícios e virtudes, entre outras maneiras de perpassar o problema central de seu texto, indicam um autor atento à demanda de sua época por compreender tantos conflitos após os sucessos militares e mesmo da nova dinâmica de poder que se estabelece. O que seria possível fazer em relação a tantas mudanças? Acreditamos que a resposta a essa pergunta é dada pelos retratos e discursos que o autor constrói, por isso, a proposta foi pensar suas personagens e relacioná-las a crítica que quer fornecer através da dualidade de vícios e virtudes.

Nesse sentido, para definir os vícios indicamos as personagens de Catilina e Jugurta, percebemos, com elas, que a trajetória de uma República corrompida afeta os envolvidos com ela e vice versa. Catilina, por exemplo, é resultado de suas deturpações mas, também, da política cidadina de Sila que vivenciou e foi partidário. Jugurta vai além, personagem de fora da estrutura política de Roma, mas que a conheceu, sabe dizer da corrupção porque diz que há que conseguir a compra do auxílio romano em seu conflito contra Aderbal. Essas características confirmaram nossa hipótese de que Salústio demonstra a formatação da crise romana por meio da corrupção advinda das vitórias nos confrontos externos, elas são indicativos de que a sociedade como um todo não mais se encontra preocupada com o bem comum. Há, isso sim, um crescente individualismo ligado ao militarismo que fomenta cada vez mais a rivalidade política em Roma e essa vai, aos poucos, desgastando a forma de governo exercida durante a República. O aumento das dissensões indica a perda daquilo que unia a sociedade e fomentava o trabalho pelo bem comum. O que seria, então, necessário se fazer para recuperá-la?

Encontramos na colocação dos retratos de Catão e César e seus respectivos discursos uma resposta plausível. Catão simboliza os antepassados, a essência do *mos maiorum*, César, entretanto, indica a mudança, essa que, exposta por suas virtudes não parece ser de todo negativa. Portanto, nos parece que trazê-los com grande centralidade para *Bellum Catilinae* apresenta como Salústio observa as possibilidades do reestabelecimento do consenso na República. Sendo isso estabelecido, percebemos que Catão retrata a importância de uma memória não deturpada e de como essa pode indicar elementos necessários para se evitar os

desvios de conduta na República, já César sabe dessa memória e de seu potencial, a um ponto que indica de como se deve pensar as atitudes do presente e sua repercussão quando se tornarem memória, também representando a necessidade de uma placidez nas decisões políticas, ou seja, por mais importante que seja a postulação de determinada ação política essa não pode e não deve ser aplicada com total rigidez, sendo a possibilidade de aplainar as iras muito mais vantajosa no que se espera do estabelecimento de uma administração harmoniosa. Novamente afirmamos que memória e política se entrelaçam, ora para apresentar a conduta de ação do presente, ora para simbolizar e indicar a importância da preservação das ações para serem lidas de maneira positiva quando forem passado. Catão e César são, dessa forma, no que concerne a suas personalidades delimitadas por Salústio, exemplos do que se espera em termos de alavancar um caminho para se reestabelecer a concórdia na política cidadina.

Concluimos, portanto, que nossa proposta temática em conjunto com as hipóteses e objetivos indicados, foi minuciosamente explorada no decorrer dos três capítulos dessa dissertação. De maneira geral, acreditamos terem sido positivos os resultados obtidos, visto que esses delimitaram para nós uma forma outra de ler o período de transições da República romana e a perceber essa estrutura política como não de característica única, mas repleta de particularidades que acrescentam o estudo da história de Roma. No caso específico de nossa fonte, acreditamos que essa proposta de leitura possibilitou ver Salústio como um autor ciente de seu tempo e que percebia os parâmetros políticos dentro dos quais a memória era utilizada, ou seja, a crítica esboçada por ele nos mostra um historiador ciente das transformações e das possíveis soluções para que essa não levasse aos extremos nas contendas civis. Assim, o estudo de Salústio enquanto fonte central dessa pesquisa colaborou para que obtivéssemos não apenas uma leitura específica sobre o contexto republicano e eventos ocorridos no que diz respeito às contendas civis, a leitura da fonte nos leva além, propiciando, também, o encontro entre a produção escrita da história e sua ligação direta com a crítica política, a qual acreditamos ser, de fato, o objetivo central de *Bellum Catilinae* e *Bellum Iugurthinum*.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

SALLUSTE. **La Conjuración Catilina. La Guerre de Jugurtha. Fragments de Histoires.** Traduit par Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina / A Guerra de Jugurta.** Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República.** Tradução e notas Amador Cisneiros. Bauru, SP: Edipro, 1995.

Livros e artigos

BATSTONE, William W. *The Antithesis of Virtue: Sallust's "Synkrisis" and the Crisis of the Late Republic.* **Classical Antiquity.** Vol. 7, no. 1 (Apr, 1988), pp 1-29.

BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou métier d'historien.** Paris: Colin, 1949.

CAMBIANO, Giuseppe. Os textos filosóficos. In: **O espaço literário da Roma antiga.** Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

CHIAPPETA, Angélica. "Não diferem o historiador e o poeta..." *O texto histórico como objeto de trabalho.* **Língua e Literatura,** 22, 1996. pp. 15-34. Departamento de Letras, Universidade de São Paulo.

DALPIAN, Laurindo. **As monografias de Salústio à luz da teoria historiográfica de Cícero.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1994.

DENIAUX, Élizabéth. **De l'ambito à l'ambitus : les lieux de la propagande et de la corruption électorale à la fin de la République.** In: L'Urbs : espace urbain et histoire (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.). Actes du colloque international de Rome (8-12 mai 1985). Rome : École Française de Rome, 1987. pp. 279-304. (Publications de l'École française de Rome, 98).

ERLER, Michael; GRAESER, Andréas (orgs). LEONHARDT, Jürgen. Cícero. In: **Filósofos da Antiguidade, Do helenismo à Antiguidade tardia.** Tradutor: Nélío Schneider. Editora Unisinos: São Leopoldo – RS, 2003. pp. 86.

FAVERSANI, Fábio. Escrita da história e as histórias dos antigos. In: CERQUEIRA, Fábio; GONÇALVES, Ana Teresa; MEDEIROS, Edalaura; BRANDÃO, José Luís. (Org.). **Saberes e poderes no mundo antigo.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, v. 1, p. 19-34.

FELDHERR, Andrew. Magna mihi copia est memoranda: Modes of historiography in speeches of Caesar and Cato (Sallust, *Bellum Catilinae* 51-4). Version 1. Princeton University: October, 2009.

FLAIG, Egon. **Repenser le politique dans la République romaine**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 105, décembre 1994. pp. 13-25.

FLOWER, Harriet. Alternatives to written history in Republican Rome. In: **The Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FLOWER, Harriet. **Roman Republics**. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A., GARRAFFONI, Renata Senna. Salústio e a Historiografia Romana. JOLY, Fábio Duarte (org.). In: **História e Retórica: Ensaio sobre a historiografia antiga**. São Paulo: Alameda, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O início da História e as lágrimas de Tucídides. In: **Dossiê: Narradores e Intérpretes – O início da História e...** . Margem, nº 1 – março de 1992.

GRANT, Michael. **Historiadores de Grecia y Roma**. Tradução Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2003.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores vêem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. História Antiga e história. In: **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora UnB, 2003.

HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História** 148 (1º - 2003), 09-34.

HÖLKESKAMP, Karl-J. Consensus and consent: necessary requirements of a competitive culture. In: **Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

LEVENE, D.S. Roman Historiography in the Late Republic. In: MARINCOLA, John (org.). **A companion to Greek and Roman historiography**. London: Blackwell Publishing Ltda, 2007.

MARINCOLA, John. Ancient audiences and expectations. In: **The Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MOMIGLIANO, Arnaldo. A tradição Herodoteana e Tucideana. In: **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Time in Ancient Historiography. **Source: History and Theory**. vol. 6, Beiheft 6: History and the Concept of Time (1966), pp. 1-23.

MUSTI, Domenico. O pensamento histórico romano. In: **O espaço literário da Roma antiga**. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

O’GORMAN, Ellen. The Politics of The Sallustian Style. In: MARINCOLA, John (org.). **A companion to Greek and Roman historiography**. London: Blackwell Publishing Ltda, 2007.

O’GORMAN, Ellen. The Politics of the Sallustian Style. In: MARINCOLA, John (org.). **A companion to Greek and Roman historiography**. London: Blackwell Publishing Ltda, 2007.

PIRES, Francisco Murari. História e poesia (comentários ao próêmio tucidideano). **Revista de História**, São Paulo, n. 121, ago/dez, 1989, pp. 27-44.

ROLLER, Matthew. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: FELDHERR, Andrew (ed.), **The Roman Historians**. Cambridge: University Press, 2009, pp. 214-230.

SHOTTER, David. **The fall of the Roman Republic**. London: Routledge, 1994.

SILVEIRA, Laura Ribeiro. **O retrato de Catilina em Salústio**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras, 2003.

SYME, Ronald. **Sallust**. California: University of California Press, 1964.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. Belo Horizonte: **Varia historia**, vol. 24. no. 40. Jul/Dec. 2008, pp. 551-568.

THÉBERT, Yvon. **Économie, société et politique aux deux derniers siècles de la République romaine**. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 35e année, N. 5, 1980, pp. 895-911.

VASALY, Ann. Characterization and complexity: Caesar, Sallust, and Livy. In: FELDHERR, Andrew (ed.), **The Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 254-260.